



DIREITOS, DEMOCRACIA E LUTAS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE

Ângela Meirelles de Oliveira
Carla Luciana Silva
Rodrigo Ribeiro Paziani
Organizadores


FCM
Porto Alegre
Leitores do mundo, uni-vos!

COLEÇÃO **BRASIL**
REPUBLICA, 6

**DIREITOS, DEMOCRACIA
E LUTAS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE**



COLEÇÃO BRASIL REPÚBLICA, 6

Organizadores

Ângela Meirelles de Oliveira

Carla Luciana Silva

Rodrigo Ribeiro Paziani

Capa:

Tela-Mural "Manifestación" (Antônio Berni, 1934)

Diagramação e projeto gráfico:

Antonio da Silva Junior



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D598

Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise. / organizado por Ângela Oliveira Meireles, Carla Luciana Silva e Rodrigo Paziani.— Porto Alegre: FCM, 2020.

129 p. (Coleção Brasil República, 6)

ISBN: 978-65-87681-02-3

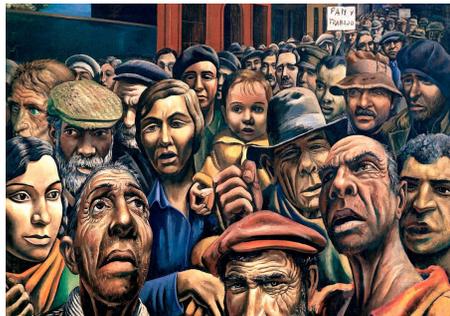
1.História. 2. História do Brasil recente. 3. Lutas sociais. 4. Democracia. I. Oliveira, Ângela Meireles Org. II. Silva, Carla Luciana, Org. III. Paziani, Rodrigo, Org. IV. Título.

CDD 20.ed. 981

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejo – CRB 9ª/965

Ângela Meirelles de Oliveira
Carla Luciana Silva
Rodrigo Ribeiro Paziani
(ORGANIZADORES)

DIREITOS, DEMOCRACIA E LUTAS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE



COLEÇÃO **BRASIL**
REPUBLICA, 6

Conselho Editorial Coleção Brasil República

In Memoriam:

Dr. Ciro Flamarion Cardoso
Dr. Edmundo Fernando Dias
Dr. Octávio Ianni
Dr. René Armand Dreifuss

Coordenadores:

Dr. Mário Maestri, PPGH da UPF, Passo Fundo, RS. Secretário
Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO
Dr. Gilberto Grassi Calil, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr^a. Ana Luíza Reckziegel, UPF, Passo Fundo, RS
Dr. Antonio de Pádua Bosi, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr^a. Carla Luciana Silva, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior, UFBA, Salvador, BA
Dr. Claudio Lopes Maia, UFG, Goiânia, GO
Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO
Dr. Diorge Konrad, UFSM, Santa Maria, RS
Dr. Enrique Padrós UFRGS, Porto Alegre, RS
Dr. Eurelino Coelho, UEFS, Feira de Santana, BA
Dr. João Alberto da Costa Pinto, UFG, Goiânia, GO
Dr^a. Mônica Piccolo, UEMA, São Luís, MA
Dr. Manuel Loff, Universidade do Porto, Portugal
Dr. Marcio Antônio Both da Silva, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr. Paulo Afonso Zarth, UNIJUÍ, Ijuí, RS
Dr. Paulo Pinheiro Machado, UFSC, Florianópolis, SC
Dr. Renato Lemos, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. Rômulo Mattos, PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. Sonia Regina de Mendonça, UFF, Niterói, RJ
Dr. Tiago Bernardom, UFPB, João Pessoa, PB
Dr. Walmir Barbosa, IFG, Goiânia, GO
Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr^a. Vera Barroso, FAPA, Porto Alegre, RS
Dr^a. Virgínia Fontes, UFF / FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
AINDA CLASSES SOCIAIS – EXPROPRIAÇÕES, PROPRIEDADE E LUTAS DE CLASSES	13
Virginia Fontes	
DERROTAS RECORRENTES, IDEIAS PERSISTENTES. EXAME DE UMA HIPÓTESE SOBRE OS GOVERNOS LULA-DILMA À LUZ DO GOLPE E DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO	33
Eurelino Coelho	
A EXTREMA DIREITA BOLSONARISTA COMO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DE HEGEMONIA	51
Flávio Henrique Calheiros Casimiro	
TEORIAS CONSPIRATÓRIAS TÓXICAS À DEMOCRACIA	69
Marcos Meinerz	
CLASSES DOMINANTES AGROINDUSTRIAIS E ASCENSÃO CONSERVADORA	87
Sônia Regina de Mendonça	
ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NA ECONOMIA POLÍTICA DA FRENTE PATRIÓTICA RUANDESA (FPR) NO PÓS-GENOCÍDIO DE 1994: AS HOME GROW SOLUTIONS E A RELEITURA DO PASSADO	101
Danilo Ferreira da Fonseca	
A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) E SUA ATUAÇÃO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980, NO OESTE DO PARANÁ	115
Maria José Castelano	

APRESENTAÇÃO

O livro *Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise* é fruto de um esforço coletivo dos integrantes da Linha de Pesquisa Estado e Poder (LEP) do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. Tem como objetivo viabilizar a apresentação e discussão das pesquisas relacionadas à vasta problemática que envolve as relações de poder e a configuração do Estado, em sua dimensão ampliada, seja através do debate teórico ou da análise de experiências históricas.

A LEP tem por objeto de ensino e de investigação as práticas sociais relacionadas ao Poder e ao Estado, concebido em seu sentido amplo, compreendendo a articulação entre sociedade civil e sociedade política e abarcando aspectos diversos das relações estabelecidas entre os agentes sociais. Interessa-nos a reflexão sobre a produção de hegemonia, a gestação, afirmação, crítica e contraposição de projetos sociais, as elaborações intelectuais e as políticas partidárias, a organização dos diferentes grupos e classes sociais, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, o gerenciamento e a disseminação de ideologias e projetos sociais.

A cada dois anos o Grupo realiza um evento de âmbito nacional e posteriormente publica textos de autores especialmente convidados que enviam seus originais para compor as coletâneas e compartilhar avanços na pesquisa. Realizado entre os dias 30 de setembro e 03 de outubro de 2019, o **VII Simpósio de Pesquisa Estado e Poder**, cuja temática central fora intitulada *“Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise”*, teve como objetivo principal fomentar debates em torno de pesquisas relacionadas à vasta problemática teórica, metodológica e historiográfica envolvendo as relações de poder e a configuração histórica do Estado, com um enfoque especial no eixo democracia, direitos e lutas sociais. As duas conferências e cinco mesas redondas foram marcadas pela participação de professores altamente qualificados com pesquisas acadêmicas atinentes a temática do evento e também de representantes de diversos movimentos sociais (campo e cidade). Por sua vez, as sessões de apresentação de trabalhos científicos, foram pautadas por um conjunto de reflexões e discussões sobre os limites/crises da democracia burguesa e regimes

neoliberais, ditatoriais e/ou fascistas; a ascensão e fortalecimento de movimentos e partidos de extrema-direita; anticomunismo, novas direitas e aparelhos privados de hegemonia; história e literatura, história e cinema, história e imprensa; temas relacionados à educação, ensino de História, contrarreformas e democracia; gênero, sexualidade e diversidade; além de pesquisas que se debruçaram sobre movimentos/ organizações de resistências e lutas históricas da classe trabalhadora e dos diversos movimentos sociais, tanto no passado, quanto no presente. A organização do evento é de responsabilidade dos docentes e discentes vinculados à LEP contando ainda com o apoio e parceria de diversos grupos de pesquisa.

Este é o nono livro organizado pelo Laboratório de Pesquisa Estado e Poder. O Laboratório agrega a Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, e o Grupo de Pesquisa História e Poder (CNPq), que reúne pesquisadores, doutorandos, mestrandos, graduandos e bolsistas e professores da rede estadual de ensino fundamental e médio. Os anteriores tiveram como temas: *Estado e Poder: abordagens e perspectivas* (2009); *Estado e Poder: questões teóricas e Estudos Históricos* (2011); *Estado e Poder: Ditaduras de Democracia* (2011); *História & Imprensa: estudos de hegemonia* (2014); *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)* (2014); *Terra e poder: abordagens em história agrária* (2015); *Ditadura, transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo* (2016); *Estado, Poder e Revoluções: reflexões em um mundo em crise* (2019).

Ao todo foram 76 capítulos publicados com resultados de pesquisas realizados por investigadores(as) do Brasil e um argentino. Mais de uma dezena de universidades estão contempladas, além de um número maior de Grupos de Pesquisa que fazem a interlocução teórica e acadêmica com o Grupo História e Poder. Os livros reúnem textos de pesquisadores de renomadas instituições que contribuem para o avanço do conhecimento historiográfico sobre as temáticas em discussão e as pesquisas mais atualizadas a cada momento.

O livro, composto por sete capítulos, está agrupado em torno da temática *Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise*. O tema porta um amplo conjunto de questões históricas fundamentais para analisar, mas, ao mesmo tempo, enfrentar nossos tempos ultraconservadores: interessa-nos refletir criticamente sobre os pilares institucionais dos regimes democráticos (Estados de direito), bem como os limites/crises históricas da democracia burguesa; as experiências e processos históricos de regimes neoliberais, ditatoriais e/ou fascistas (e as possíveis associações), assim como seus recentes

desdobramentos na ascensão e fortalecimento de movimentos e partidos de extrema-direita com o explícito projeto de destruição de direitos constitucionais.

Os textos trazem no seu conjunto um amplo panorama das formas de perda de direitos e de reordenamento das lutas sociais do período abordado. Centrado na história do Brasil recente, a discussão sobre o capitalismo, porém, não se restringe ao país; o tema da questão agrária aparece também no processo histórico de Ruanda. O recorte temporal dos artigos chega até 2019; ou seja, o contexto da crise social gerada pela pandemia de COVID-19 não chegou a ser abordado pelos autores.

A obra pode ser dividida em duas partes que são totalmente complementares. Na primeira delas, as discussões se centram na temática das formas atuais do capitalismo contemporâneo e as suas configurações no século XXI. A segunda parte do livro é composta por pesquisas que analisam elementos da organização agrária em diferentes realidades.

Abrimos com um texto de Virginia Fontes, que já de início coloca a questão da manutenção da luta de classes como categoria analítica e explicativa dos conflitos sociais e econômicos que enfrentamos. A partir de uma acurada leitura de Marx, recola o problema das formas de expropriação na fase atual de expansão do capitalismo. O trabalho expropriado e a produção de mais valia seguem sendo o eixo da expansão do capitalismo. As formas atualizadas de expropriação secundária ampliam o envolvimento da própria classe trabalhadora na organização da exploração de classe. Novas formas de luta são ainda a saída para a classe trabalhadora.

Depois de treze anos no poder implementando uma política ajustada aos interesses da burguesia, os governos petistas foram interrompidos. “[...] como entender a reviravolta? A utilidade política da *esquerda do capital* teria sido uma condição transitória, breve e já superada, isto é, o capital decidiu amputar seu braço esquerdo?”, esta e outras questões são a chave de análise de Eurelino Coelho para aprofundar suas reflexões acerca da crise de hegemonia envolvendo os governos de Lula e Dilma e a ascensão da extrema direita com Jair Bolsonaro. Partindo de um provocativo diálogo com a “hipótese Boito” (referência a Armando Boito Jr.) sobre a “frente neodesenvolvimentista” costurada pelo PT entre 2003 e 2016, Coelho desfaz paradoxos e limites nas formulações de Boito Jr., demonstrando (e desmontando) como parte significativa da “caixa de pandora” que se abriu a contar de 2018 é fruto da agenda petista voltada à mitigação social, ao apassivamento da classe trabalhadora e pactuada com o capital e seus prepostos conservadores no Brasil.

Flavio Henrique Casimiro traz o tema que vem aprofundando, sobre as “novas direitas”. As formas associativas atuais mostram uma vinculação ainda mais explícita da ampliação seletiva do Estado e dos Aparelhos Privados de Hegemonia atendendo aos conflitos das distintas frações de classe dominante. Neste texto, coloca explicitamente o avanço da direita bolsonarista e o papel da burguesia que tem a cara pública dos grandes comércios, sobretudo Flavio Rocha, do grupo Riachuelo, que passa de empresário a político no processo de ascensão de Bolsonaro ao poder, e de avanço do conservadorismo que muitas vezes esposa o fascismo.

Encerrando a primeira parte está o artigo de Marcos Meinerz, “Teorias conspiratórias tóxicas à Democracia”, no qual o autor desenvolve o tema da criação e disseminação das teorias da conspiração nas sociedades. Ao recuperar a historicidade do fenômeno, presente desde o século XIX, Marcos reafirma o impacto negativo que muitas destas teorias tiveram em diversas localidades. Por fim, o autor busca retomar o tema em sua contemporaneidade, ao analisar a difusão de tais teorias, que em conjunto com a ampla disseminação das Fake News, contribuem para fragilizar a cada vez mais débil democracia brasileira.

Abrindo a segunda parte da coletânea, temos o artigo “Classes dominantes agroindustriais e ascensão conservadora”, de Sônia Regina de Mendonça, que é uma das principais pesquisadoras de História Agrária do Brasil. O capítulo parte de uma literatura especializada no tema das formas organizativas dos setores dominantes agroindustriais no Brasil contemporâneo, num contexto de ascensão conservadora, movida, em boa parte, pela crise de acumulação financeira do capital no âmbito internacional e, em particular, com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e a interrupção dos governos petistas. Tendo por referencial de pesquisa a documentação produzida pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e também pela imprensa especializada, a autora retraça e analisa as estratégias, projetos e interesses das frações agrárias das classes dominantes e seus aparelhos privados de hegemonia com o objetivo de apontar as principais medidas governamentais direcionadas ao setor do “agronegócio” depois do Golpe de 2016.

Na sequência, o capítulo de Danilo Ferreira da Fonseca se debruça sobre as políticas da Frente Popular Ruandesa (FPR) e de seu líder Paul Kagame em relação ao desenvolvimento do país. Danilo demonstra que Paul Kagame, apesar de diversas controvérsias envolvendo seu nome e sua eleição, com acusações de perseguição de opositores, segue sendo um protagonista na implantação de políticas neoliberais em Ruanda. Entre as inúmeras ações no sentido de

“ocidentalizar” o país, Kagame interveio na regulamentação do acesso a terra transformando a posse tradicional em propriedade privada.

Por fim, o capítulo de Maria José Castelano traz dados sobre uma aprofundada pesquisa acerca da formação da Comissão Pastoral da Terra no Paraná, mais propriamente na região Oeste. Uma história que foi apagada da memória e dos relatos oficiais sobre a região, mas que teve peso fundamental naquele momento histórico de finais da Ditadura. As lutas dos trabalhadores pela terra, acirrada pelos conflitos trazidos pela construção da Usina binacional de Itaipu dão o pano de fundo da discussão.

Marechal Cândido Rondon, setembro de 2020.

Ângela Meirelles de Oliveira

Carla Luciana Silva

Rodrigo Ribeiro Paziani

AINDA CLASSES SOCIAIS – EXPROPRIAÇÕES, PROPRIEDADE E LUTAS DE CLASSES

Virgínia Fontes¹

Introdução

Trataremos, sucintamente, de três temas contemporâneos que partem da pressuposição de que o capitalismo, apesar de apresentar-se como uma ‘economia’ naturalizada, é uma relação social e histórica - “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas” (MARX 1996:384). Em primeiro lugar, e contrariando o senso comum, insisto que as últimas décadas, malgrado diversas crises, exibiram enorme expansão das relações sociais capitalistas, tanto do lado da centralização e concentração de riquezas, quanto através de expropriações diversas (primárias e secundárias). Ambas aprofundaram drasticamente o solo social para a exploração do trabalho, pelo aumento de massas de pessoas disponíveis para produzir bens, serviços ou quaisquer bens designados e/ou possibilitados pelos que dispõem de capital, isto é, de meios para assegurar direta ou indiretamente a realização dessas atividades, cujo objetivo é valorizar seus investimentos. As expropriações e sua contraface – a conversão de meios de existência em capital – não se abatem apenas sobre os povos do campo (não-capitalistas), como observou Luxemburg (1985) mas desdobram-se no âmago das sociedades ‘modernas’, e constituem parte do movimento interno e expansivo do capital (LUPATINI, 2018). Tampouco expressam uma inflexão no capitalismo, que passaria a adotar procedimentos ‘primitivos’, como sugeriu Harvey (2004). Expropriações radicam na origem do capital, mas são impulsionadas por sua dinâmica expansiva. A efetivação da relação ‘econômica’ fundamental do capital – a extração de mais-valor – pressupõe e repõe as expropriações, com a permanente produção de seres sociais livres, necessitados de

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e do Mestrado em Educação Profissional da EPSJV-Fiocruz. Docente da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST. Agradeço a leitura atenta e os comentários de Sophie Bose, Guilherme Leite Gonçalves e Gabriel Riva.

mercado, aptos, disponíveis e muitas vezes fascinados pelo mercado. Elas constituem o chão social que resulta da expansão do capital e o potencializam. Expansão do capitalismo e de sua base social não significa melhora das condições de vida das populações afetadas, e aponta, ao contrário, para o aprofundamento da devastação social e ambiental.

Em segundo lugar, diante da existência massiva de trabalhadores disponíveis, a propriedade capitalista revela de maneira brutal sua característica fundamental: mais do que o controle direto de 'coisas', ela se baseia na exploração do trabalho alheio, formalmente livre e expropriado de direitos e de garantias, inclusive do contrato de trabalho.

Finalmente, tal expansão capitalista ocorreu através de intensas lutas sociais. Não resultou apenas de uma dinâmica 'cega', mas contou com um intenso ativismo empresarial no âmbito da sociedade civil, nacional e internacionalmente. Esse ativismo empresarial defrontou-se com reivindicações populares, procurando convertê-las e adaptá-las, visando a educar massas trabalhadoras para novos formatos do trabalho. Uma malha de aparelhos hegemônicos empresariais de múltiplos escopos penetrou os Estados, com ritmos e intensidades nacionais diversos, reconfigurou direitos e políticas. Sua atuação vem devastando o que se convencionou denominar de democracias.

Marx e as expropriações

Marx apresentou as expropriações como momento fundacional do capitalismo. Ele aliás criticou ironicamente os que acreditavam ter ocorrido algo como uma "acumulação primitiva", feita por virtuosos e ponderados homens de negócio. Em extenso capítulo abordou diferentes e violentos processos que resultaram na concentração de riqueza em poucas mãos (roubo de terras, roubo dos bens da Igreja, saque colonial, escravização de africanos etc.), atribuindo especial importância ao roubo de terras e à consequente expulsão do povo do campo: "a expropriação da massa do povo de sua base fundiária constitui a base do modo de produção capitalista" (MARX 1996:386). Ele dedicou *O Capital* centralmente à análise da relação social central para o capital, a saber, a atividade produtiva do trabalho, através da qual ocorre a extração de sobretrabalho na forma mais-valor, e das contradições que atravessam essa forma social de ser.

Porém, praticamente em todas as referências de Marx ao tema das expropriações, elas não se limitam a um momento inaugural e são apresentadas como a base social que permite tanto a instauração da produção capitalista quanto sua expansão. Há, de fato, menção a uma

separação *prévia* dos trabalhadores de seus meios de vida, em parte realizada anteriormente à constituição de relações capitalistas em alguns países pioneiros. Porém é uma separação que precisa ser *mantida, reproduzida e ampliada em escala crescente*.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, *não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente*. (MARX, 1996: 380, grifos meus, VF)

O processo de expropriações para Marx corresponde à permanente *produção* de seres sociais desprovidos de condições de existência e, portanto, obrigados à venda de sua força de trabalho. Mas as expropriações não se limitam a isso, pois envolvem simultaneamente a transformação dos anteriores meios de existência em capital, ou em formas de sujeição dos seres sociais, “liberados” de seus meios de vida, aos detentores do capital.

o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que *transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital*, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1996: 340. Grifos meus, VF)

A apropriação privada das terras desarticula as formas precedentes, não capitalistas, alterando-as e tornando possível a consolidação de uma nova forma social da produção e da vida. A expropriação dos camponeses e a apropriação das terras, qualquer que seja o destino dado a elas pela propriedade exclusiva, marca também primordial do capitalismo, impedem o acesso dos trabalhadores a meios de vida e favorecem a todos os proprietários de capital (Harvey, 2018, p. 46).

Marx porém não limita as expropriações unicamente aos camponeses, apesar da enorme importância que atribui a elas. A separação entre trabalhadores e meios de vida abrange também modalidades de produção já plenamente mercantis, explicitando seu duplo caráter, o de produção de trabalhadores e o de conversão dos meios de vida em capital.

Mas o que o sistema capitalista requeria era, ao contrário, uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital. (Marx, 1996: 345) (...) Os fusos e teares, antes disseminados pelo interior, estão agora concentrados

em algumas grandes casernas de trabalho, tal como os trabalhadores e como a matéria-prima. E *os fusos, os teares e a matéria-prima, de meios de existência independente para fiandeiros e tecelões, transformam-se, de agora em diante, em meios de comandá-los e de extrair deles trabalho não-pago*. Nas grandes manufaturas, bem como nos grandes arrendamentos, não se nota que se originam da reunião de muitos pequenos centros de produção e que são formados pela *expropriação de muitos pequenos produtores independentes*.” (Marx, 1996: 366. Grifos meus, VF).

Esse passo envolve uma transformação das condições nas quais se plasma o trabalho, mesmo se este já ocorresse sob forma mercantil. Marx menciona as iniciativas familiares ou individuais para produzir a própria subsistência de maneira mercantil (fiação e tecelagem) e que procuravam agir sob os princípios do mercado, havendo inclusive concorrência entre unidades produtivas e emprego (eventual) de outros trabalhadores. Tais iniciativas individuais prosseguem na atualidade – são fomentadas como empreendedorismo – mas, como antes, continuam sendo expropriadas. Não se trata de expropriar apenas algo externo à dinâmica social mercantil ou capitalista, como o campesinato, mas *também* formas produtivas que, nascidas sob as mesmas condições sociais que propiciaram o capitalismo, ou já se constituindo como proto-formas capitalistas, podem abrir nichos de rentabilidade de maior escala quando subordinados ao controle do capital em suas formas dominantes, altamente concentradas.

Em todos os casos de expropriação, os meios de trabalho agrários ou urbanos – terra, instrumentos, práticas e conhecimentos – deixam de ser meios de vida para se tornarem modos (novos ou reiterados) de subordinação de trabalhadores livres.

As expropriações permitem a Marx descortinar outra determinação da vida social capitalista. Para ele, elas evidenciam a passagem da propriedade lastreada na fusão entre trabalhador e seus meios de trabalho para uma nova forma, baseada não numa atividade qualquer (quer ela seja fabril, comercial ou monetária, quer dependa de trabalho intelectual ou manual), ou no controle direto e imediato dos meios de produção, mas calcada diretamente na relação social de extração de sobretrabalho (mais-valor).

A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual *se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre*. [MARX, 1996, 380. Grifos nossos, VF.]

Marx escreveu no século XIX, e é preciso verificar de que forma os elementos que apresentamos acima mantêm sua validade e de que maneira suas análises podem contribuir para explicar questões cruciais no século XXI.

Atualidade das expropriações – extensão e aprofundamento

Consideremos em primeiro lugar as expropriações *primárias*, que expulsam camponeses, ao lado da ocupação ou roubo de terras (a forma fundacional). Evitarei o uso da expressão “acumulação primitiva”, posto sugerir uma anterioridade que não corresponde ao teor da reflexão de Marx. Ambas as práticas atravessaram o século XX e ainda perduram.

Há inúmeros estudos sobre expropriações camponesas, em sua grande maioria analisando situações nacionais. Sua caracterização e quantificação tende a ser estabelecida a partir de critérios jurídicos: apropriação, roubo, fraude, expulsão forçada, compra, expropriação legal com ou sem indenização, etc. A expropriação do povo do campo abrange todos esses formatos, mas vai além, pois precisa incluir a produção da irreversibilidade da atividade camponesa também por outros meios, como a concorrência mercantil e sua tendência à concentração da propriedade; a ausência ou precariedade de serviços públicos, levando à migração de jovens; os desastres e crimes ambientais; o esgotamento de solos por variadas razões, sem acesso a novas terras; a apropriação e mercantilização das águas, de forma privada, pública ou por parcerias público-privadas; a conversão de terras agricultáveis em infraestruturas industriais ou urbanas; guerras e catástrofes naturais, após as quais não há reimplantação das populações deslocadas na produção agrária, etc.

As múltiplas formas de expropriação do povo do campo prosseguiram durante o século XX e experimentaram um salto quantitativo a partir da década de 1960, com a implantação internacional da controversa “revolução verde”, apoiada pela Fundação Rockefeller e pelo Banco Mundial, e nomeada em contraponto a revoluções camponesas vermelhas (PEREIRA, 2009: 105-107). Propondo-se a melhorar a produtividade dos pequenos produtores, ela intensificou a concentração da propriedade da terra, trouxe extensas modificações territoriais, como terraplenagens, estimulou a mecanização da produção agrícola, além do uso disseminado de sementes transgênicas, insumos químicos e agrotóxicos (SHIVA, Vandana, 1991; ALMEYRA et al., 2014). Não por acaso, os primeiros países onde foi implantada contavam com numerosas populações camponesas, como o México, a Índia e o Brasil.

Apresentaremos dados muito amplos, lembrando que a impactante alteração na divisão da população mundial entre habitantes urbanos e rurais é apenas um indicativo de inúmeras formas de expropriação no âmbito internacional, muitas vezes tratadas de maneira discreta, como se constituíssem um movimento espontâneo de êxodo ou migrações do campo para as cidades. A violência da expropriação capitalista é a própria separação do trabalhador de seus meios de vida, e não apenas a forma pela qual ocorre, brutal ou suave, legal ou ilegal.

Em 1960, segundo dados do Banco Mundial, a população urbana mundial concentrava 33,6% do total da população. Em 2017, segundo a mesma fonte, a população urbana mundial representava 54,8% do total. Em números de habitantes, em 1960 havia 1,019 bilhão de pessoas nas cidades. Em 2018, eles eram 4,128 bilhões de habitantes (Banco Mundial, 2018). Esses dados dão apenas uma noção da *escala* das expropriações nas últimas décadas. Apesar do resultado social inquietante, prosseguem as expropriações de povos do campo (indígenas, camponeses, ribeirinhos etc.) e sua violência parece recrudescer. O avanço das commodities agrárias na esteira da “revolução verde” especialmente soja, celulose, milho, algodão, trigo e arroz vem constituindo o suporte da concentração da propriedade da terra, ao lado da expansão de atividades diversas de mineração, construção de barragens e de infraestruturas para o agronegócio (*Heinrich Böll Foundation et al, 2017*). Mais recentemente, acrescentam-se as novas formas de “capitalismo verde” para compra e venda de carbono, ambos promovendo deslocamentos populacionais e severas mudanças nas condições de vida do campo (Paula, 2013; GRAIN, 2014), através da paralisação de suas atividades tradicionais de sobrevivência e conversão em ‘guardiães’ de CO₂. Os procedimentos expropriatórios são muito variados, estimulados por projetos privados ou públicos, gerando estímulos (e constrangimentos) diversos para a venda das terras pelos camponeses, perda das terras por dívidas com bancos ou com empresas de insumos agrícolas, chegando a expulsões diretas a partir de milícias pagas por proprietários (Via Campesina, 2018; AATR, 2019).

As populações atingidas sabem que sua existência social, e até mesmo física, está em jogo. Situações dramáticas como suicídios de camponeses na Índia culminam na intensificação de suas lutas (Prashad, 2018). A resistência aumenta com a força do desespero. Lutas sociais no campo se intensificaram, como o caso dos movimentos brasileiros MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, MAB-Movimento dos Atingidos por Barragens, MPA-Movimento dos Pequenos Agricultores, MAM-Movimento pela

Soberania na Mineração. A principal associação internacional de trabalhadores criada nas últimas décadas foi, sintomaticamente, a Via Campesina, que contava em 2018 com 182 organizações em 82 países (Via Campesina, 2018). Tradições culturais indígenas, camponesas e anticoloniais cresceram na América Latina desde os anos 1990, como os zapatistas de Chiapas ou a tradição do Buen Vivir (Breilh, 2011).

A Revolução Chinesa promoveu a maior reforma agrária da história mundial e, no entanto, a industrialização do país implicou extensas expropriações do povo do campo. Milhões de camponeses foram levados a migrar para cidades. Em 1960, a população rural chinesa representava 66,3% do total da população. Em 2007 a proporção se inverteu, e em 2017 ela se reduzia a 45,1% da população total (World Bank 2018). O fenômeno resultou em várias ondas de revoltas, gerando diversas modificações legais (especialmente em 2004 e no final dos anos 2000), e continua a suscitar protestos (Yang, 2015; Hayward, 2017; Liu & Wang 2019).

Dadas as proporções da população chinesa, para além de controles políticos, pode-se supor ter ocorrido alguma mitigação dos efeitos dessas expropriações. Parcela não desprezível dos migrantes rurais que partiam para trabalhar nas cidades era proibido de alterar o registro civil (*hukou*) para os novos locais de moradia, o que limitava sua mobilidade (Chan, 2018), mas permitia a muitos deles conservarem a vinculação com suas parcelas de terra, embora a cargo de outros membros da família (pais idosos ou filhos jovens) durante o período da atividade urbana. Trabalhavam nas cidades com escassíssimos direitos, mas retornavam à terra em momentos de alta demanda de trabalho agrícola (FELIPE, 2011; GOUVEIA, 2016: p. 112 e segs). Essa mitigação não atinge a todos os trabalhadores migrantes, e vale destacar que em 2017, os trabalhadores migrantes rurais somavam 286,5 milhões, ou cerca de 35% do emprego na China (China Labour Bulletin 2018). O caso do numeroso campesinato chinês é relevante e complexo, e Hayward (2017) mostra a luta política e teórica na China contemporânea entre partidários do agronegócio e os defensores da produção camponesa, lembrando que o futuro não está traçado de antemão. Não constam movimentos camponeses chineses entre os filiados da Via Campesina. Vale lembrar que as expropriações promovem e resultam da expansão do capital, e não do bem estar da humanidade.

Como alertou Marx, as expropriações primárias continuaram a se abater sobre outras atividades não camponesas. Desde o século XIX até agora, numerosas atividades de produção mercantil (envolvendo trabalho manual e intelectual) foram inventadas, desmembradas de outras ou recriadas, em parte por trabalhadores

objetivando livrar-se de patrões, em parte pela necessidade de sobrevivência, procurando formas de subsistência no mercado capitalista. Diversos setores camponeses estabeleceram ‘parcerias’ com grandes empresas agrícolas, tentando permanecer proprietários de suas terras. São iniciativas ambivalentes, de pequenos empreendedores, que aprofundam a integração à dinâmica do capital, como as atuais formas de produção “colaborativa”. Vivem sob permanente tensão, entre a aspiração de enriquecer (tornar-se capitalista) e o temor de mais uma expropriação.

As expropriações primárias produzem crescentes massas trabalhadoras em todo o mundo. “Libertados” da terra ou de outras atividades produtivas, mesmo mercantis, são reduzidos ou reconduzidos à condição social de meros trabalhadores. Essa “libertação” não lhes assegura, entretanto, emprego ou trabalho remunerado. Estão disponíveis e competem por inúmeras situações de subordinação ao capital, para desempenhar atividades manuais ou intelectuais. Aumentam a penúria e a precariedade nas relações laborais, mas se aprofundam as desigualdades entre estes trabalhadores.

Expropriações secundárias e conversão de meios de existência em capital

A concorrência entre esses trabalhadores disponíveis para o mercado se coloca em dois níveis, no nacional – onde efetivamente há enorme competição entre eles – e no plano internacional, no qual a competição não deriva de sua própria ação, mas da circulação internacional do capital. A liberdade do capital se contrapõe ao encapsulamento majoritário de trabalhadores em seus países de origem. Diferentes culturas e línguas são fatores de impedimento a migrações massivas, mas também os custos e os riscos dos deslocamentos, com exigências para passaportes, duros controles de fronteiras e dificuldade para vistos de permanência nos países de destino. Ainda assim, aumentaram as migrações internacionais, boa parte fugindo de conflitos e guerras.

A simples existência, mesmo em países distantes, dessas enormes massas humanas disponíveis, sua utilização a baixo custo e com escassos direitos, por variadas formas de exploração capitalista (locais ou internacionais), permitiu um terrível precedente: a aceleração e a recriação de expropriações sobre populações urbanizadas de longa data e que haviam naturalizado a exigência da venda da força de trabalho como condição de existência. Em suma, incidiram sobre

populações que incorporaram a condição de expropriados como se de fato correspondesse à liberdade.

Os novos formatos expropriatórios são múltiplos, mas todos redundam em resultados similares: readisponibilizar os seres sociais no mercado como *meros trabalhadores*.

Nos países centrais, os direitos civis, sociais e políticos se proclamavam perenes e associados à própria expansão econômica do capitalismo, como deixava entrever o clássico livro de Marshall (1950). Os dramáticos fundamentos do capitalismo pareciam pertencer a tempos pretéritos. A sociedade, em alguns países, se acreditava salva pela democracia do ‘moinho satânico’ denunciado por Karl Polanyi. A própria categoria de classe trabalhadora parecia obsoleta (Gorz, 1981; Habermas 1991 e 1992; Kurz, 1992).

As relações capitalistas, nutridas por massas de trabalhadores disponíveis no mundo, agiram qual placas tectônicas em deslocamento, devastando as idealizações anteriores. As expropriações de direitos substituem relações de trabalho com estabilidade por contratos a tempo determinado, por terceirizações ou, ainda, pela venda direta de força de trabalho sem mediação contratual ou sem definição de duração da jornada (ANTUNES, 2018). Direitos ligados à previdência social (aposentadorias, pensões e outros benefícios) são regularmente encolhidos, políticas universais públicas são reduzidas e privatizadas, através de procedimentos expropriatórios parlamentares e jurídicos, que denotam novas formas de violência institucional (GONÇALVES, 2018).

O que se acreditava a salvo de procedimentos lucrativos – educação, saúde, transporte, correios, previdência – e que constituíam garantias de qualidade de vida são convertidas em atividades industriais, alvo de intensa extração de mais-valor. Os fundos públicos, assim como as dívidas públicas, convertem-se em maneiras de subordinar populações e reduzi-las à condição de dependência frente ao capital. Parcelas das novas gerações chegam a considerar os direitos de seus predecessores como ‘privilégios’.

Muitos fatores pesaram nessas alterações, evidenciadas sobretudo a partir de finais da década de 1970, enquanto se aceleravam as expropriações primárias. Seguidas crises econômicas internacionais pavimentaram o avanço intelectual e político de proposições ditas ‘neoliberais’, assim como transformações tecnológicas e reestruturações produtivas promoveram demissões massivas. Demissões não são idênticas às expropriações, mas concorrem para resultados similares, do ponto de vista da ‘produção’ de trabalhadores.

As expropriações secundárias não se limitam à extorsão de

direitos, similares aos “cercamentos parlamentares” (WOOD, 2001, p. 91-92), nem à precarização das relações de trabalho, e avançam sobre a apropriação de recursos e fundos públicos, de bens naturais, como as águas salgadas (portos, criação de peixes, pesca industrial, etc.) e doces (controle das reservas aquíferas, canalização de águas doces para irrigação mercantil etc.), apropriação especulativa de áreas com menor poluição para turismo e comercialização de créditos carbonos (o ‘capitalismo verde’), dentre outras. Incidem também sobre inúmeras *atividades* cotidianas e domésticas que deixam de ser afazeres ligados à reprodução imediata da vida e dos trabalhadores (como tarefas das mulheres ou serviços públicos) e se tornam ‘meios de vida’, em muitos casos industrializados por grandes empresas e financiados por setores financeiros díspares, como ‘bancos para os pobres’ (BAATEMAN, 2014).

A separação entre o tempo da vida e o tempo de trabalho foi o procedimento imposto na implantação da disciplina capitalista fabril, com significativa redução do tempo livre (THOMPSON, 1995). Desmantelando as lutas pela redução da jornada de trabalho, na atualidade, o tempo de trabalho avança sobre os poros subsistentes na vida, inclusive sobre o sono (CRARY, 2014).

A energia e a necessidade dos próprios trabalhadores em busca de mercado de trabalho e, em alguns casos, enfrentando os efeitos do próprio capitalismo (resíduos, gestão da pobreza, favelizações, cuidados reprodutivos, etc.), são induzidas a se transformarem em frenética investigação sobre como identificar atividades, separá-las da vida e convertê-las em trabalho. Estas tornam-se nichos para o capital em sua nova e ampliada escala de exploração do trabalho. Sob a etiqueta genérica de empreendedorismo, tornou-se prática usual o estímulo e a formação de trabalhadores, tratados como pretendentes a capitalistas, detentores de escassos recursos mas com capacidade de prospecção de atividades geradoras de mais-valor que se enraízam nos meios de vida da população. As *startups* ou incubadeiras são locais de trabalho nutridos a crédito, e todo o valor ou mais-valor nelas gerado terá significativa parcela drenada para o grande capital, os financiadores, qualquer que seja sua proveniência (bancos, fundos, empresas, entidades empresariais sem fins lucrativos, etc.). Startups destinam-se a descobrir *nichos de atividade* a serem expropriados e convertidos em capital. Entretanto, os próprios empreendedores originados de tais incubadoras serão eles próprios – em sua grande maioria – expropriados, seja pelo fracasso, por não atingirem a escala necessária para o grande capital, seja pelo sucesso, devorados por seus ‘protetores’ ou outros investidores maiores.

A conversão de meios de vida em capital revela inúmeros

formatos. Ela é mais uma evidência da permanência do trabalho como fonte da riqueza. Mantém-se, de um lado, a característica predominante em períodos anteriores, pela expropriação dos meios de produção e a subordinação de antigos proprietários e de trabalhadores ao capital de maior escala. Essa conversão é ampliada pelas variadas formas de sujeição do trabalho pois, ao lado do assalariamento clássico, crescem terceirizações e a substituição do ‘emprego’ (contratos formais, carreiras e expectativas de direitos) pelo trabalho direto, desprovido de conexão contratual.

A uberização é o exemplo mais conhecido de industrialização do transporte individual. A captura do mais-valor é quase direta, ocorrendo no momento de cada prestação do trabalho individual, enquanto a complexa rede empresarial tem perfil industrial, com enorme quantidade de trabalhadores em atuação simultaneamente, em diferentes países do mundo. Os meios de trabalho – como o automóvel, que é apenas um bem útil pertencente ao motorista, ou por ele alugado, e o telefone celular – só se tornam capital quando comandados e controlados pelos grandes proprietários, articulados em torno de aplicativos de conexão, de rastreamento dos trabalhadores, e de operações de crédito. Cada etapa da atividade individual dos trabalhadores é controlada, sendo a propriedade do capital quem assegura a reunião entre meios de trabalho, trabalhadores e consumidores (FONTES, 2017).

Outra forma de conversão de meios de vida em capital é a subordinação de atividades de subsistência ao crédito, tanto pelo lado da demanda, pois trabalhadores precisam de recursos para ‘empreender’, quanto pelo lado da oferta, pois tentáculos oferecem crédito aos mais vulneráveis para que, supostamente, possam ‘empreender’. O ‘juro’ pode traduzir o mais-trabalho gerado e, definido previamente, compromete o futuro dos endividados, levados a trabalhar sob quaisquer condições, por jornadas ilimitadas e remunerações abaixo do necessário para a reposição de suas energias. Na outra ponta, porém, o microcrédito gerou enorme concentração de riquezas (Bateman, 2014).

O inaudito crescimento das massas trabalhadoras em escala internacional, fruto de sucessivas expropriações, longe de refrear seu ritmo, as impulsionou. Ampliou-se o chão social para o capital em todos os quadrantes do planeta. As novas condições se apresentam rapidamente como norma ‘naturalizada’ e mostraram-se (ao menos até aqui) irreversíveis.

Classes e lutas, ainda

O aumento e segmentação das massas trabalhadoras expressam apenas a expansão do solo social para a atividade que sustenta o capital, a valorização do valor, a qual continua a depender da extração de mais-valor. Analisar os procedimentos expropriatórios é fundamental, mas permanece unilateral e é necessário levar em conta diversos outros fenômenos, como a centralização e concentração da propriedade capitalista, a reconfiguração das classes dominantes e seu crescente ativismo sócio-político, assim como sua inserção no Estado e nos espaços internacionais. Todos esses aspectos envolvem poderosas contradições, que não poderemos tratar nesse espaço.

Assistimos a uma explicitação do caráter da propriedade do capital enquanto controle dos *recursos sociais* de produção, que abrangem e vão além da propriedade dos meios diretos de produção e de bens da natureza, fundamentando-se diretamente na relação social de extração e apropriação de sobretrabalho.

O capital se apresenta de maneira cada vez mais abstrata, como massas monetárias fluidas e móveis, que precisam urgentemente converter-se na relação social capital, isto é, valorizar-se e extrair mais-valor, a ser apropriado desigualmente por diversos setores da propriedade capitalista. Esse procedimento se naturaliza e alcança inclusive as finanças públicas, instadas a comportar-se de maneira similar, como capital. A assim chamada financeirização não pode ser reduzida ao domínio de bancos ou fundos, isentando as múltiplas e diversificadas formas de extração de mais-valor. Ela é o resultado do entrelaçamento da grande propriedade e da sujeição de todas as atividades humanas ao comando da valorização do capital.

Empresas e corporações são espaço de produção e extração de sobretrabalho, são a frente *funcionante* (atividades de extração de mais-valor) e não esgotam o âmbito da propriedade (MARX, 1985: pp. 255-268). As corporações multinacionais condensam múltiplas atividades (fabris, serviços, conhecimento, tecnologia), com graus diversos de extração de mais-valor e conectam-se de maneiras complexas com outras empresas controladas, com terceirizadas, deslocalizadas e, ainda, em diversos casos, agem na exploração do trabalho de maneira direta, sem mediação contratual. Sua propriedade é compartilhada por outras grandes corporações proprietárias, por grupos de acionistas controladores, bancos e fundos (Vitali; Glattfelder; Battiston, 2011). A pura propriedade do capital impõe e amplia exigências de rentabilidade, mas se afasta dos locais de extração de mais-valor, deslocando-se para *empresas de pura propriedade*, como bancos, holdings e fundos (privados, públicos, de pensões de

trabalhadores, etc) que reúnem os interesses do capital considerado como controle da valorização em abstrato, isto é, como pura exigência de extração de mais-valor e de sua apropriação.

De maneira brutal, o século XXI explicita Marx: a propriedade capitalista se distancia do controle direto de “coisas” e demonstra sua característica crucial, a de basear-se na exploração do trabalho alheio, formalmente livre. Trabalho a cada dia mais numeroso, difuso e mais “libertado” de direitos e de garantias. Capital a cada dia mais concentrado e intransigente quanto à imposição política e social de suas taxas de lucro.

A vida cotidiana das massas trabalhadoras é periodicamente desorganizada em função das crescentes exigências de valorização, com reestruturações, aberturas e fechamentos de empresas, aquisições e desmembramentos, deslocalizações (regionais, nacionais ou internacionais), modificação de regimes de trabalho e de salário, expropriações diversas, crises, impostos crescentes e austeridade fiscal, para além da permanente ameaça tecnológica, a qual reitera pública e abertamente sua ameaça de concorrência para os seres disponíveis para o trabalho. As decisões sobre o mundo econômico e sobre a propriedade do capital parecem intangíveis, longe dos espaços de deliberação coletiva e da política institucional. A vida sob ameaças múltiplas se torna corriqueira e banal, normalizando-se a instabilidade para grande número de trabalhadores.

As expropriações atingem também expropriadores, através de fusões, aquisições e deslocamentos da grande propriedade em âmbitos nacionais e internacional. Característica do imperialismo, o salto de escala é enorme frente ao período analisado por Lênin. A pura propriedade exerce constante pressão, através de consórcios de proprietários, como os fundos de *venture capital* (para novas empresas e startups) e *private equity* (para pequenas e médias empresas), assegurando o poder proprietário *enquanto capital*. Este não gere diretamente os novos negócios, que permanecem nas mãos de capitalistas funcionantes, antigos donos ou gestores, impulsionados a intensificar a extração de mais-valor. A propriedade *do capital* devasta, inclusive juridicamente, as demais formas históricas da propriedade (coletivas ou privadas) que ameacem a única que lhe representa – a capacidade altamente concentrada de extrair e apropriar-se de mais-valor em grande escala de trabalhadores formalmente livres (FONTES, 2018).

Em 2019 a Oxfam denunciou que 26 bilionários detêm a mesma riqueza que 3,8 bilhão de pessoas (a metade do planeta)². É uma

² O relatório da Oxfam quantifica a centralização e concentração da riqueza, mas não os aborda como relação social e, ainda menos, como expropriações. “It is 10 years since the

evidência dramática do processo de centralização e de concentração da propriedade, mas não traduz a malha integrada de interesses que reúne a propriedade e as classes dominantes na atualidade. Tampouco permite vislumbrar suas contradições. A propriedade descarnada, ou a pura propriedade, abstraída dos bens concretos e mensurada em meios monetários exigindo valorização, corresponde a um conjunto de proprietários de escalas diversas, acionistas e envolve também grupos mais extensos de gestores, administradores e dos altos escalões empresariais (proprietários ou não) que partilham os rendimentos da exploração do trabalho e compartilham a gestão do capital (DUMÉNIL e LEVY, 2016), os modos de vida, formação intelectual, remuneração e interesses, além de alta circulação internacional, em especial entre os países dominantes. Estão ancorados em seus países e Estados de origem, mas se oxigenam pela extração de mais-valor realizada em diversos pontos do planeta e pelo trânsito ou pouso em paraísos fiscais. Entre eles, se teceu uma aliança contraditória e altamente competitiva, que atravessa o próprio âmago das classes dominantes dos países subalternos, que aspiram valorizar seus capitais subordinando-se ao ritmo dos demais (FONTES, 2010). A esta classe dominante mais diretamente econômica, em cada país agrega-se parcela importante dos ocupantes de altos cargos públicos, especialmente da área econômica, cuja formação espelha e traduz para o âmbito estatal os interesses e exigências da valorização do capital em seu conjunto; e ainda os gestores e intelectuais dos organismos internacionais, especialmente os econômicos e militares, além de escritórios de advocacia nacionais, articulados aos congêneres dominantes, internacionais.

As hipóteses sobre a existência de classes transnacionais são sugestivas, mas secundarizam o papel do Estado. Não obstante, aportam indicações importantes sobre a concentração de riqueza, a ampliação e reconfiguração das classes dominantes (Actuel Marx, 2016).

Antonio Gramsci, nos anos 1930, havia assinalado a importância do associativismo e dos aparelhos privados de hegemonia como espaço de lutas sociais (FONTES, 2016), ampliando o próprio Estado capitalista (GRAMSCI, 2007; LIGUORI, 2009). Ao lado da malha proprietária de controle sobre as formas de valorização, de extração de mais-valor e de sua apropriação, setores das classes dominantes se dedicam à concertação intraempresarial, à formulação de políticas

financial crisis that shook our world and caused enormous suffering. In that time, the fortunes of the richest have risen dramatically”, p. 12. Constata a relação direta entre a concentração de riqueza e o aumento da desigualdade, mas as razões apontadas pela Oxfam são de ordem moral (baixos impostos, corrupção, evasão fiscal etc.) (OXFAM, 2019)

(nacionais e internacionais), à formação de lideranças e ao convencimento dos subalternos. São os financiadores e gestores de entidades empresariais sem fins lucrativos (associações, fundações, think tanks, fóruns internacionais, e diversas outras modalidades associativas), agindo como *sociedade civil empresarial* (Dreifuss, 1989, p. 9-19).

A dominação de classes avançou nos séculos XX e XXI no terreno da neutralização dos setores subalternos, profissionalizando o que sugeriu Tocqueville:

Nos países democráticos, as associações políticas constituem por assim dizer os únicos particulares poderosos que aspiram a ordenar o Estado. Por isso os governos de nossos dias consideram esse gênero de associações com o mesmo olhar que os reis da Idade Média viam os grandes vassallos da Coroa: sentem uma espécie de horror instintivo por elas e combatem-nas em todo encontro. Têm, ao contrário, uma benevolência natural para com as associações civis, porque descobriram facilmente que estas, em vez de dirigir o espírito dos cidadãos para os negócios públicos, servem para desviá-lo destes e, empenhando-os cada vez mais em projetos que não podem se consumir na ausência de paz pública, os desviam das revoluções. (TOCQUEVILLE, 2000. p.144)

O impulso à disseminação de entidades empresariais sem fins lucrativos, nominalmente apolíticas e apartidárias, ocorreu no pós II Guerra Mundial (Dreifuss, 1986) e experimentou um salto internacional a partir da década de 1990. Sua ação vai muito além da ‘pressão parlamentar’ ou do lobbying, pois essa sociedade civil empresarial integra o Estado, e realiza intensa atividade intelectual, através de entidades formativas em vários níveis, mantendo periódicos de forte penetração no mundo universitário e contando com ampla divulgação pela grande mídia (também proprietária). Dedicaram-se especialmente à formação de lideranças intelectuais, políticas e jurídicas, e seu papel cresceu à medida que se intensificavam as expropriações secundárias, promovendo a defesa de uma ‘nova’ sociabilidade empreendedora.

As lutas de classes emergindo dessas massas trabalhadoras ampliaram seu escopo reivindicativo, embora com poucas expressões nacionais e internacionais de articulação permanente. As expropriações e a segmentação do mundo do trabalho entrecruzaram as lutas sociais, aproximando ou distanciando reivindicações salariais, resistências a reestruturações e à retirada de direitos, enfrentamentos de variadas urgências sociais (fome, doenças específicas com escassa cobertura, habitação, migrantes, etc.), movimentos dos “sem” (sem-teto, sem-papéis, sem-terra etc). O feminismo, o antirracismo e lutas anticoloniais recolocaram o tema da igualdade social em novo patamar, conectando

relações econômicas, linguísticas, culturais e ideológicas. Para estas lutas, não basta exigir direitos iguais, é preciso ir além e transformar o próprio solo social. A devastação ambiental gerou forte militância, desde o primeiro momento inescapavelmente internacional e potencialmente atingindo o âmago da propriedade do capital: a urgência da valorização do valor, ou o crescimento a qualquer custo. Eclodiam revoltas populares em diversos quadrantes do mundo.

À medida em que cresciam múltiplas reivindicações populares nos diferentes países, expandia-se a atuação *política não partidária* da sociedade civil empresarial, em espaços nacionais e internacionais, em paralelo ao aumento da violência econômica e da repressão política. Especialmente a partir da década de 1990, a sociedade civil empresarial agiu, pela propaganda, pelo exemplo e por doações de recursos, para que diversas iniciativas de cunho popular adotassem formato similar, de tipo associativo-filantrópico. Com o apoio de recursos privados e públicos, e o estímulo de organismos internacionais como o Banco Mundial (que abriu um espaço permanente para a 'sociedade civil'), procuraram aproximar lutas populares do perfil não-partidário e pretensamente apolítico das entidades empresariais. Boa parte dos movimentos populares – inclusive lutas ambientais, o feminismo e o antirracismo – viam-se cercados por ofertas de apoios empresariais ou de entidades empresariais sem fins lucrativos, induzindo a um direcionamento adaptativo para suas reivindicações, transformadas em 'demandas' a serem atendidas pelo mercado.

A mercantil-filantropia empresarial atuou abertamente como contraponto à retirada de direitos, tolerando (e, em alguns casos, sustentando ativamente) uma militância cidadã apolítica devotada a minorar os efeitos sociais da expansão do capitalismo e das expropriações secundárias que o mesmo empresariado promovia. Contou com o apoio de parcela da sociologia, que apostou no fim das classes sociais e numa democracia que dispensaria a tensão entre capital e trabalho, expresso por autores de posições diversas como Francis Fukuyama, Alain Touraine, Claude Lefort, Jürgen Habermas, Anthony Giddens e outros.

Essa extensa malha de convencimento empresarial sobre intelectuais e sobre massas díspares e crescentes de trabalhadores é tão contraditória quanto as relações sociais e econômicas que defende. Apoia a devastação de direitos, avança sobre fundos públicos pelas isenções de impostos que usufrui, enquanto sugere a mitigação dos danos através da gestão privada (sem fins lucrativos) de recursos públicos, especialmente na saúde e na educação. O ativismo empresarial adotou variada nomenclatura: Terceiro Setor, Terceira Via, Responsabilidade social empresarial e, na atualidade, apresenta-se

como Investimento Social (*Depecker; Déplaudé; Larchet, 2018*). Sua atuação estreitou os laços entre a sociedade civil empresarial e os Estados nacionais, mas se coliga em enorme rede internacional, com estreitas ligações com organismos públicos internacionais. Insistem em unísono sobre a maior eficiência da gestão privada dos recursos públicos para manter a democracia.

Desse ativismo resultou o estímulo a múltiplos movimentos de extrema direita, também coligados com a sociedade civil empresarial. Os maiores exemplos vêm dos EUA, através da atividade de entidades como a Cato Institute, Heritage Foundation, Atlas Network (Atlas Economic Research Foundation), Government Accountability Institute (GAI) (entidade sem fins lucrativos criada por Steve Bannon), dentre inúmeras outras. Fazendo o movimento inverso, passaram a fomentar intelectual e financeiramente a criação e expansão de movimentos socialmente conservadores e economicamente liberais, muitos explicitamente antidemocráticos. Os partidos políticos de extrema direita vêm rapidamente se adequando a esse formato.

Estamos diante de enorme devastação da política, tal como a conhecemos, possibilitada pelas expropriações, que reconfiguraram as massas trabalhadoras e a extração de mais-valor de maneira direta e sem intermediação contratual. Exacerba-se a característica central da propriedade capitalista – a exploração do trabalho *sans phrase*. A devastação sócio-política da democracia vem sendo levada a efeito pela sociedade civil empresarial, por dentro dos espaços sociais e institucionais nacionais, e por fora, em inúmeros âmbitos internacionais. Embora a concentração de riqueza tenha aumentado, suas exigências de lucratividade bloqueiam – e não há sequer projeto para tanto – a incorporação plena dessas massas trabalhadoras nos terrenos econômico, político, cultural ou social. Ao contrário, o empresariado continua a impulsionar expropriações primárias e secundárias, e a truncar a política democrática com interferências através de entidades pretensamente apolíticas, que contam com assento no interior das agências de Estado e de instituições internacionais do capital. O empresariado atua ativamente para adequar ao trabalho seres sociais sem direitos, aceitando, no máximo, em alguns países, a mitigação de alguns efeitos da expansão da relação social do capital. Essa extremada violência social se agrava pelo acirramento da violência estatal e internacional. A contenção das reivindicações igualitárias que as expropriações exacerbam desfaz a cada dia o disfarce democrático empresarial, e assume feições autocráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais. *Pistoleiros abrem fogo contra geraizeiros em Formosa do Rio Preto (BA)*. 03/02/2019. In: <http://www.mst.org.br/2019/02/03/pistoleiros-abrem-fogo-contra-geraizeiros-em-formosa-do-rio-preto-na-ba.html>
- ACTUEL MARX - n° 60 - *Une classe dominante mondiale?* Paris, Presses Universitaires de France 2016/2.
- ALMEYRA, Guillermo; Bórquez, Luciano Concheiro; Pereira, João Márcio Mendes, Porto-Gonçalves, Carlos Walter (coord). *Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)*. 3 vol. Mexico e Buenos Aires, Clacso, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- BATAEMAN, Milford. *The Rise And Fall of Muhammad Yunus and the Microcredit Model - International Development Studies - IDS Working Paper #001 - January 2014*. Disponível em <http://www.arabic.microfinancegateway.org/sites/default/files/mfg-en-paper-the-rise-and-fall-of-muhammad-yunus-and-the-microcredit-model-jan-2014.pdf>, acesso 10/06/2018
- BANCO MUNDIAL. <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/sp.urb.totl.in.zs>; (<https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SP.URB.TOTL>). Acesso em 30/12/2018.
- BREILH, Jaime. La subversión del buen vivir (rebeldía esclarecida para el siglo XXI: una perspectiva crítica de la obra de Bolívar Echeverría). *Salud Colectiva*. Buenos Aires 7(3):389-397, sep-dec 2011.
- CECEÑA, Ana Esther. *Derivas del mundo en el que caben todos los mundos*. Caracas, Fundación Editorial El perro y la rana, 2015
- CHAN, Kam Wing. *China's Hukou System at 60: Continuity and Reform*. University of Washington (Feb 2, 2018) . In: https://www.researchgate.net/publication/324106192_China's_Hukou_System_at_60_Continuity_and_Reform, acesso 04/01/2019
- CHINA LABOUR BULLETIN. <https://clb.org.hk/content/migrant-workers-and-their-children>. 2018. Acesso em 15/03/2019.
- CRARY, Jonathan. *24/7 Capitalismo Tardio e os fins do sono*. São Paulo, Cosac Naify, 2014.
- DEPECKER, Thomas; Déplaudé, Marc-Olivier; Larchet, Nicolas. La philanthropie comme investissement. *Politix* 2018/1 (n° 121), p. 15-16.
- DREIFUSS, René A. *A Internacional capitalista*. Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo, 1986.
- DREIFUSS, René. A. *O jogo da direita*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- FELIPE, Paula Nabuco. *Sob o mandato do céu: o processo de modernização da China*. Tese de Doutorado em Economia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: Boschetti, Ivanete. *Expropriações e direitos no capitalismo*. São Paulo, Ed, Cortez, 2018.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo. Revista do NIEP-Marx*. v.5, n. 8, p. 45-67, 2017. In: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>

- FONTES, Virgínia. Gramsci, Stato e società civile: angeli demoni o lotta di classe? VASAPOLLO, Luciano, MONAL, Isabel. *Uscire dal fosso e buttar via il rospo dal cuore*. Rete dei Comunisti. 2014.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ e EPSJV-Fiocruz, 2010.
- G. DUMÉNIL et D. LÉVY, Classes supérieures de tous les pays unissez-vous sous une bannière impériale! *Actuel Marx* 2016/2 n° 60, pages 90 à 105, Paris, Presses Universitaires de France.
- GONÇALVES, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p.1028-1082 Guilherme Leite Gonçalves DOI: 10.12957/dep.2017.28770| ISSN: 2179-8966. In: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n2/2179-8966-rdp-8-2-1028.pdf>
- GORZ, André. *Adieu au prolétariat*. Paris, Le Seuil, 1981.
- GOUVEIA, Esther Majerowicz. A Formação do Exército Industrial de Reserva e a Determinação Salarial na China. Workpaper, 2018.
- GOUVEIA, Esther Majerowicz. *The Globalization of China's Industrial Reserve Army: its formation and impacts on wages in advanced countries*. Tese de doutorado em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de Paris-13. 2016.
- GRAIN. *Compendio Leyes, políticas y economía verde al servicio del despojo de los pueblos*. 2014. In: <https://www.grain.org/es/article/entries/4905-compendio-leyes-politicas-y-economia-verde-al-servicio-del-despojo-de-los-pueblos>
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vol., 2001-2007.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action: reason and the rationalization of society*. Londres: Polity Press, 1991. v. 1. e *The theory of communicative action: the critique of functionalist reason*. Londres: Polity Press, 1992. v. 2.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- HAYWARD, Jane Beyond the ownership question: who will till the land? The new debate on China's agricultural production, *Critical Asian Studies*, 2017. DOI: 10.1080/14672715.2017.1362957
- Heinrich Böll Foundation; Rosa Luxemburg Foundation; Friends of the Earth Europe. *Agrifood Atlas*. Facts and figures about the corporations that control what we eat. 2017. In: https://www.boell.de/sites/default/files/agrifoodatlas2017_facts-and-figures-about-the-corporations-that-control-what-we-eat.pdf?dimension1=ds_agrifoodatlas, acesso 20/12/2018.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LIGUORI, Guido. Apparato egemonico. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dizionario Gramsciano 1926-1937*. Roma: Carocci Editore, 2009, p. 44-46.
- LIU, Qing & Wang, Raymond Yu – Peasant Resistance beyond the State: Peasant-NGO Interactions in *Post Wenchuan Earthquake Reconstruction*, China. *Journal Of Contemporary China*. 2019, Vol. 28, No. 115, 151–166 <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1497917>

LUPATINI, Márcio. Notas sobre a expropriação na 'odisseia' do capital. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo, Cortez, 2018.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and Social Class: And Other Essays*. Cambridge University Press, 1950

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., Livro 3, 1985.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1996. Livro 1, Tomo 2. Coleção Os Economistas. 1996.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 39-52. In: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176/172>, último acesso 02/01/2019.

OXFAM. *Public Good Or Private Wealth?* In: <https://www.oxfam.org.nz/reports/2019>, acesso 28/01/2019.

PAULA, Elder Andrade de. Capitalismo verde e transgressões: Amazônia no espelho de Caliban. Dourados-MS-Brasil: Ed. UFGD, 2013.

PEREIRA, João Marcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*, 1944-2008. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

PRASHAD, Vijay. *Boletín Tricontinental* n. 39 – Si el campo no puede alimentar al campesinado, entonces quemem el campo. 25/11/2018. In: <https://www.thetricontinental.org/es/newsletterissue/boletin-39-si-el-campo-no-puede-alimentar-al-campesinado-entonces-quemem-el-campo/>, acesso 26/11/2018

SHIVA, Vandana. *The Violence of the Green Revolution*. London and New Jersey: Zed Books; Penang, Malaysia: Third World Network, 1993.

THOMPSON, E. P. Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial. In: *Costumbres en Común*. Barcelona: Grijalbo, 1995.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*, vol. 2. SP, Martins Fontes, 2000.

VIA CAMPESINA. Brasil: Después de 11 años, Syngenta es condenada por el asesinato de dirigente del MST. 29/11/2018. In: <https://viacampesina.org/es/brasil-despues-de-11-anos-syngenta-es-condenada-por-el-asesinato-de-dirigente-del-mst/>, acesso em 05/01/2019.

VIA CAMPESINA. Lista de miembros de La Vía Campesina. In: <https://viacampesina.org/es/lista-de-miembros-de-la-via-campesina/> 05/04/2018, acesso em 20/01/2019.

VITALI, Stefania; Glattfelder, James B.; Battiston, Stefano - *The Network of Global Corporate Control*. PLOS ONE, 6(10), 2011.

YANG, Ray Ou. Political Process and Widespread Protests in China: the 2010 labor protest. *Journal of Contemporary China*, 2015 Vol. 24, No. 91, 21–42, <http://dx.doi.org/10.1080/10670564.2014.918395>

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WORLD BANK 2018 – <https://data.worldbank.org/indicator/sp.rur.totl.zs>, acesso em 15/03/2019.

DERROTAS RECORRENTES, IDEIAS PERSISTENTES. EXAME DE UMA HIPÓTESE SOBRE OS GOVERNOS LULA-DILMA À LUZ DO GOLPE E DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO

Eurelino Coelho¹

O golpe e as perguntas

Quero me referir a questões cujo significado e importância são melhor percebidos se forem postos no quadro histórico específico onde emergiram as tensões políticas que levaram ao golpe contra o governo Dilma, à prisão política de Lula e à eleição de um candidato de ultradireita para a presidência do Brasil em 2018. Excluindo a dimensão internacional da luta de classes, uma redução do escopo analítico que reconheço como perigosa, embora necessária em razão das limitadas possibilidades deste exercício, o que temos no campo de observação são evidências inquestionáveis de uma reviravolta nas opções políticas dos segmentos burgueses que levaram a mudanças agudas na cena política brasileira.

Intervenções políticas de alto impacto em esferas da sociedade civil e do Estado foram realizadas por iniciativa e/ou com ostensivo apoio da FIESP e outras entidades representativas de industriais, de setores estratégicos do agronegócio, de grandes bancos, de grandes corporações de mídia, grupos empresariais de diversos segmentos e grupos políticos e intelectuais conservadores ou ultraliberais, alguns de atuação pública recente, perfil jovem e altamente eficientes no uso de mídias digitais. Para não lembrar de performances tragicômicas de certos empresários que foram multiplicados pelas redes sociais e repercutidos pela grande imprensa, ou do tsunami de *fake news* e outros delitos digitais de impacto avassalador custeados e promovidos por empresas e por gabinetes parlamentares. Foi uma avalanche cujo mote era a corrupção, nada inovador no Brasil como arma contra governos de fachada reformista, e cujo efeito foi arrasador sobre a imagem pública do PT e de seus dirigentes mais conhecidos. A catástrofe, a rigor, começou antes e já era visível, por exemplo, no derretimento eleitoral

¹ Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, coordenador do LABELU (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais).

que levou à perda de 60% dos votos entre as eleições municipais de 2012 e 2016 (de quase 17,5 milhões para pouco mais de 6,8 milhões de votos).

O ataque maciço, que ganhou significativo reforço militar, tirou do armário a extrema direita brasileira que conquistaria, a partir de então e por um tempo imprevisível, uma relevância política impensável poucos meses antes. Jair Bolsonaro, um político vindo do chamado “baixo clero” parlamentar e quase desconhecido, exceto por discursos extravagantes em defesa de torturadores ou aberrações similares, tornou-se o vértice de uma composição política que alinhou, contra o PT, o conjunto das frações da classe dominante. Fosse pela surpreendente eficiência retórica de seu antipetismo apocalíptico, pela sinalização do desregramento ultraliberal que prometia saques ilimitados contra o patrimônio público, desde empresas e bancos até terras devolutas em escala inédita, pela promessa de aceleração sem precedentes das expropriações primárias e secundárias (Cf. FONTES, 2012) ou por outros motivos, a candidatura Bolsonaro – e não a do PSDB, como seria esperado – tornou-se a aposta da quase totalidade das frações da burguesia no Brasil, a despeito da heterogeneidade de seus interesses específicos. Difícil prever hoje se será curta ou longa a durabilidade dessa composição nascida em berço espúrio, mas, para nosso objetivo, o decisivo é observar que o PT perdeu a credencial de operador político confiável para os negócios da classe dominante nacional. As fichas políticas do capital saíram da mesa do PT e foram jogadas para a direita.

A pergunta que precisa ser enfatizada é: porque? Tendo encontrado no partido um eficiente funcionário a serviço da acumulação de capital, da expansão de mercados para dentro e para fora do país, da limitação a níveis rebaixados das iniciativas reivindicativas dos trabalhadores, da promoção de reformas que sacrificaram direitos (previdenciários, trabalhistas) para proteger ganhos do capital, da promoção restrita, embora significativa para os clientes, de bem estar social sem custo significativo para o capital, da aplicação das fatias mais gordas dos recursos públicos obedecendo escrupulosamente às prioridades do capital, da entrega de lotes generosos do patrimônio público (desde cotas do pressal até pedágios e gestão de hospitais universitários) ao usufruto privado... por que livrar-se do PT? Se o crescimento econômico diz algo sobre os ganhos realizados e esperados dos que controlam o poder de investir, os melhores anos do capitalismo brasileiro após a ditadura militar foram com Lula no governo. Por que toda essa folha de serviços prestados foi considerada insignificante ou insuficiente para assegurar alguma lealdade do capital ao partido que, no governo, nunca lhe negou a sua?

Quinze anos atrás expus a tese de que o PT, impulsionado pelo *transformismo* de suas correntes majoritárias ao longo da década de 90, havia se tornado a *esquerda do capital* (COELHO, 2005). Nunca me pareceu difícil sustentar aquela tese em seus termos originais, referidos ao período pesquisado, que ia até 1998. A tese era cuidadosa quanto aos riscos metodológicos da eventual extrapolação de seus resultados para outros contextos e personagens históricos, mas o fato é que os governos Lula e Dilma produziram enorme quantidade de evidências adicionais comprobatórias das mesmas hipóteses. Múltiplos laços com variados segmentos burgueses foram atados com tecido institucional, destacando-se os conselhos deliberativos de fundos multimilionários, por meio de uma tessitura política meticulosa e bem sucedida, tarefa confiada a alguns dos mais capacitados quadros dirigentes do PT (Cf. CASIMIRO, 2018). Que empresários e banqueiros chefiassem vários ministérios e outros postos de comando, para não falar da Vice-Presidência da República no primeiro governo Lula, era, dentre inúmeras outras provas, a mais cristalina expressão de um pacto de colaboração de classes que se mostrou eficiente aos olhos daqueles que seguiam hegemonizando, agora com a mão esquerda, os setores estratégicos de produção e reprodução da vida social. A *esquerda do capital* provou, por alguns anos, que seu programa de governo era capaz de dar direção política e unidade ao complexo de frações da burguesia no Brasil, com amplo reconhecimento internacional. *That's the guy*, disse o presidente dos Estados Unidos sobre Lula.

Então, como entender a reviravolta? A utilidade política da *esquerda do capital* teria sido uma condição transitória, breve e já superada, isto é, o capital decidiu amputar seu braço esquerdo? A questão reabre uma problemática que pode ser considerada clássica a respeito da constituição política da ordem burguesa no Brasil. Teriam razão os autores que sustentaram que a configuração histórica do capitalismo no Brasil e as relações de classes estruturadas a partir dessa configuração seriam, afinal, refratárias a qualquer agenda progressiva, ainda que modesta, de obtenção de direitos e qualidade de vida das maiorias? O golpe de 2016 seria a manifestação mais recente e em versão atualizada de uma maldição que recobre a democracia burguesa no Brasil, maldição cujo espectro assustador se mostra mais inteiro de tempos em tempos, como em 1954 e 1964 antes de 2016? Ou, em vocabulário de Florestan Fernandes: porque permanecem tão difíceis, íngremes e inseguros os caminhos de uma “revolução dentro da ordem” no Brasil?

Não é difícil notar que estes problemas podem ser abordados a partir de ângulos bem diferentes, eventualmente opostos, e o debate está aberto. Para intervir nele é que este texto foi escrito. Tal como as

desenvolvemos até aqui, com atenção para o protagonismo da *esquerda do capital*, as questões sobre o golpe contra Dilma, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro abrem perspectivas de investigação distintas daquelas que orientam diagnósticos como, por exemplo, o de Emiliano José: “O fascismo cresce quando os pobres ascendem. No Brasil, as camadas médias, sua parte inconformada com essa ascensão, odeiam os pobres. Odiar o outro é essencial para obter sucesso, derrotá-lo” (JOSÉ, 2018). Não resta dúvida quanto ao ódio cheio de elementos racistas e misóginos que burgueses e segmentos médios brasileiros destilam contra os pobres, mas é preciso lembrar que esse ódio não tinha sido maior que o apoio dado pelos mesmos setores à força política vencedora entre 2003 e 2016 – isso para não mencionar a dificuldade de encontrar respaldo histórico para a suposta correlação entre o crescimento do fascismo e a “ascensão” de pobres.

A análise consolidada em 2017 pelo VI Congresso do Partido dos Trabalhadores em seu “balanço de uma experiência histórica” toca no mesmo acorde, mas é mais cuidadosa ao considerar que “os golpistas agiram contra nós devido ao que fizemos de correto” embora seu sucesso tenha resultado de “nossos erros e insuficiências”.

A época que vivemos, por exemplo, é caracterizada pela tentativa, patrocinada pelo grande capital e por seus instrumentos, especialmente o oligopólio da mídia, de desmoralizar e destruir o Partido dos Trabalhadores, bem como os avanços conquistados entre 1º de janeiro de 2003 e 12 de maio de 2016, período em que petistas estiveram à frente da presidência da República. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2017)

O “grande capital” ou as “oligarquias financeiras, industriais, agrárias, midiáticas” são responsabilizados pelo golpe, uma reação “contra nós, contra o que nós somos, contra o que nós efetivamente fizemos, contra o que eles temiam que poderíamos vir a fazer e, também, reação contra nossa recusa em capitular e implementar o programa dos golpistas.” (IDEM). Foi a saída encontrada para “subordinar a política econômica aos pressupostos da ortodoxia neoliberal, em sintonia com a tendência mundial do capitalismo de concentrar e exportar capitais, ampliando a financeirização da economia no contexto da globalização” (IBIDEM).

Há muitas pontas soltas no argumento oficial do PT: o “grande capital” ou as “oligarquias” estiveram ou não no topo dos mais favorecidos pelo fluxo de riqueza cuja direção se manteve inalterada durante os governos petistas? Até que ponto os “pressupostos da ortodoxia neoliberal”, a concentração e exportação de capitais e a

“financeirização” eram mesmo figuras ausentes ou de importância secundária nas políticas econômicas petistas? O que havia no “programa dos golpistas” que o governo Dilma de fato se recusava a implementar, mesmo que mediante alguma negociação? O documento oficial do PT não chega a tratar dessas dificuldades, mas houve quem obtivesse resultados qualitativamente superiores mirando o mesmo horizonte.

Os argumentos que selecionei para examinar pertencem a este campo, nascem de posições comprometidas até certo ponto com a justificativa e, por isso mesmo, com o levantamento de uma linha defensiva dos governos e dos projetos políticos petistas, posições temperadas com doses variáveis de crítica. Estão alinhados sobre o mesmo pressuposto: o fato de que aqueles governos tenham sido alvo da fúria da direita, com segmentos empresariais por detrás, seria a prova de que suas políticas eram um obstáculo à ortodoxia liberal e que abriam espaço, em alguma medida, para metas inclusivas, democratizantes e redistributivas que, diante de mudanças na conjuntura, terminaram levando à perda do apoio burguês ao governo Dilma.

São argumentos que merecem uma leitura apurada, foram formulados por um intelectual de grande envergadura. É quase unânime a percepção de que estamos diante de uma mudança política cuja profundidade ainda precisa ser sondada, mas que já desencadeia vertigens mesmo em observadores experimentados. O exame da crise dos governos petistas, qualquer que seja o destino do governo de extrema direita eleito em 2018, continuará a exigir por um bom tempo a atenção de toda a inteligência crítica que puder ser mobilizada para a tarefa. O autor com quem debateremos é responsável por contribuições muito valiosas a esse esforço coletivo, o que alimenta a expectativa de que minhas questões a respeito de suas ideias sejam, se não pertinentes, ao menos oportunas.

Além do mais, apesar do intenso desgaste, o PT ainda é o partido com maior presença e influência nos espaços organizados dos grupos sociais subalternos. Significa que suas escolhas e avaliações, enriquecidas e amplificadas por intelectuais que operam em sua órbita, têm um impacto considerável e que seria um grave erro desconhecê-las ou desprezá-las, qualquer que seja o nível de desacordo para com elas. Por fim, convém advertir o leitor para as ausências, neste exercício, de referências a partes significativas dos argumentos desenvolvidos pelo autor cujas obras examinamos. A redução foi inevitável, por razões óbvias, mas espero que o que foi selecionado e submetido a análise aqui seja suficientemente representativo de seu pensamento sobre a matéria.

A hipótese Boito²

Armando Boito escreveu diversos textos tratando de variados aspectos dos governos petistas, inclusive de sua crise e derrocada final em 2016, com o golpe parlamentar desfechado contra o segundo governo Dilma. Vistos ao longo desse tempo, seus textos revelam como amadureceram ou se modificaram suas interpretações à medida em que a experiência dos governos avançava, mudanças que o próprio Boito reconhece. Vários argumentos, no entanto, foram mantidos e consolidados e é sobre alguns deles que vamos nos debruçar.

Segundo Boito, aqueles teriam sido governos construídos e sustentados por uma *frente neodesenvolvimentista*, um dispositivo político cuja condição de existência deriva do fracionamento da classe dominante brasileira. Mesmo admitindo a existência de outras linhas de clivagem no interior da burguesia no Brasil, Boito entende que o conflito principal no período se deu entre o grande capital interno (ou burguesia interna) e o grande capital externo ou a ele associado, denominado também pelo antigo conceito de *burguesia compradora* em alguns de seus artigos. Cada uma das frações é constituída por interesses que se expressam em dois diferentes programas de desenvolvimento do capitalismo, ambos subordinados ao modelo neoliberal: o *neodesenvolvimentismo* da grande burguesia interna e o *neoliberalismo ortodoxo* da burguesia associada ao imperialismo.

Para Boito a grande burguesia interna seria uma “nova burguesia nacional”³, com margens curtas de independência perante o grande capital externo e, por isso mesmo, indisponível para formar uma “frente anti-imperialista com a classe operária” tal como estava a “velha” burguesia nacional pensada por marxistas do século XX (BOITO, 2018, p. 55). Ainda assim, seria distinta da fração compradora ou associada exatamente por sua posição diante do imperialismo: a grande burguesia compradora “tem interesse na expansão quase sem limite do imperialismo enquanto a grande burguesia interna, embora esteja ligada ao imperialismo (...) procura impor limites àquela expansão” (IDEM, p. 64). Seu programa de desenvolvimento não reedita o velho desenvolvimentismo nacionalista dos anos 40 e 50, ao contrário, respeita as prescrições do modelo neoliberal, mas explora aí as possibilidades de ganho e expansão dos segmentos nacionais do grande

² Trataremos como uma hipótese, no singular, a proposta interpretativa de Armando Boito como um todo, sem deixar de reconhecer que ela se constitui de diferentes elementos teoricamente articulados.

³ Cf. o título e as primeiras linhas do capítulo 2 – *Governo Lula: a nova “burguesia nacional” no poder* (Boito, 2018, p. 55 e seguintes). As aspas presentes no título não se repetem em outras partes em que ele emprega novamente a expressão.

capital que o neoliberalismo ortodoxo despreza em proveito do grande capital financeiro internacional.

“Pois bem, no Brasil de hoje foi o governo Lula que promoveu a ascensão política dessa fração da burguesia brasileira” (IDEM, p. 56). A frase contém o essencial para entender a composição da frente neodesenvolvimentista, segundo Boito. A burguesia interna estabelece os objetivos políticos da frente, que coincidem com seu programa de desenvolvimento do capitalismo, o que faz dela a força hegemônica de uma articulação política que se orienta para tais objetivos. Mas ela não tem como enfrentar com êxito a grande burguesia compradora sem aliar-se ao movimento sindical e popular. E, apesar de sua posição hegemônica, a construção concreta da frente não resultou da iniciativa da burguesia interna: “Ela foi antes de tudo, o resultado, indireto e até certo ponto inesperado, da luta do movimento sindical e popular” que havia construído e tornado eleitoralmente viável o Partido dos Trabalhadores e um campo reformista a ele vinculado. Portanto o movimento social articulado ao PT “não é a força hegemônica da frente, isto é, aquela que define os objetivos da luta, mas é a sua força principal, isto é, aquela da qual mais depende o sucesso da luta” (IDEM, p. 81).

Boito analisa em alguns textos a trajetória política da burguesia interna que “teve os seus interesses prejudicados pelos governos Collor, Itamar e FHC” (IDEM, p. 307) e que, em movimentos complexos, mas sempre norteados por suas divergências com o programa neoliberal ortodoxo, se aproximou do campo liderado pelo PT. Julga, por isso, que é um erro enfatizar “o elemento continuidade entre FHC e Lula” (IDEM, p. 36), como fazem críticos de esquerda dos governos petistas. Aliás, é a descontinuidade que deve ser considerada como predominante também em razão da outra força constitutiva da frente, o campo petista/movimentos, completamente excluída de qualquer participação sob hegemonia neoliberal.

Para o autor a transformação do PT, de um partido operário e popular reformista com um “ambicioso” programa de bem-estar social em um partido representante da grande burguesia interna baseado num programa neodesenvolvimentista, “não era inelutável”, mas aconteceu. Diante do fato consumado, a “maioria e as mais representativas” das organizações socialistas e populares “decidiram pelo apoio crítico aos governos petistas” (BOITO, 2017, p. 30).

Não se equivocaram ao fazê-lo, é a avaliação de Boito que inclui aí, provavelmente, sua própria posição como intelectual socialista. Os governos Lula e Dilma trouxeram para os trabalhadores “conquistas materiais modestas, mas importantes”: uma “moderada distribuição de renda”, acesso de “camadas pauperizadas a serviços públicos e equipamentos básicos”, medidas de “democratização do acesso ao

ensino superior” e fortalecimento da agricultura familiar além de políticas de reconhecimento de direitos das mulheres, negros, indígenas e minorias sexuais. “O movimento operário e popular acumulou força. Nesse período o movimento sindical logrou uma forte recuperação” (IDEM, p. 31).

Sobre o movimento sindical e sua recuperação durante os governos da frente neodesenvolvimentista há um capítulo inteiro no livro de 2018. A ascensão no número de greves, aumentos reais de salário, sobretudo do salário mínimo, e a ampliação dos espaços de interlocução direta com o governo são adotados como indicadores do soerguimento do sindicalismo. Boito não deixa de assinalar que o movimento é afetado em direções contraditórias pelas políticas governamentais: se a redução do desemprego e o crescimento econômico foram favoráveis à retomada das lutas reivindicativas, por outro lado o estreitamento dos laços institucionais com o Estado e o incentivo a alianças com o patronato estimularam a moderação das cúpulas sindicais – moderação que já se consolidara na CUT desde os anos 90, quando ela “abandonou a luta pela implantação de um Estado de bem-estar social” (BOITO, 2018, p. 192).

Tendo assumido por iniciativa própria a agenda neodesenvolvimentista, a CUT e quase todo o movimento sindical tornaram-se participantes de primeira hora da frente. Ao contrário do texto de 2017, mais otimista, agora o balanço final sugere um empate: para “não aguçar as contradições com as forças aliadas” e preservar as condições políticas dos ganhos econômicos obtidos, os sindicatos aprofundam sua moderação e abandonam bandeiras históricas.

Mas o “neodesenvolvimentismo tinha um encontro marcado com a crise” (IDEM, p. 266). Dependente crônico da preservação de condições favoráveis no mercado internacional e de uma frente política muito heterogênea, sempre esteve exposto a risco elevado. E a frente tinha inimigos, já que “parte importante da burguesia combatia os governos petistas mesmo antes da crise, isto é, durante o período em que se verificava razoável crescimento econômico” (IDEM, p. 272). A vulnerabilidade da frente já tinha sido considerada por Boito desde 2010, mencionando não só ataques do PSDB que tentava atrair a burguesia interna para seu próprio campo, mas também ações de “organizações de extrema esquerda [que] procuram fazer com que os sindicatos e o campesinato retirem o apoio que dispensam ao governo Lula” (IDEM, p. 97). Contudo, a julgar pelas datas dos textos a que tivemos acesso, foi somente a partir da deflagração do golpe contra o governo Dilma que ele deu maior atenção ao problema.

A crise política, para o autor, não se deixaria explicar por perspectivas que supõem um movimento em bloco da burguesia, seja

ele visto como uma ruptura global da classe dominante contra um governo que perdera a utilidade por não poder administrar a crise econômica ou como a reação burguesa (ou da “elite”) contra um governo popular. Tais análises, que ele atribui respectivamente à oposição de esquerda ao PT e a intelectuais petistas, estariam equivocadas ao supor um movimento de conjunto da burguesia, ignorando que “a disputa principal no interior do bloco no poder se deu entre a grande burguesia interna e a burguesia internacionalizada” (IDEM, p. 274).

Desde a Apresentação do livro ele já antecipara que foi justamente essa “contradição entre frações burguesas que assumiu o posto de contradição principal do processo político brasileiro” (IDEM, p. 11). A crise expressava um deslocamento da burguesia interna que, duramente afetada pela crise econômica, terminou por ser “atraída para o campo político da burguesia associada e poderá, no limite, dissolver-se enquanto fração autônoma de classe” (IDEM, p. 275). A estagnação da economia a partir de 2011 criou a oportunidade para a retomada da iniciativa política da oposição neoliberal. Foi esta ofensiva do “campo neoliberal ortodoxo” (IDEM, p. 282) que disparou a crise política, e não a luta popular aberta em junho de 2013, que expressava contradições no interior da frente neodesenvolvimentista. Tais contradições internas vinham de longe e envolviam conflitos entre sindicatos e grupos da burguesia interna sobre salários e entre empresários e o setor bancário a respeito da política fiscal e taxa de juros. Havia ainda insatisfações do movimento camponês e da juventude de “baixa classe média”. Por isso é que “quando o campo neoliberal ortodoxo iniciou sua ofensiva restauradora, a frente neodesenvolvimentista vinha se esgarçando” (IDEM, p. 284).

Quando chegou a hora decisiva, o governo Dilma não encontrou apoio em nenhum dos setores sociais beneficiados pelo neodesenvolvimentismo. Boito assinala escolhas políticas no início do segundo governo que reduziram as chances de obter apoio: a implementação do ajuste fiscal ortodoxo, que traiu promessas de campanha e criou atritos com a burguesia interna e com os trabalhadores, e a opção por enfrentar os golpistas na arena institucional, ao invés de chamar a luta para as ruas. Diante do golpe a burguesia interna se dividiu, com grande parte apoiando entusiasticamente o impeachment (como a FIESP) e uma parcela menor se mantendo neutra (como a indústria naval). Boito vê aí uma “crise de representação”: o “representado, a grande burguesia interna, não se reconhecia mais no representante, o governo Dilma” (IDEM, p. 294).

O movimento sindical e popular foi “neutralizado” e mesmo quando as “três centrais sindicais progressistas – a CUT, a CTB e a

Intersindical” chamaram à resistência e proporcionaram recursos e infraestrutura, os sindicatos de base “ficaram imóveis, não compareceram e nem mobilizaram os trabalhadores” (IDEM, p. 300). Por seu turno, os trabalhadores da “massa marginal” permaneceram passivos, postura coerente com o padrão da relação populista que os governos petistas haviam desenvolvido com eles.

Discutindo a hipótese

O exame da hipótese Boito pode começar pelo seu pressuposto de que a burguesia brasileira seria fracionada, no essencial, pela relação com o imperialismo, conforme predominem em seus interesses a associação e a complementaridade (burguesia compradora ou associada) ou a tentativa de limitar suas ações (burguesia interna).

Impossível não ver aqui uma versão ligeiramente modificada da concepção de burguesia nacional predominante na III Internacional, no antigo PCB e entre intelectuais e organizações que lhes eram próximas, concepção que fixava o alicerce da política de aliança com aquele segmento burguês que, segundo a expectativa daqueles comunistas, poderia assumir posições anti-imperialistas. Embora o autor negue peremptoriamente ter assumido o conceito de burguesia nacional em qualquer das variantes desenvolvidas no século XX, tratando de distinguir dele o conceito de burguesia interna que extrai de Poulantzas, é ele mesmo quem denomina a burguesia interna como “nova burguesia nacional”, com ou sem aspas, como vimos.

A semelhança não é apenas de nome, mas do próprio critério empregado para defini-la como fração, ou seja, sua posição de antagonismo, mesmo que frágil e limitado, ao imperialismo. Embora não seja como a “velha burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas” (BOITO, 2018, p. 56), ela seria algo como sua versão possível nos tempos de vigência do modelo neoliberal de desenvolvimento do capitalismo, do mesmo modo que seu programa, o neodesenvolvimentismo, seria o “desenvolvimentismo possível dentro dos limites impostos pelo modelo capitalista neoliberal” (IDEM, p. 266).

Assim como a velha, a nova burguesia nacional tem seus interesses frequentemente restringidos ou diretamente prejudicados pelo imperialismo, embora sua posição “intermediária” no quadro do neoliberalismo encurte suas margens de reação. Assim como sua antecessora, a burguesia interna é politicamente frágil e depende de alianças (ou de “frentes”, diferença conceitual valorizada pelo autor) com os trabalhadores para defrontar-se com a fração burguesa

opponente. A aliança tentada no passado pelos comunistas teria sido finalmente conseguida, embora de modo mais precário (como “frente”), nos governos petistas, e seria correto apoiá-la, ao menos “criticamente”, em razão dos ganhos que proporciona aos trabalhadores. Há, portanto, muitas linhas de continuidade entre os conceitos de velha e de nova burguesia nacional nos planos teórico e político.

O que poderia ser a burguesia nacional e se ela seria ou não capaz de práticas anti-imperialistas são questões abertas entre marxistas no Brasil, senão antes, pelo menos desde os anos 50 e, como vemos, não desapareceram completamente após mais de meio século. Postas as semelhanças e continuidades, algumas objeções que foram erguidas no passado contra o velho conceito talvez conservem certa validade, se atualizadas, para referir-se ao novo. É um exercício que não tem como ser realizado aqui, porque demandaria expandir consideravelmente o quadro sob análise.

Contudo, não deve ser polêmico lembrar obras de autores como Ruy Mauro Marini (2012), Theotônio dos Santos (2011) e Florestan Fernandes (1975), alguns dos mais conhecidos propositores de modos de ver o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil que, sem menosprezar as diferenças que guardam entre si, convergem no questionamento do caráter, do poder econômico e político e do papel atribuído à burguesia nacional pela corrente marxista preponderante. Estaria o conceito de burguesia interna fora do alcance daquelas objeções?

A questão clássica foi retomada dez anos atrás por Virgínia Fontes que a aborda de frente: “burguesia nacional?” (FONTES, 2010, p. 309). Baseando-se em resultados robustos de pesquisas realizadas por autores como Sonia Regina de Mendonça e René Dreifuss, Fontes constata a organicidade da dominação burguesa no Brasil, seu enraizamento nos espaços da sociedade civil e no terreno estritamente estatal bem como sua extensão por todo o território nacional, resultante de processos históricos repletos de contradições. Existe, sim, uma *burguesia brasileira*, classe dominante atravessada por competições e conflitos internos que, no entanto, não se sobrepõem a seu processo de incorporação ao capital-imperialismo equilibrando-se entre a “obediência à dependência subalterna e sua própria reprodução enquanto classe capital-imperialista com base no Brasil” (IDEM, p. 308-9).

O conceito de capital-imperialismo, como se sabe, é o construto teórico com o qual Fontes se propõe a investigar a configuração do imperialismo contemporâneo que não somente transpassa (sem necessariamente desconstruí-las) as fronteiras nacionais, mas

também impõe a completa subserviência à reprodução do capital e a seus requisitos por todas as dimensões da vida social. A autora é taxativa: “Inexiste, pois, uma *burguesia nacional* no Brasil e inexistem condições históricas para a emergência de algo similar” (IDEM, p. 314, grifo da autora).

Ou seja: parece haver um trabalho teórico por fazer que envolve, mais do que a apropriação crítica de conceitos de Poulantzas,⁴ o diálogo no plano teórico com pensamentos marxistas que, por ângulos diferentes dos adotados por Boito, vêm se dedicando à tarefa de explicar o capitalismo no Brasil. Só que as dificuldades para sustentar a existência no Brasil de algo similar à uma burguesia nacional – que seria a burguesia interna como fração de classe com capacidade hegemônica – não são apenas teóricas, mas também empíricas. O autor pode comprovar com facilidade a marcha crescente de apoio entusiástico de vários segmentos capitalistas a Lula e ao primeiro mandato de Dilma, mas não o caráter nacional (ou “interno”) de todos esses capitais.

Tome-se o caso específico do agronegócio, setor tratado com regalias pelos petistas e que Boito considera como um dos pilares da burguesia interna em apoio àqueles governos. De acordo com um autor citado por ele, a economia agroexportadora, nos tempos da República Velha, era o terreno em que se articulavam os interesses a) do capital estrangeiro, que controlava a realização do valor produzido e era a força hegemônica, b) do “grande capital cafeeiro”, uma “classe de grandes fazendeiros com investimentos ultrapassando os limites das fazendas, dirigindo-se para importantes sociedades bancárias e ferroviárias, além de deter postos na administração pública” (PERISSINOTO, 1994, p. 39) e c) da “lavoura”, os fazendeiros “do interior” (Idem, p. 45). Boito entende que, naquele contexto, era a “burguesia compradora” a força hegemônica no bloco no poder (BOITO, 2018, p. 128). Ora, o agronegócio de nossos dias tem vínculos muito mais estreitos e extensos com o capital internacional do que o café da República Velha.

Para além da dependência com os mercados externos e seus operadores, que se radicalizou com a sofisticação do mercado de *commodities*, e do desdobramento para ativos financeiros no exterior do espectro de investimento dos maiores “players” nacionais do agro, pode-se observar como novidade a presença crescente de capitais internacionais que atuam na própria produção e tem interferência sobre ela. Sementes, fertilizantes, pesticidas, máquinas e implementos, ou seja, parte significativa do capital efetivamente mobilizado na produção

⁴ Trabalho que já foi iniciado: cf. MARTUSCELLI (2018).

que explora o trabalho assalariado rural, e que em última instância depende dele para continuar a realizar seus lucros, não é nacional ou é associado a ele com prerrogativas de comando.⁵ Sem mencionar a internacionalização da propriedade territorial agrícola, outro nervo exposto do problema.⁶ Como aceitar que, nesta nova configuração, a burguesia do agronegócio (que nunca foi somente o grupo dos “fazendeiros do interior”) seja concebida não mais como fortemente associada ao capital externo (e submetida à sua hegemonia, nos termos de Perissinoto) e sim como coluna da burguesia interna?

Por outro lado, o autor tem muita dificuldade para encontrar evidências de que houve qualquer fração importante da burguesia, seja a associada/compradora ou alguma outra, que tenha atuado consistentemente como força de oposição aos governos petistas antes que viesse o agravamento da crise econômica a partir de 2013. Ao contrário, aqueles governos foram apoiados por um espectro muitíssimo amplo de grupos empresariais de todos os ramos, o que demonstra de modo irretorquível a vigência de uma articulação hegemônica e torna difícil ver ali uma “contradição principal”. Não há porque presumir que essa articulação fosse permanente, que tenha abarcado todos os capitalistas nem que inexistissem tensões e deslocamentos em seu interior, obviamente, mas o que não se pode ver é a existência de uma fração orgânica da burguesia que, tendo sido excluída ou “deslocada” para posições não dominantes neste arranjo político tenha, por isso, atuado em linha de confronto.

As provas que o autor apresenta, como trechos de uma conferência num encontro internacional de banqueiros em Viena (IDEM, p. 74) e, mais frequentemente, a choradeira de quadros do PSDB, são insuficientes e, no segundo caso, talvez, inconsistente. Assumir que o PSDB seja representante *de fato* da burguesia associada/compradora só é convincente se ficar demonstrado que estão fluindo relações orgânicas deste partido com a base social que ele pretende representar – quanto a essa pretensão, nenhuma dúvida. Mas a relação representado/representante não é inquebrável, como o próprio Boito deixou claro referindo-se ao divórcio entre a burguesia interna e Dilma. Ora, e se as bases sociais pretendidas pelo PSDB encontraram nos governos petistas espaço político de acolhimento satisfatório de seus interesses, mesmo que mediante negociações e acordos, o que impediria que se considerassem representados?

Nada do que foi dito aqui anula a diferença entre os programas neodesenvolvimentista e neoliberal ortodoxo (mantenhamos os termos

⁵ Um estudo consistente sobre a desnacionalização da agricultura brasileira é OLIVEIRA (2016).

⁶ Cf. LEITE E LIMA (2017).

provisoriamente), mas põe dúvidas sobre serem eles expressões de interesses permanentes e específicos daquelas frações de classe. O entusiasmo patético exibido na campanha contra Dilma e pró-Bolsonaro por outra coluna da “burguesia interna”, a FIESP, não mostra qualquer traço de constrangimento por aderir à extrema direita e ao neoliberalismo duro. Isso porque a ortodoxia neoliberal (não necessariamente representada pelos tucanos, como ficou claro) pode ser a melhor alternativa para a maioria das frações burguesas, e não só para o setor mais diretamente associado ao imperialismo, sempre que for imperativo radicalizar a imposição de perdas e a subtração de direitos com o fito de restaurar ou elevar a intensidade da exploração e das expropriações em proveito do capital.

O que está em disputa, em conjunturas assim, é menos a repartição de cotas de mais-valor entre frações burguesas e mais o aprofundamento de sua extração ou de expropriações que assegurem, custe o que custar, níveis de acumulação definidos como necessários. O conflito principal não é entre frações, mas entre classes. A *esquerda do capital*, isso sim, teria dificuldades para levar ao extremo essas políticas sem pôr em risco sua relação com os subalternos, ou seja, seu mais valioso cacife para voltar a disputar, quando for possível, a hegemonia burguesa no Brasil. Se é para obter confirmação empírica, creio que será mais fácil provar que a composição costurada em torno do PT (a *esquerda do capital*) teve seus dias de glória como representante do conjunto da burguesia, que ela logrou unificar politicamente por alguns anos.

Um terceiro questionamento que se pode oferecer à hipótese Boito recai sobre sua visão a respeito do PT e de seu papel como articulador bem-sucedido de uma política de conciliação de classes, expressão que o autor, aliás, não emprega. A suposição de que a burguesia interna detivesse a hegemonia numa frente em que a força principal era operária e popular esbarra num obstáculo factual: o programa com o qual foi feito o trabalho político de construção da frente foi obra do PT, encontrava-se pronto ao final dos anos 90 (Cf. COELHO, 2005). Não foi apenas a iniciativa política que coube aos petistas, mas a própria enunciação do programa em torno do qual se articulariam burgueses e trabalhadores. Se os objetivos da frente coincidiam com interesses burgueses, como Boito observa corretamente, a pergunta a ser feita é sobre o significado de que tais objetivos tenham sido formulados e defendidos pelo próprio PT. O problema tem, pelo menos, duas dimensões.

A primeira deriva do fato de que, ao tomar como seus aqueles objetivos e ao dar provas de seu compromisso com eles por tantos anos, o PT havia se credenciado como operador político à disposição

do capital. Seria ingênuo imaginar que uma reviravolta tão profunda no projeto político do PT poderia ser somente uma mudança no plano das ideias. Trata-se de um fenômeno muito mais radical, um reposicionamento daqueles sujeitos no terreno da luta de classes que pode ser expresso com o conceito de *transformismo*.

Como todo agente político construtor de hegemonia, o PT endossa aqueles objetivos ocultando que eles são vinculados a interesses restritos, burgueses, e os proclama como se atendessem a aspirações e necessidades *de todos*. A segunda dimensão decorre daqui: o PT e o campo do movimento sindical e popular que ele dirige ou influencia atuaram como funcionários da conciliação de classes junto aos trabalhadores, um pré-requisito para obter uma pacificação social sob a ordem do capital que não dependa fundamentalmente da repressão. Boito percebe de algum modo esta dimensão ao assinalar o que para ele foi o abandono, por parte do PT, da CUT e setores adjacentes, do que seria um programa avançado de bem-estar social em troca de um reformismo moderado. Mas ele não chega a considerar mais detidamente o papel cumprido pela *esquerda do capital*, através de seus tentáculos sindicais e populares, como apassivadora da classe, uma função que ela pôde realizar de modo mais eficiente que qualquer outra força política.

Não se tratou apenas de moderação, mas de abandonar pautas com potencial de aglutinação do conjunto da classe (como ele mesmo registrou) e de revestir as remanescentes com os sentidos autorizados e limitar seu alcance ao que respeitasse o poder de veto burguês. À desorganização e despolitização da “massa marginal”, que Boito sublinha, é preciso acrescentar o resultado de décadas de trabalho junto aos diversos segmentos da classe trabalhadora liderados por petistas e aliados. Dirigida para a fragmentação corporativa e educada em cartilha liberal pela *esquerda do capital*, a classe trabalhadora recuou vários passos na construção política de si mesma, ainda que tenham sido obtidos ganhos materiais durante os governos petistas (que não podem ser negligenciados) e mesmo que sigam existindo pontos de resistência a essa desconstrução.

Como afirmar, então, que a luta de classes não foi o conflito principal do período?⁷ A condição passiva da classe trabalhadora, que foi fator essencial para a viabilização dos interesses burgueses nos anos Lula e Dilma, não foi um fato externo, um dado acidental da

⁷Não vou me ocupar aqui em apresentar minha objeção teórica ao entendimento de Boito de que o conceito de *luta de classes* deve empregar-se apenas para os momentos em que a classe trabalhadora disputa o poder. Esclareço que opero com o conceito ao modo tradicional, sem qualquer distinção especial entre “conflito” e “luta” para nomear experiências diversificadas de antagonismo entre capitalistas e trabalhadores.

conjuntura, um mero reflexo da crise econômica ou do modelo neoliberal. Os efeitos de baixo crescimento econômico e desemprego sobre a classe que vive do trabalho foram dramáticos, mas não fornecem explicação automática para as escolhas políticas de dirigentes que optaram, desde os anos 90, pelo apassivamento da classe.

Quando a economia melhorou, nos anos Lula/Dilma, ficou mais evidente que a escolha por perseverar na rota da conciliação e no combate aos que a ela se opunham era eminentemente política. Aquela passividade política da classe não é pura espontaneidade: foi preciso incentivar, desenvolver, aprofundar e justificar, torná-la uma espécie de *senso comum*, uma tarefa demorada, *molecular* que foi cumprida fora e dentro dos movimentos por agentes com legitimidade política perante as bases e com controle sobre poderosos aparelhos que já operavam desde antes, mas se expandiram nos governos do PT. Dela se encarregaram os petistas e seus aliados atuando nos governos e fora deles e recorrendo a métodos muito variados, inclusive cooptando lideranças, “rachando” sindicatos em que não conseguiam maioria (como o ANDES-SN) ou desqualificando como sectárias, de extrema-esquerda, etc. todas as iniciativas que se opunham ao apassivamento e à conciliação.

A história recente da classe trabalhadora no Brasil não pode ser contada sem levar em conta o papel cumprido pela *esquerda do capital*. A ação política voltada para a anulação da independência da classe e para a sua acomodação aos limites traçados em função de objetivos da burguesia como um todo (e não apenas de uma fração) deve ser vista como o que é, um ataque, um golpe para desarmar o adversário e dissuadi-lo de lutar, parte de um combate que atravessou, como sempre, terrenos materiais e simbólicos. Transformismo e hegemonia são elementos centrais da história dos anos 90 e dos governos petistas e dizem respeito à luta de classes que foi, afinal, o conflito central daqueles anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO, Armando. O legado dos governos do PT. In: MARINGONI, Gilberto e MEDEIROS, Juliano. *Cinco mil dias: o Brasil na era do Lulismo*. São Paulo, Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

BOITO, Armando. *Reforma e Crise Política no Brasil*. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, UNICAMP/São Paulo, UNESP, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita*. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

- COELHO, Eurelino *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Niterói, 2005. Tese de Doutorado em História.
- DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas, Ayacucho, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FONTES, Virgínia (2012). *O Brasil e o Capital-Imperialismo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2012.
- JOSÉ, Emiliano. Raízes do ódio. *Teoria e Debate*, 176. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/colunas/raizes-do-odio/> (Acesso em 25/02/2020).
- LEITE, Alexandre Cesar Cunha e LIMA, Thiago (orgs.) Aquisição Transnacional de Terras (Land Grabbing) Dossiê. *Estudos Internacionais*, v. 5, n. 2, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. A Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil. In: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis, Insular, 2012.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. *Crítica Marxista*, n.47, 2018.
- OLIVEIRA, Arioaldo U. *A Mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iände, 2016.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do VI Congresso*. São Paulo, Perseu Abramo, 2017. Disponível em <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2017/07/caderno-de-resolucoes-do-6-congresso-nacional-do-pt.pdf>. (Acesso em 27/02/2020)
- PERISSINOTO, Renato M. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*. Campinas, Unicamp, 1994.

A EXTREMA DIREITA BOLSONARISTA COMO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DE HEGEMONIA

Flávio Henrique Calheiros Casimiro¹

Introdução

Como compreender a ascensão de um projeto de extrema direita com características marcadamente protofascistas no Brasil de 2019? Como podemos explicar a vitória de um discurso caracterizado pelo ódio, autoritarismo e tamanho despreço pelas classes trabalhadoras? Quais fatores poderiam explicar a ascensão do pensamento mais reacionário, antiprogressista, antiliberal e anticientífico no Brasil do século XXI? Defensores de direitos humanos e progressistas de modo geral, acompanham com perplexidade e insegurança em relação ao futuro do país, o início do governo do militar reformado, Jair Messias Bolsonaro, acompanhado de seus filhos, todos marcados por posições absolutamente questionáveis no âmbito dos valores democráticos. A presidência da República está nas mãos de uma figura extremamente contraditória, polêmica e truculenta. Um personagem político caricaturesco que alia forte carisma entre grupos radicais de extrema direita e os setores mais reacionários da sociedade brasileira, com uma forte rejeição e repúdio por parte dos setores progressistas e defensores da democracia.

O presente texto, que parte de tais perplexidades e angústias do presente é fruto de pesquisas sobre as estratégias de organização dos segmentos da direita brasileira na contemporaneidade e, mais especificamente, representa a sistematização do debate proporcionado pelo VII Simpósio de Pesquisa Estado e Poder - “Direitos, Democracia e Lutas Sociais em Tempos de Crise”, realizado na UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon, em outubro de 2019. Na ocasião tive a oportunidade de compor a mesa de apresentação “Classes Dominantes e Ascensão Conservadora” na companhia de grandes historiadores como a querida Sonia Mendonça (UFF) e o saudoso companheiro Eurelino Coelho (UEFS). Por sua vez, não é nossa pretensão que esse breve estudo traga respostas conclusivas e

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor de História Econômica e Economia Política do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

definitivas. Como se trata de uma conferência, a proposta aqui é muito mais levantar possibilidades e analisar alguns elementos e suas conexões, a fim de contribuir para um debate mais amplo para buscarmos compreender um pouco melhor esse processo histórico repleto de contradições.

Para iniciar uma discussão sobre essa ascensão do conservadorismo no Brasil, nos últimos anos, é preciso ter em vista o caráter histórico desse processo. Apesar de estarmos diante de um fenômeno marcado por uma assustadora e aparentemente repentina ascensão de uma extrema direita – que parece ter surgido “do nada” ou surgido como um suposto efeito colateral que se deu em função de uma fissura no bloco de poder com as manifestações de 2013 –, é preciso ter em vista que esse processo carrega marcas mais profundas. A construção e atualização da hegemonia dos segmentos da direita brasileira deve ser observada, pelo menos, a partir das últimas três décadas.

Desde o processo de redemocratização do Brasil, no final dos anos de 1980, segmentos conservadores e reacionários da burguesia brasileira, insatisfeitos com os rumos da chamada “Nova República”, com as novas diretrizes estabelecidas nas disputas da Constituinte, passam a se organizar também no campo da sociedade civil, cada vez mais ocidentalizada. Entretanto, essa redefinição das bases de atuação das direitas pós redemocratização, não dá conta de explicar sozinha a guinada recente para um projeto de extrema direita e, mais do que isso, o fato dessa alternativa ter conseguido agregar outros estratos de classe, obtendo sucesso e conquistado o poder do Estado.

Nesse sentido, uma análise da atualização das forças burguesas no Brasil contemporâneo com a ascensão de um projeto da extrema direita com características protofascistas, discursos reacionários e truculentos, precisa considerar a compatibilização histórica de uma complexidade de elementos e condicionantes. Para tanto, é fundamental, por um lado, a compreensão do que ocorreu internamente no conjunto do movimento e articulação das frações da burguesia brasileira, no âmbito econômico corporativo, até que elas chegassem a esta alternativa. Por outro, visualizar o avanço da produção do consenso em torno de pautas conservadoras como signo da mudança de uma condição de crise estrutural de valores, que fundamentam discursos antipolítica e, mais especificamente, do antipetismo. Além disso, o próprio processo de crise econômica internacional do capitalismo que, com efeito, trouxe graves consequências sociais para o Brasil – com o agravamento do desemprego e o aumento da violência – e ajuda a funcionalizar discursos mais agressivos e supostas soluções rápidas para seus efeitos deletérios.

Articulação burguesa e o arranjo político em torno do projeto da extrema direita

A construção e atualização constante da hegemonia burguesa pressupõe tanto a coerção como a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores. Nessa perspectiva, a manutenção dessa condição de hegemonia, além da violência, necessita, em níveis variados, da persuasão e do estabelecimento de consenso. Esse processo depende de uma complexa gama de estratégias e mecanismos que envolvem a atuação de intelectuais coletivos, de espaços de socialização como instituições religiosas conservadoras, dos meios de comunicação e das novas mídias sociais. Trata-se assim, de uma atuação articulada que representa uma das principais arenas para a difusão desse projeto da extrema direita.

Em grande parte dessa construção de um projeto da extrema direita a estratégia esteve centrada no esvaziamento do debate político de sua profundidade em função da reprodução automática e irrefletida de determinados discursos em uma espécie de “*memetização*” do espaço político. Movimento estratégico que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais. Nesse sentido, temos a explosão dos chamados *memes*, “viralizando” informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo deliberado e muito bem estruturado de renovação. Não se trata, obviamente, de uma crítica às inovações tecnológicas no campo das comunicações e as inimagináveis possibilidades que tais avanços proporcionaram e ainda podem proporcionar. Todavia, temos de refletir criticamente quanto aos usos políticos de tais recursos e suas consequências para a democracia, até mesmo como forma de defendê-la.

Essa nova estratégia de atuação política, que se mostrou efetiva e fundamental nos últimos processos eleitorais – não somente no Brasil, como também para a própria vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA –, representou uma marca da campanha vitoriosa de Jair Bolsonaro e seus grupos aliados, em 2018. O importante é ter consciência de que, apesar dessa estratégia de ação política ser extremamente difusa, não pode ser compreendida como meramente espontânea e/ou aleatória. Se por um lado, existe uma imensa quantidade de materiais, *memes*, vídeos, frases de efeito, pequenos textos, notícias falsas, descontextualizações de episódios e etc, que são capilarmente reproduzidos, compartilhados e pulverizados por diferentes mídias sociais (*instagram, facebook, Twitter etc*) e aplicativos móveis (*WhatsApp* e similares) utilizados por grande parte da sociedade

brasileira; por outro, existem estruturas muito bem organizadas e financiadas para criar os mecanismos necessários para sua difusão, assim como aparelhos produtores de tais discursos e recursos variados de atuação política e ideológica.

Muitas dessas matérias convertidas em *memes* e *viralizadas* nas supracitadas redes sociais e aplicativos móveis, por sua vez, são conteúdos produzidos e/ou replicados por Blogs representantes de setores da direita, assim como, aparelhos de atuação política e ideológica mais complexos e diversificados em suas estratégias de ação. Essa atuação político-ideológica promovida por essas organizações atinge uma repercussão para além de qualquer controle e estimativa.

Tais discursos caracterizam-se tanto pela ação desestruturadora, desarticuladora e esvaziadora do significado dos movimentos sociais e trabalhistas, assim como outros grupos e minorias socialmente desfavorecidas e marginalizadas; pela crítica às políticas sociais como se essas fossem causadoras da crise (*“bolsa vagabundo”*); pelos discursos autoritários, truculentos, (*“bandido bom é bandido morto”*, *“Direitos Humanos é direitos dos manos”*), outros muitas vezes carregados de posicionamentos marcadamente preconceituosos, camuflados por uma suposta e conveniente “irreverência” (*“Não sou racista ou não sou homofóbico, isso foi apenas uma brincadeira”*; *Esse mundo ficou chato, não se pode mais brincar*). Como também pela estratégia simbólica de produção de significados em uma espécie de “única” alternativa “verdadeiramente anti sistêmica”, pautada na refutação da política “tradicional” e, obviamente, nas construções antipetistas². Portanto, mesmo assumindo proporções inimagináveis em sua difusão espontânea, existem centros formuladores e deliberadamente organizados para a elaboração e execução de tais mecanismos de ação política.

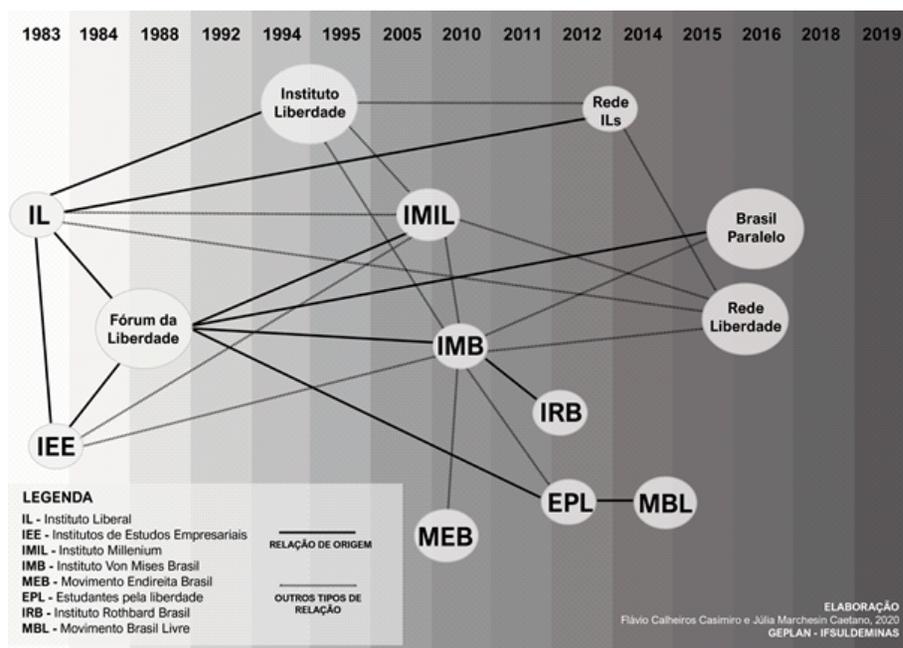
Dentre os aparelhos de ação política e ideológica de atuação mais voltada à difusão e doutrinação, responsáveis pela produção/reprodução de grande parte desses discursos, assim como de diversas outras estratégias que compõem o leque de ações que caracterizam esse novo *modus operandi* das direitas brasileiras, destacamos: o Instituto Liberal (IL), o Instituto de Estudos Empresariais (IEE, que é responsável pelo Fórum da Liberdade), o Instituto Liberdade (filhote do IL), o Instituto Millenium (Imil), o Instituto Von Mises Brasil (IMB), o Estudantes pela Liberdade (EPL), o Movimento Endireita Brasil (MEB),

2 Em sua Tese de Doutorado intitulada “A Nova Direita no Brasil (2011-2016): Uma análise da atuação política no Facebook”, a pesquisadora Isabel Grassioli, traz uma importante contribuição para a reflexão quanto a atuação da nova direita por meio das redes sociais, nos últimos anos.

o Brasil Paralelo dentre outros. Mas essa atuação não deve ser compreendida apenas no campo do discurso ou da construção do consenso.

O fluxograma a seguir, apresenta algumas dessas principais organizações de atuação política e ideológica, responsáveis pela produção e/ou reprodução/difusão de grande parte dos conteúdos utilizados e replicados de diferentes formas por blogs, páginas, redes sociais e grupos de *WhatsApp*, criando toda essa rede extremamente capilarizada de atuação ideológica dessa “nova direita”. Nesse sentido, chamamos a atenção para a evolução temporal da estruturação e articulação entre elas. Uma construção que se inicia ainda como reação da direita conservadora no processo de redemocratização e vai se ressignificando, complexificando suas estratégias de atuação e articulação institucional. O fato é que se trata de um processo paulatino de organização e composição de um novo *modus operandi* das direitas no Brasil, onde todos esses aparelhos estão em plena atividade na atualidade e, mais do que isso, atuando de forma articulada como uma espécie de rede.

Fluxograma: Articulação de Organizações de atuação política e ideológica das Direitas



Como demonstrado acima, algumas dessas organizações possuem vínculos mais formais e estreitos, tendo participação nos

próprios processos fundadores, como no caso do Instituto Liberdade e a Rede de Institutos Liberais que surgiram a partir do IL do Rio de Janeiro. Outro exemplo é o caso do Fórum da Liberdade que foi o palco de fundação e lançamento público do IMIL, IMB, EPL/MBL, e Brasil Paralelo respectivamente. Para além dessa relação de origem, é possível encontrar conexões das mais variadas entre esses aparelhos, como a organização de estratégias e eventos em conjunto (como é o caso do Fórum da Liberdade); membros dirigentes que ocupam funções significativas, simultaneamente, em diferentes aparelhos; grupos de mantenedores e financiadores em comum; a elaboração conjunta e/ou replicação de conteúdos, cursos e programas uns dos outros, dentre outras.

Tais aparelhos, além de atuarem como difusores de determinada cultura e produtores de discursos fundamentais para esse avanço reacionário, também funcionam como importantes plataformas de ação política com vistas ao acesso à sociedade política. Tanto que, muitos dos intelectuais orgânicos pertencentes a essas instituições, agora ocupam a institucionalidade do Estado, no seu sentido *estrito*. Não somente os mais midiáticos como os representantes do EPL e outros aparelhos, que assumiram cargos legislativos, mas também representantes do Instituto Liberal e do Instituto Von Mises Brasil que passaram a compor cadeiras importantes do super Ministério da Economia de Guedes, por exemplo.

Além das organizações supracitadas de caráter aparentemente mais ideológicos e doutrinários, essa atualização da hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo, também conta com uma série de estruturas de ação política de natureza mais pragmática no sentido econômico corporativo. É importante ressaltar que essa separação entre aparelhos de ação doutrinária e pragmática é absolutamente arbitrária, já que os interesses, as estratégias de ação, assim como os próprios intelectuais orgânicos desses aparelhos se misturam, compondo uma espécie de rede difusa e heterogênea de organizações das direitas e do pensamento conservador. Todavia, sua própria caracterização institucional é definida por determinada natureza, seja como centro de pensamento, *Think Tank*, ou outra autodenominação que denote uma natureza de difusão ideológica, como, por outro lado, organizações de atuação empresarial com características mais diretamente ligadas ao âmbito econômico corporativo.

Dentre as organizações empresariais que podemos destacar nessa atuação política, principalmente na última década, estão: o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o Instituto Atlântico (IA), o Movimento Brasil Competitivo (MBC), o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), o Movimento Brasil Livre (MBL que nasceu como

braço de atuação política do interior do EPL) a Frente Parlamentar para a Agropecuária (FPA) diretamente articulada ao Instituto Pensar Agropecuária (IPA), o Endireita Brasil, o RenovaBR, o Agora, o Acredito, e o Instituto Brasil 200. Não será possível, neste breve ensaio, desenvolver com mais profundidade sobre a natureza e as estratégias acionadas por esses aparelhos, que já foram explorados mais detidamente em estudos anteriores³. O fato é que essa estratégia parece ter sido efetiva e bem-sucedida politicamente, principalmente nas últimas três eleições (contemplando nacionais e municipais), o que explicaria a criação de uma grande quantidade dessas organizações nos últimos quatro anos.

Esses aparelhos demonstraram ser plataformas fundamentais para a projeção de candidaturas e ampliação de capital político. A atuação articulada dessas organizações (não deixando de conceber a sua heterogeneidade e seus conflitos interburgueses) é fundamental para a compreensão do arranjo de frações da burguesia brasileira, em torno da alternativa do projeto da extrema direita reacionária. Identificando-se com as características protofascistas e autoritárias que emergiam de tal projeto ou simplesmente negando a existência dessa face obscura – talvez até como forma de autorredenção futura – fato é que houve uma atuação articulada que, no fim das contas, superou as diferenças de concepção teórico-políticas ou mesmo pragmáticas, para garantir uma vitória da direita, em 2018.

Para exemplificar essa forma articulada percebida na atuação dessas organizações, partimos aqui da atuação de uma personalidade que se posicionou na linha de frente da campanha pró-Bolsonaro. O conhecido e midiático empresário Flávio Rocha, dirigente do Grupo Guararapes do qual faz parte a rede varejista Riachuelo. Nos últimos anos transitou e atuou direta ou indiretamente através de diferentes organizações de atuação política e ideológica mencionadas neste estudo. O empresário pode ser caracterizado como um dos grandes expoentes dessa nova direita mais agressiva e autodeclarada como conservadora cultural. O empresário, militante político e membro dirigente do ledi, é figura destacada e frequentemente prestigiada nos eventos organizados pelo Grupo de Líderes Empresariais. Flávio Rocha é filiado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), chegou a ser pré-candidato à presidência da República, mas acabou se convertendo em

³ Esses aparelhos de ação política e ideológica da chamada “nova direita”, com seus interesses de classe, suas estratégias, financiadores e intelectuais orgânicos, foram abordados de forma mais complexa e aprofundada em duas obras que publiquei anteriormente pela editora Expressão Popular, a saber: *A Tragédia e a Farsa: ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020; e *A Nova Direita: aparelhos de atuação política e ideológica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

forte apoiador na campanha de Jair Bolsonaro em 2018. De acordo com o portal de notícias *UOL Eleições 2018*, no ato de retirada de sua pré-candidatura à presidência da República, Rocha teceu fortes críticas ao que chamou de “empresário moita” e deixou seus agradecimentos ao apoio declarado dos “intrépidos garotos do MBL” (Movimento Brasil Livre) (Maia, 2018).

Além disso, Flávio Rocha é o grande nome do chamado “Movimento Brasil 200”, um grupo organizado em torno de um documento com uma série de preceitos e interesses concernentes à direita mais conservadora, elaborado por ele mesmo e um conjunto de empresários, em janeiro de 2018. O nome do manifesto faz alusão aos 200 anos da independência do Brasil (em 2022), e a referência serviria para indicar que o povo brasileiro, segundo a ótica desse grupo de empresários, ainda estaria em busca de sua independência. Lembrando que de acordo com o próprio Flávio Rocha, em entrevista para a TV Gazeta, em 04 de julho de 2018, “*o Brasil é um país socialista*” e teria passado por “*100 anos de socialismo*”. Se foi isso mesmo que ele quis dizer ou não se expressou como gostaria, fato é que Rocha e esse grupo de empresários defendem uma suposta “independência” do Brasil, aos moldes do próprio movimento bolsonarista, tentando compatibilizar, mesmo que apenas no discurso, uma agenda extremamente privatista e neoliberal no campo econômico, com valores conservadores/reacionários no campo dos costumes.

No início de 2019, com a efetivação do projeto de extrema direita no poder no Brasil, o manifesto Brasil 200 foi formalizado e convertido no chamado Instituto Brasil 200 (IB200). É importante destacar que esse movimento é formado por grupo de empresários muito peculiar, advindos de uma fração da classe burguesa que, obviamente, compunha a classe dominante desse país, entretanto, não dispunha da posição de poder e protagonismo que outros atores da burguesia industrial ou financeira dispunha. Trata-se de segmentos da chamada burguesia varejista, com nomes como o próprio Flávio Rocha (Riachuelo), João Appolinário, (Polishop), e Luciano Hang (Havan), para citar apenas os mais emblemáticos e midiáticos. Todos apoiadores mais do que declarados da campanha de Jair Bolsonaro, em 2018.

Esse manifesto de empresários conservadores, voltado especificamente à ação política, disputa espaço no conjunto das frações burguesas brasileiras com outros movimentos de ação política que nasceram praticamente no mesmo contexto político e social conturbado e complexo, pós-golpe de 2016. Estamos falando dos já citados Movimento Acredito, Agora, Livres e o chamado RenovaBR, que guardam suas sutis especificidades no espectro teórico-político, mas imbricam-se e complementam-se a partir de seus membros,

financiadores e em seu *modus operandi*. O RenovaBR, por exemplo, apresenta uma atuação muito ligada ao Movimento Agora, e tem como garoto-propaganda o apresentador da Rede Globo Luciano Huck. Essa instituição, fundada em outubro de 2017 pelo empresário Eduardo Mufarej, ex-CEO da Tarpon Investimentos e ex-presidente da Somos Educação S/A (comprada pela Kroton em 2018), é apoiado por nomes como Nizan Guanaes, publicitário, e Armínio Fraga, economista e ex-presidente do Banco Central.

O RenovaBR surge como um aparato de financiamento de campanhas para a composição de quadros na sociedade política. Para viabilizar essa estratégia, a organização criou, ainda em 2017, o chamado Fundo Cívico Para a Renovação da Política ou Fundo RenovaBR. Como demonstrado em matéria da *Exame* de 4 de outubro de 2017, o fundo foi questionado por outras lideranças políticas em ação encaminhada à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmando que “o Supremo Tribunal Federal, em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4650, reconheceu a impossibilidade de doação a campanhas eleitorais, de pessoas jurídicas, e pretende o ‘Fundo Cívico’ caminhar também por mais esse ilícito” (Agência Estado, 2017). De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo* de outubro de 2018, pelo menos 16 candidatos dos cerca de 120 apoiados pelo movimento foram eleitos em 2018 (Tavares, 2018).⁴

Essas organizações elucidam um aspecto muito importante no âmbito das articulações políticas no Brasil contemporâneo. Atuam como partidos políticos – “em sentido ampliado”, segundo a definição de Antônio Gramsci. Mais do que isso, esses aparelhos, como o Lide, o Brasil 200, o Movimento Agora, o RenovaBR, a FPA e o IPA demonstram ser os verdadeiros partidos para muitos atores e frações da burguesia. Diante do processo crescente de aversão à política tradicional, os partidos formais parecem representar meras legendas sem muito significado, necessárias apenas para o ingresso nas instâncias políticas e para possibilitar acesso ao fundo partidário e a tempo na TV.

Por sua vez, as diretrizes teórico-políticas, a formação e profissionalização de novos candidatos, as propostas e diretrizes

4 Dentre eles, estão: Alessandro Vieira (Rede-SE), para o Senado; Felipe Rigoni (PSB-ES), Tiago Mitraud (Novo-MG), Lucas Gonzalez (Novo-MG), Marcelo Calero (PPS-RJ), Paulo Ganime (Novo-RJ) e Luiz Lima (PSL-RJ), Joênia Wapichana (REDE-RR), Vinicius Poit (Novo-SP), Tábata Amaral (PDT-SP, também vinculada à Fundação Lemann, do bilionário Jorge Paulo Lemann), para a Câmara Federal; Daniel José (Novo-SP), Heni Ozi Cukier (Novo-SP), Marina Helou (Rede-SP), Ricardo Mellão (Novo-SP), Fábio Hostermann (Novo-RS, ex-presidente do IEE, dirigente do Instituto Liberal, do Instituto Liberdade e colonista convidado do Instituto Millenium), para Assembleias Legislativas. (Tavares, 7/10/18)

fundamentais dos projetos de governo, assim como boa parte do financiamento das campanhas de muitos candidatos, têm vindo desses partidos políticos não formais. São essas organizações, cujo *modus operandi* vem sendo estruturado paulatinamente desde os anos de 1990 é que, portanto, efetivamente exercem uma espécie de papel de *estados-maiores*, como partidos políticos ampliados das direitas no Brasil contemporâneo.

O avanço do movimento reacionário no Brasil contemporâneo

Para analisar essa atualização da hegemonia das direitas brasileiras, é preciso considerar um conjunto de elementos que caracterizam tal processo. Dentre eles estaria o significativo e tardio processo de complexificação ou de ocidentalização da sociedade civil brasileira, que se efetiva principalmente a partir da década de 1990 e se intensifica exponencialmente até a atualidade. Entre 1996 e 2002, o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil cresceu de 105 mil para cerca de 276 mil entidades, sejam elas burguesas ou de contestação do modelo hegemônico. Trata-se de uma ampliação de quase 170 mil novas organizações, o que equivale a um crescimento de 157% no período (Fontes, 2010, p. 283).

Em 2010, de acordo com o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, predominantemente voltadas à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). As Fasfil concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%) (Ipea/IBGE, 2012).

Segundo estudo mais recente realizado pelo Ipea, o Brasil fechou o ano de 2017 com 820 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com Cadastros Nacionais de Empresas Jurídicas (CNPJs) ativos no país. É importante destacar que, dessas 820 mil organizações, cerca de 709 mil (86%) representam associações civis sem fins lucrativos, outras 99 mil (12%) configuram organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas. A região Sudeste detém cerca de 40% das organizações, seguida por Nordeste (25%), Sul (19%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%) (Fontes, 2010, p. 296). Analisando a série histórica de expansão da sociedade civil brasileira, partindo de 1996 até o ano de 2017, constata-se um aumento em torno de 715 mil novas

instituições, o que representa um crescimento de aproximadamente 680%.

Vemos que essas organizações são de naturezas muito variadas. Envolvem desde instituições hospitalares até instituições educacionais e religiosas. Nesse sentido, essa “ocidentalização” contempla tanto movimentos sociais e organizações progressistas de luta contra hegemônica quanto formas de organização para a atuação política, representantes dos interesses das classes dominantes brasileiras. Segundo Virgínia Fontes, a expansão da sociedade civil brasileira vem sendo levada a cabo em paralelo com o fomento de novas formas de exploração, visando a obtenção de um “sobretabalho”. Forja-se uma cultura cívica do “empreendedorismo”, lastreada por conceitos como “empresa cidadã” e “responsabilidade social”, em que os trabalhadores estão em grande parte desprovidos de direitos trabalhistas.⁵

Neste estudo, porém, nosso interesse se concentra principalmente na significativa expansão de organizações de atuação política e ideológica, bem como, de instituições religiosas, como aspecto importante para a compreensão do processo de avanço do conservadorismo no Brasil. Por conseguinte, destacamos o crescimento substancial das denominações religiosas, principalmente evangélicas neopentecostais que possuem estreita conexão com o avanço do conservadorismo e sua profunda capilarização, principalmente nas regiões periféricas dos grandes centros.

Todavia, não estamos atribuindo às religiões evangélicas a exclusividade no avanço do conservadorismo isentando outras religiões, como a própria Igreja Católica desse processo. A proposta aqui é buscar demonstrar a existência de conexões entre a expansão assustadora de denominações religiosas evangélicas, com forte capilaridade e penetração em diferentes estratos sociais, com o fortalecimento do discurso reacionário que acaba por compor um conjunto de pautas moralistas que fundamentam certos discursos da extrema direita bolsonarista.

Essa percepção em torno das denominações evangélicas se explica em função de que o catolicismo e a própria Igreja Católica,

5 A expansão da sociedade civil no Brasil recente se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar as massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como “empoderamento”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, sustentabilidade (Fontes, 2010, p. 296).

institucionalmente falando, “gozam de relativa invisibilidade no espaço público por sua profundidade histórica, cultural e jurídica no país. Invisibilidade no sentido de desfrutar, mais do que qualquer outra religião, de legitimidade e oficialidade que a naturalizam na paisagem social brasileira” (ALMEIDA, 2017). O fato é que apesar de destacarmos o crescimento significativo das denominações evangélicas sejam pentecostais ou neopentecostais é importante considerar a atuação também efetiva e significativa de católicos nesse processo de avanço do conservadorismo.

Tendo em vista a supracitada expansão de entidades religiosas no conjunto da sociedade civil ao longo das últimas décadas, temos esse segmento como um papel importante para a compreensão do crescimento do discurso conservador no Brasil. A profunda batalha em defesa de pautas morais e antiprogressistas intensificou, em grande parte dos segmentos evangélicos, uma espécie de consciência ou inclinação para a construção do consenso em torno de uma forma de Estado cristão, com a defesa de bandeiras da “moral” e da “família”. Para além das pautas morais, é preciso ter em vista a noção de prosperidade material que fundamenta os discursos e práticas desses segmentos conservadores.

A chamada Teologia da Prosperidade neopentecostal prega uma espécie de ética econômica onde a posse e, mais do que isso, a ascensão material, seriam sinais de que Deus, e não o mau, “age sobre sua vida”. Essa noção de ascensão estaria alicerçada em uma disposição empreendedora no sentido de tornar-se o patrão nas relações de trabalho. Como afirma o antropólogo Ronaldo de Almeida “Tal disposição de empreender é alimentada por ritos sacrificiais – como dar o dízimo – que geram expectativas de prosperidade material no futuro. Os riscos materiais do empreendimento são considerados atos de fé” (ALMEIDA, 2017, p. 14).

Essa Teologia da Prosperidade vai muito além dos ritos de doutrina, mas passa a atuar na formação de empresários/fiéis tanto para os negócios, sempre vinculando-os à religião, como também para a atuação política. A Igreja Universal, por exemplo, oferece cursos de formação para empresários empreendedores. “Trata-se de orientações contábeis, de legislação, planejamento econômico etc, funcionando como uma espécie de incubadora de pequenas empresas comerciais” (ALMEIDA, 2017, p. 14-15). Nesse sentido, além da capacidade de disseminação de valores conservadores, algumas denominações religiosas evangélicas passaram a se estruturar como plataformas de projeção de candidaturas para a composição de quadros da sociedade política, bem como disputar espaços na institucionalidade do Estado como estratégia de ampliação de poder e influência. Como afirma

Almeida:

Se no nível individual o discurso religioso procura gerar disposição para o empreendedorismo, no plano da política institucional, muitos agentes políticos evangélicos militam declaradamente por uma agenda liberal. Na campanha presidencial de 2014, o candidato Pastor Everaldo, com 0,75% dos votos, fez o discurso que combina menor presença do Estado na economia e mais regulação jurídica da moralidade pública. O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, foi protagonista na aprovação, em primeira instância, do Projeto das Terceirizações, que contou com o voto da Frente Parlamentar Evangélica. Ou, ainda, vale citar a disputa do PSC pela FUNAI, órgão federal central no processo de demarcação de terras indígenas e quilombolas. Na CPI da FUNAI-INCRA, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Evangélica operou como linha auxiliar da denominada bancada do agronegócio e da mineração em oposição aos que militam pelos direitos dos indígenas, sobretudo, à terra. Interessa à Frente Evangélica abrir espaço para ação missionária evangélica entre os indígenas como forma de legitimação interna dos políticos religiosos. Terras e almas são bens em disputa que articulam diferentes atores do Congresso Nacional (ALMEIDA, 2017, p. 16).

A ampliação da representatividade da chamada bancada evangélica ou bancada religiosa evidencia o sucesso desse projeto de poder. Mas o avanço do movimento reacionário, moralista e antiprogressista, também buscou penetrar e capturar o campo da educação sob o discurso de uma suposta “guerra” contra o “marxismo cultural”. Nesse campo, para além das iniciativas isoladas de políticos reacionários e do próprio, então deputado federal, Jair Bolsonaro – com sua projeção entre determinados setores conservadores ao “defender” a “moralidade” da “família brasileira” contra a “ditadura *gayzista*” da esquerda, propagando a existência de um suposto “*kit gay*” que seria distribuído às crianças na rede pública de educação – o discurso conservador assumiu uma forma bastante truculenta para se impor. Essa imposição vem se intensificando e radicalizando, inclusive, formalmente, com ataques sistemáticos e deliberados às universidades públicas, assim como propostas de alterações na legislação vigente no campo educacional.

Talvez um dos principais exemplos dessa atuação possa ser atribuído ao chamado programa “Escola Sem Partido”. Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, ganhou maior repercussão principalmente a partir de 2014, com a proposição de diversos projetos de lei baseados em suas premissas reacionárias e antidemocráticas. Essa proliferação de projetos não surpreende, porque, no próprio endereço eletrônico do movimento existem anteprojetos de lei preparados para as diferentes instâncias legislativas, os quais são

utilizados por vereadores e deputados que reforçam a ofensiva conservadora que vivemos.

De acordo com um dos principais pesquisadores sobre o programa, Fernando Penna, da Universidade Federal Fluminense, “o primeiro projeto de lei que propunha a criação do ‘programa escola sem partido’ em uma rede de ensino foi fruto de uma parceria entre o criador do movimento, Miguel Nagib, e o deputado estadual Flávio Bolsonaro”. Em seguida, também no Rio de Janeiro, apareceu o segundo projeto, apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), com o mesmo teor, só que destinado ao município. Depois disso, a onda conservadora espalhou esses projetos por todo o Brasil (Anped 2016). Muitos desses projetos foram protocolados e encaminhados por membros da supracitada bancada evangélica, que incorporou como bandeira essa pauta extremamente autoritária e antidemocrática.

Muitos desses representantes políticos, principalmente das bancadas reacionárias articuladas em diversas pautas (as chamadas bancadas BBB: Boi, Bala e Bíblia), que têm proposto esses projetos em diferentes instâncias legislativas, na maioria dos casos, sequer possuem qualquer envolvimento ou conhecimento mais aprofundado no campo educacional. Entretanto, encontram facilidade em utilizar projetos pré-formulados e disponibilizados no próprio endereço eletrônico do Programa Escola Sem Partido. Dessa forma, em grande medida, desconhecem ou ignoram por completo, as implicações desastrosas para a educação e a pluralidade de ideias como um princípio democrático com a adoção de um projeto dessa natureza, fazendo uso dessas propostas como forma de projeção pessoal dentre os setores reacionários.

Outro aspecto fundamental é que além do espaço político em questão, esses representantes da bancada evangélica possuem grande influência em suas bases comunitárias e, principalmente, articulação midiática, uma vez que suas denominações, muitas vezes possuem o controle de canais de rádio e televisão em todo Brasil. Denota-se dessa constatação, a forte capilaridade atingida por esses discursos e sua capacidade de produção de consenso.

O discurso do movimento Escola Sem Partido estimula a perseguição e o comportamento violento de alunos e membros da comunidade, ao representar os professores como “corruptores da juventude” e defender que eles não tenham liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional. Os teóricos do movimento alegam neutralidade e se dizem apartidários. No entanto, suas intenções são muito claras: a retroação dos avanços progressistas conquistados desde o fim da ditadura civil-militar no Brasil, especialmente aqueles relacionados aos direitos humanos.

Ainda no âmbito da educação e cultura, outro mecanismo acionado por setores da direita mais reacionária na suposta “guerra contra o marxismo cultural”, foi buscar travar uma luta no campo historiográfico, com a produção intensa de conteúdos de revisionismo histórico. Dentre as iniciativas mais conhecidas dessa estratégia de produção de consenso, podemos destacar as obras publicadas pelo escritor Leandro Narlock, principal autor dos “Guias Politicamente Incorretos da História do Brasil” e “Guia Politicamente Incorreto da História da América Latina”. A partir de suas obras revisionistas o autor passou a ser figura reconhecida nos principais circuitos conservadores brasileiros, participando diversas vezes como figura de destaque no Fórum da Liberdade, principal evento da agenda das direitas no Brasil.

Todavia, talvez o nome mais expressivo no campo da suposta “guerra cultural” em favor da difusão dos valores mais reacionários que alicerçam os discursos dos segmentos da extrema direita, que assumiram o poder no Brasil, seria o de Olavo de Carvalho. O escritor símbolo dessa nova direita, foi figura prestigiada por anos no referido Fórum da Liberdade, sendo destaque nos anos de 2000, 2001, 2002, 2004, 2005 e 2019. Tamanho destaque de Olavo de Carvalho dentre os circuitos da direita brasileira, deve-se, em grande medida, ao seu ataque ao “marxismo cultural” com a publicação, em 1994 do livro “*A Nova Era e a Revolução Cultural*”, onde o autor apresenta sua leitura equivocada e simplista dos Cadernos do Cárcere de Antônio Gramsci.

Seus cursos, vídeos e textos configuram-se como a base intelectual desse movimento reacionário, tanto na defesa de pressupostos autoritários, no revisionismo histórico, como na retórica da Escola sem Partido. Olavo de Carvalho também representa a grande influência do chamado canal Brasil Paralelo. Trata-se de uma espécie de plataforma de difusão de valores reacionários, criada em 2016, em meio ao processo de golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff (PT) do poder. A plataforma foi lançada no Fórum da Liberdade do ano seguinte, em 2017, cujo tema foi “*O Futuro da Democracia*”. Até 2019 a plataforma do Brasil Paralelo já contava com mais de um milhão de inscritos.

Por sua vez, trata-se de um canal de difusão de conteúdos cujo objetivo fundamental é fazer um grande revisionismo histórico do Brasil. A direita brasileira passa a disputar no campo da narrativa histórica, como forma de justificação de suas pautas reacionárias, antiprogressistas e autoritárias do presente. O tema de maior repercussão, como não poderia ser diferente, em se tratando dos interesses dessa direita reacionária, é o revisionismo em torno da ditadura civil-militar, instaurada com o golpe de 1964, na série “1964: O Brasil entre armas e livros”.

O movimento, nesse sentido, busca revisar o passado ditatorial brasileiro, seguindo a linha de Olavo de Carvalho, onde o verdadeiro problema do regime militar teria sido, não ter travado devidamente a “guerra cultural”, o que teria permitido a reorganização dos segmentos da esquerda com o processo de redemocratização. Resignificando e normalizando os horrores da ditadura, essa estratégia visa legitimar e respaldar, inclusive essa ideologia bolsonarista que busca, nos porões da ditadura, os seus heróis. Como foi no fatídico episódio em que o então deputado Jair Bolsonaro, no ato de votação do impeachment de Dilma Roussef em 2016, homenageou o mais conhecido torturador do DOI-CODI, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ou, mais recentemente, quando seu filho Eduardo Bolsonaro, tenta intimidar publicamente a população com ameaças de um possível “novo AI-5”.

Por sua vez, o expressivo número de seguidores de Olavo de Carvalho e do próprio Brasil Paralelo, passam a compor o conjunto dos entusiastas de Bolsonaro e fortalecer a base de apoio do projeto da extrema direita, tendo por base a defesa de pautas extremamente moralistas e autoritárias. Olavo de Carvalho representa um guru intelectual do próprio Bolsonaro. Seus fiéis apoiadores, os chamados “*olavetes*”, ajudaram a construir a suposta imagem do “mito” Bolsonaro. Nesse sentido, é importante destacar que a imagem de Olavo de Carvalho, supostamente desconhecida por muitos, não foi construída por Bolsonaro e suas crias, como afirmam certos críticos do autor, mas, ao que tudo indica, foi sua influência e conexão com esse movimento crescente do pensamento reacionário, que ajudou a construir o fenômeno do bolsonarismo.

Considerações Finais

Para concluir nossa discussão é preciso ter em vista a composição heterogênea da burguesia brasileira, em suas diversas frações – que também entram em conflito, em virtude de interesses mais imediatos das relações de produção e no próprio conjunto das disputas no âmbito da dominação. Todavia, esses diferentes estratos também constroem relações articuladas, alinhando-se em determinadas condições histórico-sociais concretas, visando salvaguardar o essencial para a reprodução ampliada do capital. O atual alinhamento das distintas frações burguesas em torno de um projeto de extrema direita sinaliza o processo de atualização da hegemonia burguesa no Brasil.

Esse movimento conservador e reacionário, que não se constringe em fazer uso do autoritarismo, muito bem conectado aos

interesses de ordem econômico-corporativo dessa “nova direita”, demonstra sua ânsia desses segmentos por sua expansão e internacionalização no conjunto da economia mundo, a qualquer custo social e ambiental. Para tanto, a institucionalidade do Estado constituiu-se como meio e resultado dessas relações de construção de hegemonia.

Essa direita emergente performática e ansiosa por ocupar espaços de poder, assim como prestígio e possibilidades de expandir seus negócios, interna e internacionalmente, aposta na estratégia mais conservadora e truculenta, articulada aos setores ruralistas e parte da grande burguesia industrial, com o discurso de “mudança”, de “nova política” para manter e atualizar as velhas estruturas de dominação características de toda a História do Brasil.

A estruturação do projeto político da extrema direita bolsonarista contempla um arranjo amplo, móvel, que inclui setores da classe média e estratos da grande burguesia industrial, financeira e agroindustrial. Além disso, outros segmentos são fundamentais para a estruturação e legitimação desse projeto como é o caso do papel das forças armadas, das polícias militares, e o próprio setor privado de segurança que vê na lógica armamentista do programa de Bolsonaro, uma grande oportunidade de ampliar seus negócios. Este aspecto vem se demonstrando como um elemento dos mais importantes para a constituição desse processo de organização e manutenção do projeto da extrema direita bolsonarista e, obviamente, ainda carece de uma análise mais aprofundada.

Outro elemento fundamental em jogo nesse alinhamento era a escolha de uma aposta mais viável e pragmática para levar adiante o processo em curso de reformas estruturais do Estado (principalmente trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa) e, assim, garantir a manutenção e a ampliação dos mecanismos de expropriações sociais, assim como a expansão do agronegócio. O arranjo em torno da alternativa truculenta e reacionária, como já demonstrado por Florestan Fernandes, foi mais uma vez a escolha pela estratégia autocrático-burguesa de reconfiguração da estrutura material do Estado.

É possível apreender que a aposta no discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes, parece ter sido a junção conjuntural que melhor se apropriou e explorou as nuances do crescente sentimento de antipetismo na sociedade brasileira que transborda para o discurso “anticorrupção” e “antipolítica”. Discursos funcionalizados por diferentes elementos conjunturais como a crise econômica e o alto índice de desemprego e violência. Além disso, tais discursos foram fortemente alimentados e reproduzidos pela própria direita considerada mais tradicional, principalmente através de seus

canais midiáticos, mas que acabou atingindo os seus próprios partidos da ordem, como o notório exemplo do enfraquecimento do PSDB.

Por fim, em nome da manutenção de uma presença ativa nas relações de força e buscando garantir o essencial para a acumulação, essas distintas frações da direita brasileira alinham-se sob as diretrizes do projeto mais truculento e reacionário e aceitam, quando conveniente, os pressupostos que eventualmente atentam contra princípios democráticos que outrora, pelo menos para parte dessa burguesia, eram defendidos e exaltados (ou usados como retórica) como sendo muito caros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADO. “Deputado recorre à PGR para suspender fundo eleitoral de Huck”. Agência Estado/Exame, 4 out. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/deputado-recorre-a-dodge-para-suspender-fundo-eleitoral-de-huck/>>. Acesso em: 26 out. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. CADERNOS PAGU, v. 50, p. 5-30, 2017.

ANPED. “Entrevista com Fernando de Araújo Penna / ‘Escola sem Partido’ / ‘Série Conquistas em Risco’”. ANPEd, 20 de abr. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

CASIMIRO, Flávio H. C. *A Tragédia e a Farsa: ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

_____. *A Nova Direita: aparelhos de atuação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MAIA, Gustavo. “Flávio Rocha anuncia retirada da disputa eleitoral e agradece ao MBL”. UOL, 13 jul. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/13/flavio-rocha-anuncia-retirada-da-disputa-eleitoral-e-agra-dece-ao-mbl.htm>>. Acesso em: 26 out. 2019.

TAVARES, Joelmir. “Grupo apoiado por Huck, RenovaBR elege 16 de 120 candidatos”. Folha de S. Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/grupo-apoiado-por-luciano-huck-renovabr-elege-16-de-120-candidatos.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2019.

TEORIAS CONSPIRATÓRIAS TÓXICAS À DEMOCRACIA

Marcos Meinerz¹

*“Somos todos sofredores da história,
mas o [conspiracionista] é um duplo sofredor,
uma vez que ele está aflito não só pelo
verdadeiro mundo, como o resto de nós,
mas por suas fantasias também”.*

Richard Hofstadter (1964)

Embora pouco estudadas face ao enorme alcance que têm na sociedade, acreditar em teorias da conspiração tornou-se tema de interesse para sociólogos, filósofos, psicólogos, historiadores e especialistas em folclore. Como nascem? Como se espalham? Quais são as suas características? Qual é o perfil de quem as produz? Quais os seus efeitos na sociedade? Quem as segue e por quê? São as principais perguntas feitas nos estudos até então publicados. O que torna esse tipo de pensamento interessante e historicamente importante de se estudar, é que em determinados períodos ele frequentemente afeta milhares de pessoas e é difundido entre amplos setores da sociedade. Neste sentido, há uma necessidade de estudarmos as teorias da conspiração de uma forma teórica, metodológica e empírica adequada. Nesse estudo, portanto, abordamos as principais características das teorias conspiratórias, o seu caráter corrosivo à democracia, como elas se apresentam ao público, bem como a sua influência sobre as massas, ou seja, de que maneira as pessoas se deixam seduzir ou não por elas.

Teorias da conspiração de vários tipos fazem parte da história humana há séculos. Desde o final do XX e início do XXI essas teorias ganharam uma maior visibilidade e destaque no meio social, tornando-se, desde então, lugar comum nos meios de comunicação (literatura, internet, jornais, revistas, cinema e televisão). Fato que as transformaram em um fenômeno cultural e de massas.

¹ Formado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Doutor em História também pela UFPR (2018). Atua no Ensino Básico da rede particular em Marechal Cândido Rondon – Paraná.

De acordo Micah Issit (2012), algumas das teorias da conspiração mais persistentes da história se originaram antes do século XVIII. Muitas delas influenciaram vários acontecimentos históricos, sendo até mesmo aceitas como uma descrição precisa da realidade por um grande número de pessoas de todos os estratos sociais, incluindo chefes de Estados. Para alguns historiadores, segundo Issit, o medo de uma suposta conspiração tramada pela elite judaica com o objetivo de tomar o controle da Europa cristã desempenhou um papel importante na formação dos sentimentos dos cidadãos europeus, motivando-os a fazerem parte das Cruzadas entre 1095-1291.

Nos séculos XVIII e XIX, o panorama político dos Estados Unidos já estava repleto de teorias da conspiração. Desde o processo de Independência até a Guerra Civil, muitos políticos e cidadãos acreditavam que algumas lideranças europeias estavam tentando se infiltrar no país para provocar a queda do governo norte-americano a fim de governá-lo. Segundo Issit (2012), alguns norte-americanos também compararam a Igreja Católica a uma monarquia estrangeira, em que o Papa servia como um soberano. Havia a suspeita de que os católicos, agindo em nome do pontífice, prejudicariam ou tentariam derrubar o governo que era dominado por funcionários protestantes. A crença na conspiração católica levou ao desenvolvimento de várias políticas anticatólicas que tiveram um substancial impacto na política interna do país em meados do século XIX.

Durante a Guerra Fria, muitos americanos acreditavam na existência de um complô entre líderes comunistas empenhados em controlar o governo dos Estados Unidos por meio de agentes secretos disfarçados como cidadãos norte-americanos. Nas décadas de 1940 e 1950, o senador Joseph McCarthy decretou uma série de projetos de lei que visavam descobrir e penalizar aqueles que tivessem algum envolvimento com atividades comunistas nos Estados Unidos (política que ficou conhecida como Macartismo). Nesse período, milhares de norte-americanos foram detidos e interrogados por suspeita de participação em operações antiamericanas. Anos mais tarde, as medidas políticas adotadas por McCarthy tornaram-se símbolo de como as teorias conspiratórias podem levar à paranoia e à perseguição.

Talvez uma das teorias conspiratórias mais conhecidas no mundo esteja contida no livro *“Protocolos dos Sábios do Sião”*, de caráter antissemita. De acordo com Carlo Ginzburg (2007), a obra foi produzida pela polícia secreta do Czar Nicolau II (Okhrana) em 1903, para desqualificar os seus oponentes políticos. *Os Protocolos* pretendiam ser atas de um suposto congresso secreto realizado por um grupo de conspiradores judeus que planejavam uma infiltração em todos os níveis da sociedade (na economia, na imprensa, nas forças

armadas, nos partidos políticos, etc), com o objetivo de implantar uma monarquia judaica que dominaria o mundo. O texto era para ser “a versão atualizada” de um projeto conspiratório idealizado por Salomão e pelos Sábios do Sião em 929 a.C”.

A obra ganhou destaque internacional depois da Revolução Bolchevique de outubro de 1917, apresentada por parte da imprensa reacionária mundial como resultado de uma conspiração judaica do mal, como estava previsto nos *Protocolos*. Em 1919, ela foi traduzida para o alemão e saudada como um documento importante, portanto, digno de fé, com comentários dando ênfase especial à “Conspiração Sionista” que ameaçava as monarquias e as igrejas cristãs. Contudo, Philip Graves, corresponde do jornal *Times* em Istambul à época, escreveu três artigos demonstrando que os *Protocolos* eram uma falsificação, dado que muitas passagens eram cópias de trechos de um livro esquecido, publicado meio século antes, em 1864: “*Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu*”, do francês Maurice Joly. Nesse livro, Joly faz duras críticas ao governo de Napoleão III (inclusive foi processado e condenado a quinze meses de prisão por ter escrito “frases sediciosas e ofensivas” contra o imperador). Isso não impediu que a obra continuasse a se disseminar pela Europa em países como Inglaterra, Espanha, França, Portugal, e, conseqüentemente, para o restante do mundo. A ideia recorrente era de que a democracia, o comunismo e o comércio internacional estavam sob o controle dos judeus, que haviam “infectado” todos os governos, todo o comércio, todas as artes e toda a mídia mundial.

Na história, o uso mais importante dessa teoria conspiratória se deu por meio de Hitler e dos nazistas. *Os Protocolos* forneceram para a eles a imagem de um inimigo nacional em comum, um inimigo demoníaco. O antissemitismo nazista apoiava-se nessa demonologia apocalíptica que culpava os judeus por todos os males do mundo, incluindo o liberalismo, o comunismo, a corrupção da moral e a derrocada do mundo tradicional. Hitler acreditava na veracidade dos *Protocolos*, sendo a base principal do seu antissemitismo, e usava-o para manipular a mídia, subverter as instituições do Estado e implantar sua própria conspiração para tentar governar o mundo. Assim, ele não só adotou a falsa conspiração judaica como a sua visão do mundo, como adotou também as táticas atribuídas aos judeus pelos falsificadores czaristas como sua própria, utilizando-as com um notável sucesso.

No Brasil, não podemos esquecer que um dos motivos para que o golpe civil-militar - ocorrido no dia 31 de março 1964 - acontecesse, como nos lembra Carlos Fico (2014), foi o medo existente em uma grande parcela da população de que o presidente Jango Goulart, com

suas reformas de base, estaria conspirando para implementar o comunismo no país. Esse “perigo comunista” ou “perigo vermelho” serviu como justificativa para o golpe de 1964 e, dessa forma, foi um dos elementos que precederam ao evento.

Em 2014, o fenômeno do “perigo vermelho” voltou à tona no Brasil ganhando destaque social. Após as manifestações sociais ocorridas durante a campanha eleitoral à Presidência da República naquele ano e das manifestações exigindo o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff ocorridas entre 2015 e 2016, ficou evidente que as teorias conspiratórias atingem cada vez mais as pessoas. Acusações sobre a suposta implementação do comunismo no país, maquinada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), exacerbaram-se naquele contexto.

Uma pesquisa coordenada por Pablo Ortellado, filósofo e professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da USP, e Esther Solano, professora de relações internacionais da Unifesp, revelou que a maioria dos manifestantes de São Paulo presentes na Avenida Paulista no dia 12 de abril de 2015, exigindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff, acreditavam em teorias conspiratórias. Segundo a pesquisa, que ouviu 571 pessoas: 64% achavam que o PT queria implantar um regime comunista no Brasil, 56% acreditavam que o Foro de São Paulo queria criar uma ditadura bolivariana no Brasil, 53% achavam que o Primeiro Comando da Capital (PCC) era um braço armado do PT, e 42% concordavam que o PT havia trazido 50 mil haitianos para votar em Rousseff nas últimas eleições.² Sem contar os crentes na ideia na qual o programa do governo federal chamado “mais médicos” financiava uma ditadura cubana e que os médicos cubanos que trabalhavam no país eram espiões comunistas empenhados em ajudar o PT a implementar o comunismo.

Ao fazer uma rápida pesquisa no “Google imagens” sobre o assunto, você encontrará centenas de cartazes confirmando essas estatísticas:

· “Não ao Foro de São Paulo. Comunismo no Brasil Jamais”³. Esse cartaz, segurado por uma criança, apresenta as duas letras “o” da palavra “comunismo”, com pequenos chifres e caudas, simbolizando o diabo.

· “Contra a ditadura bolivariana e o comunismo. Intervenção militar já! Exército queremos nosso país de volta”⁴.

² A pesquisa completa, que teve o objetivo de analisar a confiança no sistema político e as fontes de informação, pode ser visualizada em: <http://www.lage.ib.usp.br/manif/> e <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/o-que-pensa-o-manifestante-que-foi-as-ruas-no-ultimo-domingo.html>. Acesso em 13/05/2015.

³ http://aluizioamorim.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html. Acesso em 24/03/2016.

⁴ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html>. Acesso em 24/03/2020.

- “We don’t want communism in Brazil”⁵.
- “Comunismo é o império do mal. PT é a estrela da morte. Dias Tofolli é o advogado do diabo”⁶.
- “Não à ditadura comunista no Brasil”⁷.
- “Comunista é bom morto. Dilma, maduro, Hugo, Fidel, Cristina, Lula – Lixo do Mundo”⁸.

Nesse ambiente, onde as teorias conspiratórias se propagaram, o discurso de ódio e o clima de intolerância ganharam força, passando a coexistir com as reivindicações que clamavam pela saída do governo petista do comando do país. Não somente nas ruas, mas principalmente na internet e nas redes sociais que ajudaram a disseminar tais discursos e ideias antes à sombra, amplificando polarizações políticas, sociais e culturais existentes. Importante atentarmos ao fato de que o ódio e a intolerância não se restringem ao governo e seus partidários, mas também, por exemplo, para amedrontar um frentista haitiano, pelo motivo de ele ser estrangeiro e estar ocupando o emprego de um brasileiro, devido a uma suposta maquinação do PT para cooptar pessoas que ajudariam a implementar o comunismo no país.⁹

Outro fenômeno atual ligado às teorias conspiratórias é o das “Fake News” que, além de notícias falsas, disseminam conspirações no seio da sociedade principalmente por meio do aplicativo *Whatsapp*. Observou-se isso durante a campanha eleitoral para a presidência do Brasil em 2018. Desde então, as notícias falsas se tornaram uma ferramenta pela qual muitas pessoas compreendem a sua realidade. Uma das últimas conspirações que apareceu no cenário nacional, por exemplo, é a de que o Covid-19, a mais nova pandemia que assola a humanidade desde o começo de 2020, foi criado em laboratório pelos chineses a fim de se beneficiar economicamente com a crise. Isso aconteceria, principalmente, por causa da queda do preço do petróleo e das ações de grandes empresas ao redor do mundo, além de uma valorização do dólar, que aumentaria o lucro dos chineses com a venda de títulos públicos americanos. Tal teoria, inclusive, tem tanta repercussão em alguns setores da sociedade que até o Presidente

⁵ <http://www.dw.com/pt/nove-cartazes-curious-dos-protestos/a-18652776>. Acesso em 24/03/2020.

⁶ <http://noticias.uol.com.br/album/2015/04/12/veja-fotos-dos-cartazes-do-protesto-de-12-de-abril.htm>. Acesso em 24/03/2020.

⁷ <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/11/a-volta-dos-que-nao-foram.html>. Acesso em 24/03/2020.

⁸ <http://brasilligado.com.br/protestos-de-15-de-marco-vandalismo-e-muito-odio/>. Acesso em 24/03/2020.

⁹ O caso ocorreu na cidade de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul. Ver: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/homem-aborda-frentista-haitiano-cita-desemprego-no-pais-e-ironiza-sorte.html>. Acesso em 24/03/2020.

Jair Bolsonaro, seus filhos e parte dos seus seguidores acreditam e compartilham que a pandemia tem ligação com o plano de recuperação econômica do governo chinês.¹⁰

Nessa conjuntura, podemos observar, destacadamente, certo irracionalismo que grassa em nossa sociedade, verificado, facilmente, na existência dos sentimentos de ódio, racismo, xenofobia e o preconceito contra os chineses, orientais e seus descendentes, no Brasil e no mundo. Muitos desses, inclusive, denunciaram agressões sofridas:

“Essa mulher esperou eu me dirigir para a porta do vagão para gritar ‘olha lá a chinesa saindo, sua chinesa porca’, ‘nojenta’ e ‘fica aí espalhando doença para todos nós’ “, postou Marie Okabayashi no Twitter, com um vídeo da agressora. “Dentre as atrocidades: ‘quando eu vejo um chinês, eu atravesso a rua’, ‘não compraria uma coca fechada desse povo, porque eles contaminam tudo’, ‘os coreanos, tailandeses e esse resto também são um horror!’, ‘invadem nosso país, roubam os empregos do nosso povo, espalham doenças’.” A mulher ainda teria dito que negros ‘não são sujos porque foram escravizados (sic)’ “, segundo a estudante.¹¹

Tais teorias sobre os chineses já foram descartadas, mas, com base nos depoimentos, esse é exatamente o perigo do pensamento conspiratório e os motivos pelos quais devemos combatê-los, uma vez que geralmente têm implicações na realidade, afetando a vida das pessoas. Portanto, nas próximas páginas, abordamos as principais características das teorias conspiratórias, como elas se apresentam ao público, de que maneira as pessoas se deixam seduzir ou não por elas e como a História Pública pode ser uma ferramenta muito eficaz no combate a esse pensamento corrosivo presente na sociedade.

Características das teorias conspiratórias

Nas últimas duas décadas, teóricos ingleses, franceses e norte-americanos têm-se debruçado cada vez mais sobre as influências das teorias conspiratórias na sociedade. Dentre os estudos publicados

¹⁰ Tais teses já foram descartadas. Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/19/impactos-economicos-coronavirus-china.htm>

¹¹ Depoimento pode ser visualizado em: SAKAMOTO, Leonardo. Surto de coronavírus lembra racismo e xenofobia contra orientais no Brasil. In: <https://noticias.uol.com.br/columnas/leonardo-sakamoto/2020/02/02/surto-de-coronavirus-lembra-racismo-e-xenofobia-contra-orientais-no-brasil.htm>. Acesso em: 24/03/2020. Outros casos de xenofobia pelo mundo podem ser verificados em: <https://istoe.com.br/estudante-chines-e-agredido-em-ataque-de-coronavirus-racista-em-londres/>; <https://www.bibliatodo.com/Pt/noticias-gospel/xenofobia-cresce-contracidadaos-chineses-devido-ao-coronavirus/>; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/02/05/nao-e-piada-usar-coronavirus-para-discriminar-oriental-e-crime.htm>. Acesso em: 24/03/2020.

podemos destacar autores como: Richard Hofstadter (1964), Michael Barkun (2003) e Raoul Girardet (1987).

Um dos primeiros a se preocupar em estudar as teorias da conspiração foi o historiador norte-americano Hofstadter que em 1964 publicou o ensaio, *"The Paranoid Style in American Politics"* (O estilo paranoico na política americana), na edição de outubro da revista *Harper's Magazine*. Para Hofstadter (1964), existe uma ligação entre conspiração e paranoia possuindo duas origens inter-relacionadas. A primeira origem, e mais geral, é a semelhança entre os sistemas delirantes de paranoias e as tramas imaginadas por teóricos da conspiração. A segunda origem é que, ao contrário do paranoico clínico, o paranoico político acredita que o complô não é dirigido somente contra si, mas contra uma nação, uma cultura, um modo de vida, a milhões de outros.

As teorias da conspiração sugerem uma explicação alternativa para qualquer acontecimento histórico, desmentindo a versão oficial e tentando, de certa forma, desmascarar os intentos malévolos e ocultos de certos indivíduos. De acordo com Barkun (2003), adeptos às crenças conspiratórias, possuem suas visões de mundo que podem ser caracterizadas como maniqueísta, no sentido de entenderem o mundo como uma luta mítica entre a luz e as trevas, entre os reinos do bem e do mal, e acham que esta polarização persistirá até o final da história, quando o mal finalmente será derrotado. Em seu mais amplo significado, as teorias da conspiração veem a história como controlada por enormes forças ocultas e demoníacas. O conspirador, ou seu grupo, é visto como dotado de grande poder e com isso capaz de influenciar através de seus planos um acontecimento, o funcionamento de um sistema, ou uma totalidade.

Uma visão de mundo conspiratória implica em um universo governado por um projeto bastante aleatório que se manifesta em três princípios encontrados em praticamente todas as teorias da conspiração (BARKUN, 2013, p. 3):

- Nada acontece por acaso. Conspiração sugere um mundo baseado na intencionalidade, a partir do qual acidente e coincidência não existem. Tudo que acontece ocorre porque foi desejado, planejado. Na sua forma mais extrema, o resultado é um mundo de fantasia, muito mais coerente do que o mundo real.

- Nada é como parece. As aparências enganam, porque os conspiradores querem enganar a fim de disfarçar suas identidades ou as suas atividades.

- Tudo está conectado. Porque no mundo dos seguidores das teorias da conspiração não há espaço para acidentes e coincidências, o complô está em toda parte, ainda que escondido da vista.

Apesar das teorias da conspiração compartilharem essas características gerais, elas podem ser distinguidas, principalmente, por o seu escopo. Barkun (2013, p. 3) as caracteriza em três diferentes tipos, por ordem crescente de abrangência:

- Eventos conspiratórios. Aqui, a conspiração é considerada responsável por eventos discretos ou conjunto de eventos.

- Conspirações sistêmicas. Acredita-se que seus objetivos são concebidos para garantir o controle sobre um país, uma região, ou até mesmo o mundo inteiro. O maquinário conspiratório geralmente é simples: uma única organização maligna implementa um plano para se infiltrar e subverter as instituições existentes.

- Superconspirações. Este termo refere-se a construções conspiratórias em que várias conspirações estão ligadas hierarquicamente. Eventos e sistemas conspiratórios estão unidos em complexas maneiras, de modo que as conspirações são encaixadas uma dentro da outra. No cume da hierarquia uma distante, mas todopoderosa força do mal manipula toda a conspiração.

Uma dada teoria da conspiração também tenta explicar fatos históricos que deixaram lacunas, ou na qual a explicação histórica não consegue ou não dá conta de nos fazer compreender eventos que fogem a racionalidade humana. Como o caso do nazismo. Por tudo o que representou o governo de Hitler para a história, o simples término desse governo e as duvidosas causas da morte do *Führer*, suscitam maiores questionamentos para os predispostos a acreditar em conspirações envolvendo o regime nazista antes e após a guerra. A explicação simples e causal não é suficiente para essas mentes. Deve haver algo maior por trás de acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial. Barkun (2013, p. 6) afirma que essas pessoas preferem aceitar uma complicada teoria conspiratória ao invés da explicação oficial, desejando desvendar os mistérios e segredos escondidos dentro das explicações geralmente aceitas de processos históricos.

Sandra Silva (2010, p. 10) também afirma que as teorias da conspiração estão associadas à criação de uma explicação fantasiosa para um fato, habitualmente fundamentada num juízo que contesta a versão oficial de um acontecimento passado ou atual. Conforme Barkun (2013, p. 6) a conspiração, para as pessoas que creem, parece ser tão poderosa que controla praticamente todos os meios através das quais as informações são disseminadas - universidades, escolas, mídia e assim por diante. Elas distanciam-se ostensivamente das instituições tradicionais do saber, desprezando e desconfiando da academia e da intelectualidade, pois argumentam que elas controlam a mente das pessoas e fazem lavagem cerebral. Desconfiam também dos meios de comunicação como falsificadores e encobridores da verdade,

considerando-os como parte da conspiração, uma ferramenta controlada pelos conspiradores a fim de iludir o público. Esses fatores explicam, em parte, a escolha por conhecimentos que contrariam crenças comumente aceitas. Neste sentido, o intelectual perde espaço por ser detentor do saber, e o mentiroso (ou a conspiração) parece ser bem mais aceito.

Outro efeito da descrença nos meios de comunicação, nos intelectuais e nas instituições tradicionais do saber é que os crentes nesse tipo de teoria encontram na internet o meio mais seguro para adquirir informações e, nesse sentido, ela torna-se o meio de excelência para a difusão e permanência das teorias conspiratórias na sociedade contemporânea. Para Barkun (2013, p. 6), a internet é atraente por causa de sua grande audiência, o baixo investimento necessário para a sua utilização, e mais importante, a ausência de “porteiros” que podem censurar o conteúdo das mensagens. Não há intermediários, tais como editores e produtores que estão entre o conteúdo e a distribuição da mensagem. Assim, sem barreiras à entrada, acessível a uma enorme quantidade de pessoas no mundo, e permitindo a qualquer indivíduo publicar os conteúdos que bem entender, a internet é considerada a grande impulsionadora das teorias da conspiração. Aquele cuja visão de mundo é construída em torno da ideia da conspiração, dificilmente busca informações que contrariam as suas convicções, encontrando em comunidades virtuais da internet a ligação com suas ideias, com a sua mente.

Como afirma Bronislaw Baczko (1985), a influência dos imaginários sobre a mentalidade coletiva depende da sua difusão e dos meios que garantem tal difusão. E os meios de comunicação de massa, principalmente desde as primeiras décadas do século XX, possuem grande poder de controle sobre os imaginários políticos e sociais existentes, pois possibilitam que um determinado imaginário atinja uma ampla audiência.

Outra característica, segundo Hofstadter (1964), é que a literatura conspiratória se não totalmente racional, é, pelo menos, intensamente racionalista. Pretendem ser empiricamente relevantes. Ou seja, a fim de fundamentar as suas alegações, elaboram e acumulam provas tangíveis que muitas vezes imitam a metodologia de citação de fonte e apresentação de evidências encontradas em estudos científicos. Por outro lado, quanto mais a história é contada, quanto mais as pessoas ouvem isso, mais provável é de se acreditar. O resultado é que as mesmas fontes são repetidas várias vezes, produzindo uma espécie de pseudoconfirmação. Se a fonte é citada muitas vezes, “deve ser verdade”.

Girardet afirma que um discurso mítico está inserido em um meio

social no qual já exista certa situação de disponibilidade, certo estado precedente de receptividade. O que significa que em sua estrutura, para ter alguma possibilidade de eficácia, a mensagem a ser transmitida deve corresponder a certo código já inscrito nas normas do imaginário e do real:

Nenhum dos mitos políticos se desenvolve, sem dúvida, no exclusivo plano da fábula, em um universo de pura gratuidade, de transparente abstração, livre de todo contato com a presença das realidades da história. Mas, no que diz respeito à mitologia do Complô, aceita-se de boa vontade que a carga de densidade histórica se revela, com toda evidência, particularmente pesada: com efeito, nenhuma, ou quase nenhuma, de suas manifestações ou de suas expressões que não possa ser relacionada mais ou menos diretamente com dados factuais relativamente precisos, facilmente verificáveis em todo caso, e concretamente apreensíveis. (GIRARDET, 1964. p. 51)

Conforme o autor, a denúncia de uma conspiração, de um complô, não deixa de se inscrever em um clima psicológico e social de incerteza, insegurança, de temor ou de angústia. São nos “períodos críticos” da sociedade que os mitos se afirmam e aparecem com maior clareza, impõem-se com mais intensidade e exercem com mais violência seu poder de atração. É ao longo das linhas das mais fortes tensões sociais que se desenvolvem os mitos políticos. Não há nenhum dos sistemas mitológicos – idade de ouro, revolução redentora ou do complô – que não se ligue diretamente a fenômenos de crise: “aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas repentinas do meio cultural ou social, desagregação dos mecanismos de solidariedade e de complementaridade que ordenam a vida coletiva” (GIRARDET, 1987, p. 180). Nenhum que não se relacione a conjunturas de vacuidade, de inquietação, de angústia ou de contestação.

Na mesma linha de raciocínio, Issit (2012) afirma que as teorias da conspiração são historicamente mais comuns em períodos de agitação ou mudança social. Em tempos de crise e incerteza, as teorias da conspiração podem surgir entre grupos que acreditam estar em desvantagem política ou social em comparação a outros grupos julgados por possuírem um *status* social superior.

Aqui cabe uma pergunta: por que as pessoas acreditam em teorias conspiratórias? Em geral, os autores supracitados compartilham da ideia de que a crença em uma dada teoria da conspiração, em última análise, torna-se uma questão de fé, crença e sentimento ao invés de alguma prova empírica.

A crença em teorias conspiratórias

Teorias conspiratórias são atrativas porque elas começam com um grão de verdade envolto em crenças sociais pré-existentes. Em entrevista ao portal online Terra, Barkun afirma que uma necessidade de explicar o mundo está por trás das teorias conspiratórias, e que existem muitas razões para a sua aceitação:

[...] mas eu acredito que a maior razão é para tentar atribuir um sentido ao mundo. Obviamente, as pessoas querem que o mundo faça sentido, elas querem ser capazes de entendê-lo, e uma das coisas que as teorias conspiratórias fazem é simplificar o mundo. Elas pegam uma realidade que pode parecer caótica e complicada, e dizem que há uma causa simples. Então elas estabelecem uma causa para eventos que as pessoas não conseguem explicar satisfatoriamente de outra forma. E isso fornece um benefício psicológico para as pessoas que acreditam nessas teorias. (BARKUN, 2011)

Porém, ao mesmo tempo em que as teorias conspiratórias tentam explicar o mundo simplificando-o, elas parecem ser construções mentais bastante complexas. Barkun (2011) acredita que essas teorias complexas são criadas quando as pessoas acham difícil de aceitar a explicação oficial de um determinado evento. Porque a relação entre os efeitos (que são as coisas ruins que aconteceram) e a causa que foi dada oficialmente não é considerada aceitável ou plausível. Então, para essas pessoas, torna-se mais fácil aceitar uma elaborada teoria conspiratória do que aceitar a explicação oficial. O autor crê que a mesma coisa se aplicou:

às teorias conspiratórias que tratam sobre o assassinato do presidente John Kennedy, em 1963, onde você tem esse presidente jovem e dinâmico assassinado por Lee Harvey Oswald, que era um ninguém, um perdedor, um preguiçoso, e a ideia de que esse presidente dinâmico pudesse ser assassinado por alguém assim era algo, de novo, que eu acho que para muitas pessoas foi difícil de aceitar, e foi mais fácil para elas acreditar que alguma organização o havia matado, fosse o crime organizado, fossem os comunistas, ou outros. Então, há situações em que pode ser mais satisfatório aceitar uma complexa teoria conspiratória do que uma simples. (BARKUN, 2011, p. 1)

O que nos leva a crer que é verdadeiro o que vemos ou lemos em teorias conspiratórias? Para Steve Clarke (2002, p. 11), isso é facilitado pelos sentimentos e emoções que as mesmas despertam e provocam no público. David Hume no livro, *Investigações sobre o*

entendimento humano e sobre os princípios da moral, verificou que a paixão de surpresa e admiração provocada por milagres, essa uma emoção afável, proporciona às pessoas uma tendência a serem sensíveis a esses eventos, afirmando que o mesmo acontece com as teorias da conspiração. Por mais fantasiosos que os milagres, as ficções, ou as teorias conspiratórias possam parecer, as pessoas tendem a acreditar nelas pelas boas sensações que experimentam quando tomam conhecimento dos mesmos (HUME, 2004). Soma-se a isso o fato das teorias conspiratórias serem passíveis de despertar nos indivíduos a sensação de posse sobre algo secreto e não acessível a todos, fazendo-os se sentirem especiais e privilegiados. Para Clarke (2002), as pessoas acreditam em tais teorias baseando-se em mínimas evidências, provando que é plausível admitir que elas são “emocionalmente atraídas” por esse tipo de ideia.

Qual o grupo que mais acredita em teorias conspiratórias? Clarke defende que os criadores destas teorias formam ideias que geralmente são bastante populares perante as massas e que as ideias promulgadas pelos conspiradores são muito impopulares no seio dos intelectuais:

As teorias da conspiração há muito que têm sido favorecidas por políticas populistas, que são quase invariavelmente anti-elitistas e, portanto, anti-intelectuais também. As teorias da conspiração são mais populares entre os membros do público em geral, que são, talvez, afetados por subculturas de teóricos da conspiração. A juntar ao facto de que as teorias da conspiração serem muitas vezes baseadas em convicções, sem uma comprovação prática e objetiva, bem como algo fantasiosas, os intelectuais sentem vergonha de admitir que acreditam nelas. (CLARKE, 2012, p. 13)

Nesse sentido, o senso comum, o público em geral, as massas, são considerados os que mais se deixam seduzir e influenciar pelas teorias da conspiração, aumentando sua aceitação nas épocas de tensão social. Silva explica que, nesses períodos, as teorias da conspiração podem moldar a opinião das pessoas, considerando que toda a aura de secretismo intimamente ligada à elas está na base da sua crença, popularidade e grande alcance.

Os problemas das conspirações

O grande problema nisso tudo é que tais versões da realidade, muitas vezes, possuem alcance maior, podendo ser muito mais atrativas, do que a explicação acadêmica dos acontecimentos históricos do passado ou atuais. Nesse ambiente, por exemplo, os

professores de história podem perder seu lugar de autoridade, de fala, para esses teóricos conspiracionistas, haja vista que muitos acreditam que eles são inimigos, junto às escolas e universidades, por esconderem ou ocultarem o “conhecimento verdadeiro”. Os criadores e adeptos observam com ceticismo algumas explicações dadas à sociedade, que são sustentadas pelas universidades e por pessoas com credibilidade, atribuindo outro significado e interpretação a determinado evento.

Por causa desse alcance relevante na sociedade, podemos afirmar que os meios de comunicação que difundem tais teorias são formadores de opiniões sobre o passado, de sentimentos públicos, bem como de uma consciência histórica sobre determinado acontecimento “na medida em que tornam acessíveis as reflexões acerca do passado e assim influenciam o processo de ressignificação temporal desses sujeitos, ajudando-os a interpretar e reinterpretar o mundo que os cercam” (GELBCKE, 2014, p, 531). Ao propagarem conspirações, senso comum, sensacionalismo, estereótipos, esoterismo, ocultismo, estes meios ajudam a borrar os limites existentes entre fato e ficção, daquilo que sabemos ser verdadeiro sobre algum acontecimento.

Por isso, é importante analisar o impacto dessas produções na formação da consciência histórica dos indivíduos, uma vez que por iniciativa própria ou involuntariamente, verifica-se que há inúmeras pessoas expostas a elas. Devemos compreender que o fato de uma teoria da conspiração ser absurda ou esdrúxula não significa que não tenha muita gente que acredite nela e, dada a sua permeabilidade no corpo social, não é seguro deixar passar qualquer teoria sem uma análise racional. Pois, segundo Hofstadter (1964), o caráter corrosivo destas no debate público e político é que na medida em que prejudicam a capacidade de diálogo dentro da sociedade, transformam adversários em inimigos e, conseqüentemente, ameaçam a ordem democrática. Se o adversário conspira, as ferramentas da democracia não funcionam, formando um crescente discurso que gera ressentimentos e que pode produzir violência, ódio e intolerância. Fato que estamos observando no Brasil nos últimos anos.

Segundo Chip Berlet (2009), as pessoas que acreditam em alegações conspiratórias às vezes agem sobre essas crenças irracionais, o que tem conseqüências concretas no mundo real. As conspirações e fantasias por mais excêntricas que possam parecer, podem ter, e frequentemente têm, implicações na realidade. Pensamentos conspiratórios são sintomas de atritos sociais e, como tal, são perigosas para ignorar. Estas teorias são ferramentas que podem ser usadas por certos líderes políticos para mobilizar uma

massa de seguidores ou para justificar a perseguição a determinados grupos. Criando um ambiente onde o racismo, o fanatismo, o antissemitismo, e outras formas de preconceito e opressão podem florescer. Assim sendo, para autor, as teorias conspiratórias são *tóxicas à democracia*.

Do mesmo modo, Jeffrey Bale (2007) afirma que as teorias da conspiração formam ilusões coletivas que, no entanto, refletem medos reais e problemas sociais verdadeiros. Para ele, a crença em teorias da conspiração ajuda as pessoas a dar sentido a uma realidade inóspita e confusa, racionaliza as suas dificuldades atuais e alivia parcialmente seus sentimentos de impotência. Neste sentido, não são diferentes de qualquer número de crenças religiosas, sociais ou políticas, e por isso são merecedoras de um estudo sério.

Como proceder frente a essa constatação? Talvez não haja uma resposta única, correta e certa a esse problema, mas acreditamos que a História Pública seja uma alternativa bem viável para, pelo menos, diminuir a lacuna existente entre historiadores profissionais e o público não-especialista.

A História Pública

A História Pública pode nos permitir analisar mais profundamente o papel do público em fazer, entender, compreender e interpretar a história em todas as suas formas e significados. De acordo com o historiador norte-americano Robert Kelley, o termo “História Pública” se refere à atuação dos historiadores e do método histórico fora da academia: no governo, em corporações privadas, nos meios de comunicação, em sociedades históricas e museus, até mesmo em espaços privados. Os historiadores públicos estão atuando em todos os lugares, empregando suas habilidades profissionais, eles são parte do processo público. Uma questão precisa ser resolvida; uma política pública precisa ser elaborada; o uso de um recurso ou uma atividade precisa ser melhor planejada – eis que os historiadores serão convocados para trazer à baila a questão do tempo: isso é História Pública. (CARVALHO, 2017)

Em linhas gerais, com a História Pública podemos criar a possibilidade de difundir o conhecimento histórico - de maneira responsável, crítica, participativa e emancipatória – para amplos públicos não-especialistas, extrapolando os espaços acadêmicos, por meio de vários recursos tecnológicos e metodológicos: ela deve ser feita nas ruas, nos arquivos, nos centros de memória, nos museus, nas bibliotecas, na televisão, nos rádios, nas editoras, nos jornais, nas

revistas, nas escolas, em organizações governamentais e não governamentais e no interior de instituições privadas (CARVALHO, 2017).

A intenção é promover a divulgação histórica procurando estimular reflexões sobre a atuação do profissional capaz de motivar a formação de uma consciência histórica para um público amplo, não exclusivamente acadêmico. O objetivo é fazer isso com o auxílio do público em um panorama dialético, do qual participam diversos agentes profissionais, não apenas historiadores: museólogos, arquivistas, curadores, cineastas, documentaristas, criadores de *web sites*, e uma variedade de outros profissionais.

Produzir materiais para divulgação, circulação e consumo para um leque amplo, não apenas os pares acadêmicos. Isso acontece sem abandonar as principais preocupações do conhecimento histórico, como: questões metodológicas, historiográficas, narrativas, teóricas, etc. De acordo com Almeida e Rovai (2011), com a História Pública podemos valorizar o passado para além da academia e democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. “Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros””. (2011)

Para que isso possa acontecer, Gerald Zahavi, historiador norte-americano, sugere uma série de práticas fundamentais dentro e fora da academia:

gerenciamento de coleções históricas; práticas curatoriais; estudos arquivísticos; preservação histórica (documentos e mídia); estudos de cultura material; estudos museológicos; história pública e ficção; história pública e arte dramática (reencenações e teatro não-ficcional); história pública e cinema; estudos de locais comemorativos e herança; história aural (trabalho documental de áudio); história oral; história digital/museus virtuais; história dos negócios e das corporações; história das políticas públicas; estudos de documentários; estudos de sabedorias e vidas populares; edição histórica. O campo é amplo e ainda demanda muitos estudos e comprometimento de pessoas envolvidas com a comunidade acadêmica interessada em dialogar com a sociedade civil e entender suas necessidades e riquezas de experiências histórico-culturais. (ZAHAVI, 2013, p. 4)

Para Zahavi, com a História Pública pode-se ampliar a visão sobre o passado, uma vez que estamos trabalhando com um campo ousado, que tenta construir uma ponte entre as análises detalhadas e profundas dos historiadores acadêmicos com uma curiosidade sobre o passado aparentemente insaciável do público em geral. Portanto, a História Pública pode ser vista como um ambiente de múltiplas possibilidades, considerando o outro em sua diferença e estabelecendo diálogos,

promovendo trocas e liberando uma pluralidade de sentidos epistêmicos em prol de um saber histórico maior. “Considera-se, assim, a necessidade da não supressão da ciência em favor da história pública, porém, o desejo de pensar uma ponte de comunicação com a recepção social do trabalho acadêmico” (ZAHAVI, 2013, p. 3).

Considerações Finais

“A história é filha do seu tempo” já dizia Lucien Febvre. A História Pública possui uma grande sensibilidade com as necessidades do presente, pois são essas necessidades que a movem e a motivam. Com o crescimento da internet e o grande acesso ao conhecimento que isso provocou a algumas parcelas da população, novas questões se formam sobre o historiador e seu papel na sociedade. E ele faz suas conjecturas sobre essas novas questões quando, por exemplo, está trabalhando a ideia da História Pública: preocupam-se com a necessidade de expandir seu conhecimento para além da academia, analisam o seu próprio ofício, refletem sobre a função social da história e se esforçam para tornar o conhecimento histórico cada vez mais acessível aos indivíduos, permitindo-os fazer usos desses conhecimentos no âmbito da vida prática.

Talvez assim, um conhecimento histórico responsável, crítico e participativo possa ser disseminado de uma maneira mais atrativa para o público não-especializado, que hoje em dia está formando sua consciência histórica muito mais com o *History Channel* e com *youtubers*, do que por um professor da área. Podemos evitar, dessa forma, que certas incoerências históricas, generalizações absurdas e, por que não, teorias conspiratórias se espalhem como forma de explicar e compreender a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ARENDR, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BALE, Jeffrey. Political paranoia v. political realism: on distinguishing between bogus conspiracy theories and genuine conspiratorial politics. In: *Routledge Taylor & Francis Group*. Patterns of Prejudice, vol. 41, no. 1, 2007.
- BARKUN, Michael. *A culture of Conspiracy*. Apocalyptic Visions in Contemporary America. London: University of California Press, 2003.

- _____. Entrevista. Portal online Terra. Conspiração e 11/9: teorias simplificam o mundo, diz analista. 8/11/2011. <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/conspiracao-e-119-teorias-simplificam-o-mundo-diz-analista,2cf1c4bdea737310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>.
- BERLET, Chip. *Toxic to Democracy*. Conspiracy Theories, Demonization, & Scapegoating. Somerville, EUA: Political Research Associates, 2009.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *História Pública: uma breve bibliografia comentada*. (Bibliografia Comentada). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-publicabiblio/>. Publicado em: 6 nov. 2017. Acesso em: 22/01/2018.
- CASTRO, Ricardo. Extrema-direita, pseudohistória e conspiracionismo: o caso do negacionismo do holocausto. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.
- CLARKE, Steve. Conspiracy Theories and Conspiracy Theorizing. In: *Philosophy of the Social Sciences*. v. 32, n. 2, p.131-150, 2002.
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FERRO, Marc. *História e cinema*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. *O ressentimento na história*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GELBCKE, Juliana. História pública e consciência histórica: uma reflexão da didática da história. In: *Anais XIV Encontro Regional de História, 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil*. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, 2014. p. 524 – 533.
- GOODRICK-CLARKE, Nicholas. *Sol Negro: Cultos Arianos, Nazismo Esotérico e a Política de Identidade*. São Paulo: Madras, 2004.
- HOFSTADTER, Richard. The Paranoid Style in *American Politics*. Harper's Magazine. Edição de Outubro, p. 77-86, 1964.
- HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- ISSIT, Micah. Conspiracy Theories: An Overview. In: MCCAFREEY, Paul. *The Reference Shelf*. Conspiracy Theories, v. 84, n. 1. 2012.
- MEINERZ, Marcos. *O imaginário da formação do IV Reich na América Latina após a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2013.
- SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. Tese (doutorado em História), Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2014.
- SILVA, Sandra. *Teorias da Conspiração: Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática*. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação Variante de Comunicação Política), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2010.
- ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: 22 a 26 de julho de 2013. p. 4.

CLASSES DOMINANTES AGROINDUSTRIAIS E ASCENSÃO CONSERVADORA

*Sonia Regina de Mendonça*¹

Este texto consiste numa síntese que, partindo da historiografia especializada na temática, da pesquisa junto à documentação produzida pela Abag (Associação Brasileira do Agronegócio) e à imprensa especializada, visa esboçar um painel das principais medidas governamentais adotadas para o mundo “rural” a partir do golpe de 2016. Antes de abordá-las, entretanto, cabe inseri-las no contexto mais amplo das crises mundiais ocorridas nas primeiras décadas do século XXI.

Em sua maioria absoluta, essas crises derivaram/derivam da expansão das políticas neoliberais, cujo produto final – oriundo da financeirização, do aumento do crédito e da forte especulação com títulos – é a ampliação da riqueza financeira controlada por bancos, fundos de investimentos e grandes corporações. Esta ampliação, por sua vez, maximiza a liquidez da economia, aumentando a oferta de dinheiro destinado a investimentos em privatizações, terras e recursos naturais o que leva, no limite, à mercantilização da própria natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006). No limite, as crises de acumulação financeira, redundam em gravíssimos problemas ambientais, derivados da expansão da demanda por insumos, matéria-prima e alimentos, potencializando, severamente, a escala da busca por terras, através de investidores privados, fundos especulativos e mesmo governos, que a literatura especializada denomina *land grabbing* ou “corrida por terras” (SAUER; BORRAS, 2016).

Junto a esse processo global inseriu-se, dramaticamente, o Brasil, desdobrando-se, por exemplo, no *impeachment* de Dilma Rousseff que representou severa ruptura com a normalidade democrática e constitucional afetando, de modo inaudito, as políticas agrícolas e fundiárias emanadas do Estado restrito, transformadas em parte do pagamento à chamada Bancada Ruralista, por seu apoio político às forças golpistas conservadoras. Basta citar que a Bancada compôs 50% dos votos pró *impeachment* e 52% dos votos em prol da

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

manutenção de Temer na presidência (<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/10/observatorio>, acesso 15-06-2019)

Todavia, bem antes disso, já era evidente a hegemonia dos aparelhos privados de hegemonia (APHs) do agronegócio e a preponderância do capital internacional na formulação das demandas pelo uso de terras e territórios do país, tornando a captura e especulação com a terra – redundando na maximização dos conflitos fundiários – ainda mais agudas e relevantes para o entendimento dos pactos de poder no Brasil. Como o afirmou ACSELRAD (2012, p. 134), desde 2008 “o Estado restrito brasileiro, já se encontrava totalmente ‘dominado’ pelos agentes do agronegócio”.

Para se ter uma ideia dessa afirmativa, vale mencionar que todos os incentivos concedidos ao agronegócio pelos governos Lula e Dilma – e que não foram poucos – somados, sequer passaram perto das medidas pró-ruralistas adotadas durante a breve gestão de Michel Temer. A partir de agosto de 2016, inaugurou-se uma conjuntura política propícia à tramitação de projetos liberalizantes e desnacionalizadores da terra (CASTRO; SAUER, 2017) e à expansão das benesses e medidas legais favoráveis ao “patronato rural”. Dentre elas destacaram-se: 1) imposição da austeridade orçamentária destinada a minimizar a capacidade de intervenção do Estado; 2) a regulamentação do mercado formal de terras, objetivando “esgotar o estoque de terras públicas” (TEIXEIRA, 2017, p. 1 e 3) a desresponsabilização do Estado em realizar investimentos produtivos e implementar políticas fundiárias estruturantes no campo (SAUER, 2018).

As diversas concessões e apoios prestados pelo governo Temer ao agronegócio e ao capital internacional, alteraram drasticamente a questão da terra (CASTRO; SAUER, op. cit.), materializando-se em diversas Medidas Provisórias – como a MP nº 733, de junho de 2016 e convertida na Lei nº 13.340, em setembro – geradoras de facilidades financeiras e jurídicas dirigidas aos grupos dominantes ligados ao “campo”. Esta lei autorizou os “produtores rurais” inscritos na Dívida Ativa da União com débitos oriundos de operações de securitização, a liquidarem seu saldo devedor com abatimentos entre 60% a 95%, sendo as dívidas acima de 1 milhão de reais, brindadas com descontos de até 65% de seu montante. Premiou-se, assim, os maiores devedores da União, consumindo recursos que poderiam atender algo em torno de 120 mil famílias acampadas. Segundo SAUER *et alii* (2018, p. 252) o total das dívidas perdoadas na gestão Temer chegou a R\$ 1,2 trilhões de reais.

Outro exemplo foi a MP nº 759, também de 2016. Cabe, aqui, um parêntese. Desde 2009, a lei 13.465/2009, instituiu o Programa

“Terra Legal”, permitindo que a definição de Amazônia Legal fosse interpretada como meio de legalizar apropriações ilegais de terras públicas, tornando-se conhecida como “lei da grilagem” (SAUER, 2018). Além de problemas relacionados à agilização dos procedimentos de titulação, posto tratar-se da legalização de terras griladas, o Programa contemplava um vasto espectro territorial. Mesmo assim, a MP nº 759 ampliou ainda mais esse território, estendendo o “Terra Legal” **para todo o País**, fazendo com que o então Procurador Geral da União, Rodrigo Janot, apresentasse uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), após a sanção presidencial. A despeito disso, a MP converteu-se em lei.

Curiosamente, o discurso oficial justificador das alterações na Lei de 2009 baseou-se no argumento de que o novo programa de regularização fundiária consistia em “uma iniciativa governamental que busca legalizar a situação de milhares de **núcleos familiares** que exploram a terra e dela retiram o seu sustento”. O mais esdrúxulo é que a dimensão das primeiras “ocupações” - 2.500 ha - não guarda qualquer relação com os mencionados “núcleos familiares” e suas atividades produtivas, desnudando a legalização massiva da grilagem de terras públicas em **todo o território nacional** (SAUER, 2018, op. cit.). Logo, o que se observa são mecanismos político-jurídicos que inviabilizam ações do Estado, ao mesmo tempo em que se regulamenta o mercado para a comercialização de terras públicas, às custas da exclusão de povos e comunidades de suas terras, impedindo qualquer iniciativa de reforma agrária, sob o mantra da “austeridade fiscal” (LEITE et al., 2018).

Outro exemplo da extrema sintonia existente entre a gestão Temer e o agronegócio, sob a ótica das dádivas concedidas aos chamados “ruralistas” no Congresso, foi o anúncio feito pelo então presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Correa, de que “foi a primeira vez que um presidente da República participou de um almoço da entidade [Frente Parlamentar da Agropecuária]”, em julho de 2017 (ABAG, 2017). Na ocasião Temer reafirmou seu total compromisso com o setor, não somente perdoando dívidas, como também restringindo mecanismos de controle fundiário e ambiental das Unidades de Conservação situadas na região da Amazônia (MP nº 758, transformada em lei em junho de 2017). Novo pagamento, desta vez, pelas negociatas em prol do arquivamento das denúncias e do pedido de *impeachment* contra o presidente golpista (DELGADO, M., 2017; LEITE et al., 2018).

A apropriação de recursos e terras sob a lógica predatória do agronegócio expandiu-se, a tal ponto, desde 2016, que o debate sobre a aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros - arrefecido

nas gestões Lula e Dilma – reacendeu-se pujantemente, com as grandes corporações internacionais absorvendo ou associando-se a empresas agropecuárias, num célere processo de desnacionalização do território brasileiro. O principal objetivo dessa mudança – lembrando que até o momento não se transformou em lei – é forçar a inserção no mercado fundiário dos 37 milhões de hectares existentes em mais de 9.000 projetos de assentamento de reforma agrária, conquistados pela luta dos trabalhadores rurais sem terra em todo o país. Com isso, convertia-se um imenso estoque de terras em “balcão de negócios” controlado pelo capital agrário. Tais dados foram calculados pelo Banco Mundial, com base naquilo que a agência nomeou como “territórios vazios” (NECCHI, 2016; CUNHA, 2016).

Todavia, a “bola da vez” em 2018 foi, num continuísmo/fisiologismo avassalador, a alteração radical na legislação dos agrotóxicos vigente desde 1989, compulsoriamente denominados/transformados em “produtos fitossanitários”. A nova proposta proveio do maior produtor individual de soja do mundo, o então Ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Todavia, a ampliação da lista de venenos permitidos seria tarefa do futuro presidente, Jair Bolsonaro. Com uma taxa de consumo beirando 7 litros *per capita*/ano - a maior do mundo - e uma lei que, até então, já liberava a utilização de agrotóxicos no cultivo com limites de 200 a 400 vezes maiores do que o permitido na Europa, a demanda dos “ruralistas” foi “aperfeiçoada” pelo substitutivo do relator Luiz Nishimori, grande produtor de agrotóxicos, ao retirar a concessão de registro desses produtos da alçada da ANVISA e do IBAMA, passando-a, como prerrogativa exclusiva, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As diretrizes da política fundiária da gestão Temer derivaram de demandas formuladas pelos APHs do agronegócio, com destaque para a Abag, cujo atual presidente, Marcelo Britto (CEO da Agropalma), afirmou ao *Correio Braziliense*, em junho de 2019, que

A gente precisa melhorar os entraves de proteção e também discutir, de forma mais moderna, a **questão do investimento estrangeiro no Brasil. Proibir estrangeiros de investir em terras no Brasil é um contrassenso monstruoso**. Cabe a nós [agronegócio] fazer a regulação adequada do nosso espaço territorial e não proibir que venha capital para investir no desenvolvimento do nosso país (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/01/28/internas_economia,733438/entrevista-com-presidente-da-abag-marcello-britto.html, acesso 22-06-2019. Grifos Meus)

Subsidiam e ilustram as demandas/pressões junto a Temer, as grandes alterações verificadas tanto no corpo de associados da Abag,

quanto em seus quadros dirigentes. Para tanto, elaborei o Quadro I a seguir.

QUADRO I – ABAG: ASSOCIADOS (2013 – 2018)	
2008	2018
Adeco Agropecuária Brasil S/A	Agrocere Nutrição Animal Ltda.
ADM do Brasil Ltda.	Agroconsult Consultoria e Projetos Ltda (#).
AGCO do Brasil	Agrometrika Informática e Gestão de Crédito Ltda.
Agência Estado	Agropalma S/A
Agrocere Nutrição Animal Ltda	Algar S.A. Empreendimentos e Participações (#)
Agropalma S/A	APROSOJA -BR
Algar S.A. Empreendimentos e Participações (#)	Assoc. Estabelec. Serv. Inspeção ESP (Assesisp)
Assoc. Brasil. Indústrias Alimentação (ABIA)	Assoc. Fabric. Alcool, Similares e Conexos (UDOP)
Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)	Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)
Assoc. Indústria Açúcar e Alcool (AIAA)	Assoc. Nac. Distrib. Insumos Agríc. e Veter. (Andav)
Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)	Assoc. Nacional Export. Sucos Cítricos (CitrusBr)
Assoc. Nacional Export. Sucos Cítricos (CitrusBR)	Assoc. Bras. Produtores Óleo Palma (Abrapalma)
Banco do Brasil S/A (*)	Associação Nacional Indústrias Process. Cacau (AIPC)
Banco Cooperativo Sicredi S/A (*)	B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão
Banco Itaú BBA S/A (*)	Banco Cooperativo Sicredi (*)
Banco Santander S/A (*)	Banco do Brasil S/A (*)
Basf S/A (*)	Banco Itaú BBA S/A (*)
Bayer S/A	Banco Sabotank Internacional Brasil S/A(*)
BM&F Bovespa S/A (*)	Banco Santander S/A (*)
Bunge Alimentos S. A	Basf S/A
Bunge Fertilizantes S. A.	Bayer S/A
Caramuru Alimentos S/A	Bartira Agropecuária S/A
Cargill Agrícola S/A	Brasilaagro Cia Brasil.de Propriedades Agrícolas (*)
Ceres Consultoria Ltda (*)	Caep Brasil Education & Travel Ltda
CNH Latin América Ltda	Cargill Agrícola S/A
Cocamar Cooperativa Agroindustrial	Ceres Consultoria S/C Ltda (*)
Cia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)	CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda
Companhia Vale do Rio Doce	Assoc. Nacion. Export. Sucos Cítricos (CitrusBr)
CGG Trading S/A (*)	CME Group
Coopavel Cooperativa Agroindustrial	CNH Latin América Ltda.
Cooper. Agroind. Prod. Rurais So Goiano (Comigo)	Cofco Brasil S/A
Cooperativa Agropecuária de Araxá (Capal)	Cia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)
Cooperat. Reg. Cafeic. Guaxupé Ltda. (Cooxupé)	Cooper. Agroind. Prod. Rurais So Goiano (Comigo)
Du Pont do Brasil S/A	Cooper. Central Crédito do ESP (Sicoob -SP)
EMBRAPA	Cooperat. Regional Cafeic. Guaxupé Ltda (Cooxupé)
Evonik Degussa Brasil Ltda	Deloitte Touche Tohmatsu Audit.Independentes (#)
Fecoagro/Fecotrigo	Demarest & Almeida Advogados (*)
FMC Química do Brasil Ltda	Du Pont do Brasil S/A
Fundação Estudos Agrários Luiz Queiroz (Fealq)	Elanco Saúde Anima Ltda.
Globo Comunicação e Participações S/A	Eleve Consulting (#)
Goodyear do Brasil	EMBRAPA
IP Desenvolv. Empres. e Institucional (#)	Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda (#)
John Deere Brasil S/A	Evonik Degussa Brasil Ltda.
Maeda S. A. Agroindustrial	FMC Agricultural Solutions (#)
Malteria do Vale S/A	Gaia Agro Securitizadora S/A (*)
Máquinas Agrícolas Jacto S/A	Globo Comunicação e Participações S/A
Marchesan Máquinas Agríc. Tatu S. A	Hub Consultores em Recursos Humanos Ltda (#)
Monsanto do Brasil Ltda.	IBA - Indústria Brasileira de Árvores
MRS Logística S. A (*)	Innovatech
Petrobrás	Instituto Nac. Proces. Embalagens Vazias (InpEV)
Pirelli Pneus Ltda	IP Desenvolv. Empresarial e Institucional (#)
PricewaterhouseCoopers Auditores Indep. (#)	John Deere Brasil S/A
Sadia S. A	Kepler Weber
Safras & Mercado (#)	LabWare Brasil Serviços de Informática Ltda
Sindic. Nac. Ind. Prod. Defesa Agrícola (SINDAG)	Mahindra Brasil (Tratores)
Sindic. Nac. Ind. de Prod. para Saúde Animal (Sindan)	Máquinas Agrícolas Jacto S/A

Syngenta	Michelin América do Sul
<i>TradeMag – Eventos Ltda</i>	Microbiol – Ind. Com. Ltda (Adubos, Fertilizantes)
União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica)	Monsanto do Brasil Ltda
<i>União dos Produtores de Bioenergia (UDOP)</i>	Morelate Empreendimentos e Participações Ltda (#)
Usina Alto Alegre S/A – Açúcar e Alcool	Mosaic Fertilizantes
	Mundie Advogados (*)
	O Telhar Agropecuária Ltda.
	Organiz. Cooperativas Brasileiras (OCB)
	Parallaxis Consultoria Ltda (#)
	PricewaterhouseCoopers Auditores Indep. (#)
	PFB Polifilm do Brasil Películas Autoadesivas Ltda
	Radar Propriedades Agrícolas S/A (*)
	Raízen (Energia)
	Santos Neto Advogados (*)
	Sindic. Nac. Indúst. Prod. Defesa Vegetal (Sindiveq)
	SLC Agrícola S/A (Grãos e Fibras)
	Sollus Gestora de Terras Ltda (*)
	Stocche, Forbes, Padis, Filizzola e Clápis Advocacia (*)
	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
	Tereos Açúcar e Energia Br S.A. – Usina Cruz Alta
	Trench Rossi Watanabe Advogados (*)
	União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica)
	Usina Alto Alegre S/A – Açúcar e Alcool
	Vaz Buranello Shingaki & Oioli Advogados (*)
	Yara Brasil Fertilizantes S/A
FONTES: Anais 7º CBA; Anais 17º CBA	

LEGENDA: NEGRITO – Associados que permaneceram em ambos os anos

ITALICO – Associados que desaparecem em 2018

SUBLINHADO - Novos associados em 2018

(*) Capital Financeiro – (#) Consultoria - (*) Escritórios de Advocacia

O Quadro I demonstra que o corpo associativo da Abag foi acrescido, em 2018, de 44 novos sócios, i. e., um aumento de 73,3% de novas empresas, descontadas aquelas que permaneceram nos dois anos do Quadro. Dessas, 07 são instituições financeiras (contra 05 em 2008); 11 firmas de Consultoria (contra 06 em 2008), 06 Escritórios de Advocacia e 03 empresas de comercialização de terras (Brasilagro, Radar e Sollus), as duas últimas categorias inexistentes em 2008. Vale ainda ressaltar que, do total dos 80 associados arrolados em 2018, apenas cerca de 36% permaneceram em ambos os anos, tendo desaparecido 31 sócios apenas constantes da listagem de 2008 (algo em torno de 39%).

Passemos ao Quadro II, que corrobora as tendências esboçadas do Quadro anterior.

QUADRO II – ABAG: DIRIGENTES			
Anos	Presidentes	Vice-Presidentes	Diretores
2012/2013	- Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Diretor Canaplan – Consult. Cadeia da Cana; Gpo Alto Alegre; ex- IAA; pres. da União dos Produtores Bioenergia)	- Francisco Matturro (Jumil)	-Alexandre Figliolino (ITAÚ BBA) -André Pessoa (Agroconsult) -César Borges Sousa (Abrange) -Christian Lohbauer (CITRUS-Br) -Eduardo Daher (Andef) -Glauber Silveira da Silva (Aprosoja-Br) -Ingo Plöger (IP Desenv. Empresarial Ltda) -Luiz Lourenço (Cocamar) -Marcello Brito (Agropalma) -Mário Fioretti (Agco) -Urbano Ribeiral (Agrocereis) -Weber Porto (Evonik Degussa)
2019-2020	- Marcello Brito (BM Consultoria Contábil e Tributária; CEO Agropalma)	- Francisco Matturro (Pres. Câmara Setorial Máquinas e Implementos Agrícolas - CSMIA; Pres. Abimaq)	-Luiz Cornacchioni (WCR operadores portuários) -Alexandre Bernardes (Dir. CNH Industrial Brasil Ltda) -André Perez (Yara Fertilizantes) -Augusto Moraes (Dir. Coterva Am. Latina) -Bartolomeu Braz Pereira (Pres. Aprosoja-Br) -Diogo Dragone (Dir. Cargill) -Eduardo Bastos (Dir. Ass. Nac. Indúst. Proces. Cacau) -Fabiana Alves (Rabobank) -Franklim Nishimura (Vice-Pres. Gpo Jacto) - Gerhard Bohne (Chief Operation Officer (COO) Bayer - Ingo Plöger (Pres. IP Desenv. Empresarial Ltda) - Ismael Perina (Vice Pres. Coop. Central Crédito de SP) Jacyr Costa – (Ass. Ind. Cogeração Energia -COGEN). - Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Canaplan; Gpo Alto Alegre) - Marcelo Ribeiral (Vice Agroceres) - Mário Von Zuben (Dir. Andef). - Pedro Fernandes (Itaú BBA) - Renato Buranello (Pres. B3) - Weber Porto (Evonik Degussa)

FONTES: ABAG, 2013; MENDONÇA, 2011; <http://www.abag.com.br/institucional/diretoria> (acesso mai. 2019)

O Quadro II reafirma o aprofundamento da participação do Capital Financeiro em geral junto à Diretoria da Abag, uma vez que no biênio 2012/13, havia somente 01 Diretor a ele ligado (Itaú BBA), enquanto no biênio 2019/20, este número elevou-se para 04 diretores (Rabobank, Cooperativa Central de Credito do Estado de São Paulo, Itaú BBA e B3)

Os chamados – assaz impropriamente – “ruralistas”, garantem o sucesso no atendimento de suas demandas mediante a atuação política de seus congressistas, articulados na **Frente Parlamentar da Agropecuária** (FPA) – vulgo Bancada Ruralista – criada em 2015 e funcionando de modo extremamente bem organizado, assessorada por técnicos especializados em agronegócio. Em 2018 a Deputada Tereza Cristina (DEM- MS) presidia a Frente, tendo sido por ela indicada para ocupar a titularidade do MAPA na gestão Bolsonaro.

A partir de 2019, quem preside a FPA é o agropecuarista gaúcho

e companheiro do então “capitão”/deputado nas votações da Câmara, Alceu Moreira (MDB), empossado em fevereiro de 2020, juntamente com toda sua nova Diretoria. Na cerimônia, repleta de autoridades, Bolsonaro ratificou ser a “agropecuária” a “locomotiva” da economia do país, afirmando que

A vida do ‘homem do campo (...) não é fácil; tem desafios, trabalho de sol a sol, de segunda a segunda. Contem com alguém que **está ao lado de vocês** para que possam ter a **devida segurança jurídica para poder plantar e produzir** (<https://www.sna.agr.br/deputado-alceu-moreira-toma-posses-como-presidente-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/> acesso em 20-06-2019. Grifos meus).

Para dar visibilidade à Diretoria da FPA elaborei o Quadro III, que se segue.

QUADRO III – DIRETORIA DA FPA (2018-19)		
	2018	2019
Presidente	- Tereza Cristina (DEM-MS)	- Alceu Moreira (PMDB-RS)
Vice-Presidentes	- Alceu Moreira (PMDB-RS) - Evandro Gussi (PV-SP) - Roberto Balestra (PP-GO) - César Halum (PRB-TO) - Raimundo Matos (PSDB-CE)	- Luís Carlos Heinze (PP-RS) - Sérgio Souza (PMDB-PR) - Evair Vieira de Melo (PP-ES)
Coord. Institucional	Deputado Giacobbo (PR-PR)	- Selma Arruda (PSL-MT)
Coord. Pol. Abastecimento	Evair Vieira de Melo (PP-ES)	- Joice Hasselmann (PSL-SP)
Coord. Direito à Propriedade	Valdir Colatto (PMDB-SC)	- Chico Rodrigues (DEM-RR)
Coord. Segurança no Campo	Ronaldo Caiado (DEM-GO)	- Capitão Augusto (PR-SP)
Coord. Infraestr. e logística	Jerônimo Goergen (PP-RS)	- Nelson Barbudo (PSL-MT)
Coord. Meio Ambiente	Valdir Colatto (PMDB-SC)	- Neri Geller (PP-MT)
Coord. Política Agrícola	Covatti Filho (PP-RS)	- Pedro Lupion (DEM-PR)
Coord. Rel. Internacionais	Luiz Nishimori (PR-PR)	Hildo Rocha (PMDB-MA)
FONTES: https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/10/major-bancada-ruralista-do-congresso-a-de-mg-tem-26-integrantes-tentando-reeleicao , acesso em 20-7-2019; https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd ; acesso 20-7-2019; FERREIRA, 2017.		

Na atual Legislatura são 104 os parlamentares ruralistas (76 deputados e 28 senadores), total inferior ao da Bancada precedente, que contava com 126 deles. Entretanto, houve um aumento no número de senadores, tendo sido eleitos nomes de prestígio no meio “rural”, como o agropecuarista Nelson Barbudo (PSL), o deputado federal mais votado de Mato Grosso (<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28538-bancada-ruralista-diminui-na-camara-e-aumenta-no-senado>, acesso em 20-07-2019).

A Frente Parlamentar da Agropecuária foi reforçada com 14 senadores estreantes, além dos “imorríveis” Ciro Nogueira (PP-PI), Renan Calheiros (MDB-AL) e Jader Barbalho (MDB-PA), reeleitos. Dos novatos merecem destaque Luiz Carlos Heinze (PP-RS) - vice-presidente e portavoza da FPA; Irajá Abreu (PSD-TO) - filho da senadora Kátia Abreu; além de Pedro Lupion – neto de um dos maiores grileiros do país, Moisés

Lupion (<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd>, acesso 15-7-2019).

Uma “curiosidade” que sobressai do Quadro III é a entrega da Coordenação de Segurança no Campo em 2018, a ninguém menos que o ex-presidente da UDR e ex-candidato à presidência da República, Ronaldo Caiado, defensor do armamento dos grandes proprietários para combater as assim chamadas ações violentas no campo! Já após a posse de Bolsonaro, o mesmo cargo passou às mãos – o que não é de todo estranho – a um militar, Capitão Augusto (PR-SP). A violência não deixou de ser a tônica na composição da FPA. Também cabe ressaltar a posse de um neto de grileiro como o novo Coordenador de Política Agrícola desde inícios de 2019: Pedro Lupion.

Em termos político-partidários, dois são os partidos que predominam na composição da FPA: o PP (com 07 integrantes) e o PMDB (06 participantes), secundados pelo PR (03 membros) e, a partir de 2019, o PSL (igualmente com 3 integrantes)

Mas não se pense que as pautas, estratégias e negociações da Frente Parlamentar são por ela mesma definidas. Quem o faz é o **Instituto Pensar Agropecuária (IPA)**, conhecido como “Instituto Pensar Agro”, fundado em 2011. Sediado na mesma mansão que abriga a FPA, às margens do lago Paranoá, o IPA se apresenta como “uma entidade sem fins lucrativos” criada a partir de um acordo de “cooperação técnica” firmado entre as principais agremiações patronais do agronegócio, visando assessorar a Frente. Contando com cerca de dez funcionários, em sua maioria técnicos, o IPA produz toda a pesquisa e material de apoio necessários à formulação dos projetos de lei e à definição das pautas a serem protagonizados pelos parlamentares a ela pertencentes.

A relação entre os técnicos do IPA e os parlamentares da FPA é cultivada em almoços semanais realizados às terças-feiras, onde são orquestradas e definidas as agendas a serem levadas ao Congresso Nacional. A imprensa é convidada a participar desses eventos, desde que restrita ao saguão da casa, à espera dos deputados e senadores reunidos, totalizando, em média, 50 a cada encontro. Até fins de 2018 o principal intelectual orgânico do IPA foi João Henrique Hummel Vieira, que chegou a votar, na Câmara dos Deputados - sob o olhar complacente da então titular da FPA e agora ministra Tereza Cristina - a favor da revisão da Legislação de Agrotóxicos em 2018, mesmo sem ser parlamentar. (<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria>, acesso em 23-07-2019).

Desde inícios de 2019, a presidência do Instituto saiu das mãos de um técnico, tendo sido eleito Alexandre Schenkel, presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão, legitimado por

sua pertinência a uma entidade patronal (<https://olive.com.br/presidente-da-ampa-assume-presidencia-do-instituto-pensar-agr>, acesso 20-06-2019).

Na prática, o IPA e a FPA se confundem, tendo o mesmo e-mail para contato e o mesmo endereço, sendo a casa que compartilham permanentemente repleta, por lá passando, com frequência, desde Temer e o então candidato Bolsonaro, até ministros, políticos e empresários nacionais e estrangeiros, devidamente representados ou acompanhados por lobistas do agronegócio.

Todavia, o ponto mais importante a destacar é o principal objetivo da fundação do IPA: driblar o maior obstáculo das Frentes Parlamentares, legalmente impedidas de contar com orçamento próprio. Mediante tal expediente, as verbas do IPA são integralmente repassadas à FPA. Menos conhecida, entretanto, é a **origem** desses recursos: eles provêm da mensalidade paga por cada uma das 43 maiores agremiações do agronegócio, definidas como “mantenedoras” do Instituto, no valor mínimo de R\$ 20 mil para cada uma, disponibilizando, para a Frente um total mensal, por baixo, de R\$ 860 mil em caixa.

Mas cabe, ainda, outra pergunta: quem financia as agremiações? Observe-se o Quadro IV.

QUADRO IV - IPA: ENTIDADES MANTENEDORAS (2018-2019)	
AGREMIÇÃO	FINANCIADORAS
1) Associação Bras. de Proteína Animal	- Seara, BRF, Monsanto (&), Aurora, Ceratti, 3-M
2) Única	- Bunge, São Martinho, Raizen, Tereos, Biosev
3) Abifumo	- Phillip Morris, Souza Cruz
4) Assoc. Bras. Produtores Sementes de Soja (Abrass)	- Amaggi
5) Sindicato Nac. Indústria Alimentação Animal	- Yara, Bayer (*), BRF, Mosaic, Monsanto (&), Basf (#), IBS, Dupont, Nestlé, Purina, Novus
6) Sindicato Nac. Indústria Produtos Defesa Vegetal (Sindiveg)	- Eurofarma, Cargill, Bayer (*)
7) Sindicato Nac. Indústria Produtos Defesa Animal (Sindan)	- Basf (#), Dow Agrosciense, Dupont, Ihara, Syngenta, Bayer (*)
8) Indústria Brasileira de Árvores (IBA)	- Suzano, Gerdau, Eldorado, Klabin, Duratex
9) Assoc. Nac. de Defesa Vegetal (Andef)	- Basf (#), Bayer (*), Monsanto (&), Ihara, Syngenta
10) VIVA Lácteos	- Frimesa, Castrolanda, Nestlé, Aurora, Danone
11) Abag	- Basf (#), Bayer (*), Algar, B3, Banco do Brasil, Itaú BBA, Sicredi, Rabobank, Santander)
12) Assoc. Bras. Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)	Bunge, Cargill, Amaggi, JBS
FONTE: https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria ; acesso 15-06-2019	
LEGENDA: [*] BAYER; [#] BASF; [&] MONSANTO; [+] CARGILL	

A Bayer, líder mundial na produção de sementes e pesticidas, encabeça o financiamento do Instituto Pensar Agro, apoiando cinco de suas entidades mantenedoras, dentre elas o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Defesa Animal (Sindan) e a Abag. Já a produtora de químicos Basf dá suporte a quatro agremiações, como por exemplo o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindan) e também a Abag. A Monsanto, pertencente à Bayer desde 2018, contribui com

três mantenedoras do IPA, dentre elas a Associação Brasileira de Proteína Animal e a Andef, ao passo que a Cargill, processadora e exportadora de grãos, além de sócia da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), financia o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Defesa Vegetal (Sindiveg).

Mas nem só do IPA vive a Frente Parlamentar da Agropecuária, já que o grupo André Maggi banca a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass), uma das entidades mais influentes da FPA, ao lado da Aprosoja. Além dessas, encontram-se importantes representantes do **capital financeiro, todos agremiados à Abag**, como Banco do Brasil, Santander, Itaú BBA, o Sicredi, o banco holandês Rabobank e a grande novidade verificada em 2019: a **B3** (Brasil, Bolsa, Balcão) antiga Bovespa e transformada na Bolsa de Valores Oficial do Brasil.

Uma vez dada a partida para a campanha presidencial em 2018, alguns candidatos participaram de sabatina realizada na sede da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), pautada pelo documento intitulado “O Futuro é Agro”, elaborado por dirigentes de 15 APHs do agronegócio, dentre eles a própria Confederação, a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), a paulista SRB (Sociedade Rural Brasileira) e a Abag. Nas palavras do então presidente da CNA, João Martins, “com todas essas entidades representativas fica muito mais fácil para cobrarmos o próximo presidente destas propostas”. Já para o Diretor Executivo da Abag, Luiz Cornachioni, o encontro com os presidenciáveis foi uma demonstração do protagonismo do agronegócio (<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,por-apoio-nas-eleicoes-2018-agronegocio-cobra-compromisso-de-candidatos-a-presidencia,70002477768>. Acesso, 15-08-2019).

No entanto, não se deve supor que relações entre o IPA e a FPA sejam isentas de tensões. Observe-se as demandas oriundas de ambas as instituições, dispostas no Quadro V

QUADRO V - DEMANDAS AOS PRESIDENCIÁVEIS (2018)	
ENTIDADES PATRONAIS	FRENTE PARLAMENTAR
- Reforma Tributária e Reforma da Previdência	- Regulamentação da Lei de Regularização Fundiária
- Emissão de Títulos do Agronegócio em Moeda Estrangeira	- Ampliação de Recursos para a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).
- Criação do Seguro Rural	- Revisão dos Condicionantes para Demarcação de Terras Indígenas
- Facilitação do Comércio com a China	- Revisão da Legislação de Agrotóxicos
- Evitar Tabelamento do Frete Rodoviário	- Revogação da Tabela de Fretes Rodoviários
- Segurança Jurídica no Campo (coibir invasões a propriedades privadas)	- Revogar Decretos de Demarcação de Terras Indígenas, Quilombolas e de Reforma Agrária
Políticas Públicas Pró Biocombustíveis	- Linha de Crédito Específica para Cerealistas
FONTE: https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,por-apoio-nas-eleicoes-2018-agronegocio-cobra-compromisso-de-candidatos-a-presidencia ; acesso 20-08-2019	

Como se percebe, os pleitos encaminhados pelas agremiações patronais contam com um espectro bem mais ameno do que a truculência daqueles apresentados no Congresso pela Frente Ampla. Enquanto os

APHs formulam diretrizes mais amplas, como a facilitação do comércio com a China ou a emissão de Títulos do Agronegócio em moeda estrangeira, a FPA é radical ao exigir o fim das terras indígenas, quilombolas e de Reforma Agrária. Todavia, se os mantenedores do IPA são os mesmos que financiam a Frente, é de se supor que esta última possa ser a face mais “branda” do “trabalho sujo” que as entidades patronais igualmente almejam.

Ainda no tocante à campanha presidencial, cabe mencionar que, apesar de não guardar ligação direta com o agronegócio, foi Bolsonaro quem abocanhou parte considerável dos votos do “campo”, contando com a “simpatia” do setor por suas promessas ultraconservadoras (www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/setor-agropecuario-mostraforca, 10/08/2018), especialmente aquela referente à flexibilização das regras para o porte de armas, que mereceu forte apoio de produtores rurais de distintos portes.

Na opinião de Frederico d’Ávila – diretor da SRB e coordenador da campanha de Bolsonaro no tocante ao agronegócio – “o candidato do PSL é o único a ser ‘assertivo’ e ‘direto nos temas caros ao setor’”. Já para o Diretor Executivo da Abag, o já mencionado Luiz Cornacchioni, a identificação dos “agricultores” com Bolsonaro deveu-se, em boa medida, “(...) à sua promessa de segurança jurídica, à tranquilidade de saber que amanhã não vão invadir a sua propriedade; à posição contrária aos entraves burocráticos, **principalmente ligados à questão ambiental**” (www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/setor-agropecuario-mostraforca, acesso em 10/10/2018, grifos meus). Outro ponto que alimentou o favoritismo pelo candidato referia-se aos “costumes” pois, para o dirigente da SRB “o agricultor é muito família” e “existe essa questão de tradição que está muito arraigada” (Idem)

Gostaria de concluir esse texto com o trecho de uma entrevista concedida pelo atual presidente da Abag, Marcello Brito, ao *Correio Braziliense* em janeiro de 2019:

Até hoje nós pagamos o custo de ficarmos tantos anos protegidos. Então, num primeiro momento, mesmo que se tenha uma concorrência bastante acirrada, **a abertura ao capital externo e à concorrência internacional estabelece a competência**. Está na hora do Brasil estabelecer essa competência. **Se nós quisermos aumentar as nossas exportações, obrigatoriamente, nós temos que aumentar as importações**. Esse é o jogo bruto do mercado internacional. Um exemplo é o café. Enquanto somos os maiores produtores de café do mundo, é a Alemanha que ocupa a primeira posição no *ranking* dos exportadores de café, sem plantar um único pé. Os alemães importam café do mundo inteiro, fazem os *blends* adequados e reexportam. **Já o Brasil não pode fazer isso porque, pela lei, somos proibidos de importar café**. (www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2019/01/28/internas_economia, entrevista-com-presidente-da-abag-marcello-brito.shtml; acesso 10-07-2019, Grifos Meus)

Logo, se, num dia não tão longínquo e em plena ditadura militar, o lema veiculado por todo o Brasil era “exportar é o que importa”, em tempos bolsonaristas tem-se que “importar é o que importa”. E às favas com o parque industrial do país!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Vitor. *A Economia Política do Agronegócio no Brasil: o legado desenvolvimentista no contexto da democratização com liberalização*. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IESP/UERJ, Rio de Janeiro, 2012.
- CASTRO, Luís Felipe P; SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no Estado mínimo. *Revista OKARA*. João Pessoa, v.12, n.2, p. 247-274, 2018.
- CASTRO, Luís F. P; SAUER, Sérgio. Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil In: MALUF, Renato S. e FLEXOR, Georges (orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro, E-papers, 2017, p. 39-51.
- CUNHA, Joaci. Latifúndio, reforma agrária e políticas para o campo brasileiro na crise sistêmica (1994-2015). *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 239, mai./ago. 2016. Em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas>. Acesso em: jul. 2017.
- _____. TEMER: Relações do Agronegócio Com o Capital Especulativo Financeiro e Impactos sobre os Camponeses e a Legislação Agrária *Cadernos CEAS*, Salvador/Recife, n. 241, p. 301-326, mai./ago., 2017 (<https://cadernosdoceas.ucsal.br>. Acesso em 18 -06-2019)
- DELGADO, Guilherme. A questão agrária hoje. In: MATTEI, Lauro (org.). *Reforma agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas*. Florianópolis, Ed. Insular, 2017, p. 93-108.
- NECCHI, Vitor. Articulação entre o capital financeiro especulativo e o latifúndio desrespeita políticas públicas direcionadas aos trabalhadores do campo. *Humanitas UNIS/NOS*, São Leopoldo, 14 set. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/560039-joaci-em-edicao>. Acesso em 20 ago. 2019.
- LEITE, Acácio Z; CASTRO, Luís Felipe; SAUER, Sérgio. A Questão Agrária no Momento Político Brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. *Revista OKARA*, João Pessoa, v.12, n.2, p. 247-274, 2018.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SAUER, Sérgio. Medida provisória ou de exceção? Decreto regulamentando a grilagem de terras. *Boletim DATALUTA*, nº 124, abril de 2018, p. 2-9.
- SAUER, Sérgio; BORRAS Jr., Saturnino. ‘Land grabbing’ e ‘green grabbing’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*. Edição especial, junho, 2016 (https://www.researchgate.net/publication/308265152_%27LAND_GRABBING%27_E_%27GREEN_GRABBING%27_ Uma_leitura_da_%27corrida_na_producao_academica%27_sobre_a_apropriacao_global_de_terras). Acesso 20-07-2019.
- TEIXEIRA, Gerson. As barreiras institucionais para a reforma agrária no Brasil. In: MATTEI, Lauro (org.). *Reforma agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas*. Florianópolis, Ed. Insular, p. 161-186, 2017

LINKS ACESSADOS

<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/10/observatorio> (Acesso 15-06-2019)

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria> (Acesso 15-06-2019)

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd> (Acesso 15-7-2019)

<https://olivire.com.br/presidente-da-ampa-assume-presidencia-do-instituto-pensar-agr> (Acesso 20-06-2019).

<https://www.sna.agr.br/deputado-alceu-moreira-toma-posse-como-presidente-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria> (Acesso 20-06-2019).

www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/setor-agropecuario-mostra-forca (Acesso 10/08/2018)

<https://www.sna.agr.br/deputado-alceu-moreira-toma-posse-como-presidente-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria> (Acesso em 20-06-2019)

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/01/28/internas_economia,733438/entrevista-com-presidente-da-abag-marcello-brito.html (Acesso 22-06-2019)

<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28538-bancada-ruralista-diminui-na-camara-e-aumenta-no-senado> (Acesso 15-7-2019)

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd> (Acesso 15-7-2019)

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria> (Acesso 13-08-2019).

(<https://olivire.com.br/presidente-da-ampa-assume-presidencia-do-instituto-pensar-agr> (Acesso 20-06-2019).

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria> (Acesso 15-06-2019)

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,por-apoio-nas-eleicoes-2018-agronegocio-cobra-compromisso-de-candidatos-a-presidencia,70002477768> (Acesso 13-9-2019)

www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/setor-agropecuario-mostra-forca (Acesso 10/08/2018)

www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/01/28/internas_economia,entrevista-com-presidente-da-abag-marcello-brito.shtml (Acesso 10-07-2019)

ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NA ECONOMIA POLÍTICA DA FRENTE PATRIÓTICA RUANDESA (FPR) NO PÓS-GENOCÍDIO DE 1994: AS HOME GROW SOLUTIONS E A RELEITURA DO PASSADO

Danilo Ferreira da Fonseca¹

Considerações Iniciais

Após o genocídio ocorrido no ano de 1994, Ruanda percorreu por um longo período de dominação por parte da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), oposição armada ao governo do então presidente General Juvenal Habyarimana, a qual ficou como responsável para combater as organizações e ações genocidas que foram realizadas por grupos compostos pelos setores mais extremistas do governo no decorrer dos meses de abril, maio e junho de 1994. A recuperação e reconstrução física e moral de Ruanda ficou a cargo do então líder da Frente Patriótica Ruandesa, General Paul Kagame, que conduziu o processo de transição do país a partir de 1994 e foi eleito presidente pela primeira vez em 2003, cargo que ocupa até o presente momento com mandato estabelecido até o ano de 2024. A proposta para a reconstrução de Ruanda feita pelo General Paul Kagame e a FPR envolve diretamente as medidas intituladas de Home Grow Solutions (HGS) ou Home Grow Initiatives (HGI), que se caracterizam como releituras de práticas locais tradicionais ruandesas que são utilizadas para construir novas relações de identidade, trabalho e propriedade frente a um mercado globalizado, se caracterizando como modelos de desenvolvimento endógenos, mas ao mesmo tempo com íntimas relações com o neoliberalismo. O foco será mantido nas medidas que estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento (ou não) da economia política, da estruturação do Estado ruandês e também de questões agrárias. O principal referencial teórico que da base para a presente pesquisa são os esforços de intelectuais africanos como Sam Moyo entre outros. É importante destacar que tal pesquisa está atrelada ao processo de pós-doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política

¹ Possui Pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial (PPG-EPM) da Universidade Federal do ABC (UFABC). Possui doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), lotado no Departamento de História, Campus Irati/PR. Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em História (PPGH). E-mail para contato: daniloffonseca@gmail.com.

Mundial (PPG-EPM) da Universidade Federal do ABC (UFABC) com supervisão do professor Dr. Paris Yeros e pretende-se apresentar as propostas da pesquisa, de modo a enriquecer o seu processo.

Em 1994, Ruanda passou por um dos mais intensos genocídios do século XX, estima-se que algo em torno de 500 mil a um milhão de ruandeses foram assassinados por seus compatriotas em curto espaço de tempo. Logo após a queda do avião presidencial do General Juvenal Habyarimana no dia 6 de abril de 1994, extremistas hutus atrelados aos grupos políticos hegemônicos lançaram uma ofensiva contra setores da minoria étnica dos tutsis e também contra os hutus entendidos como moderados (grupo composto por opositores ao regime vigente), conduzindo uma parcela da população a participar de tal extermínio a partir de uma peculiar organização e propaganda.

Com pouco mais de cem dias de conflitos e massacres, os genocidas hutus extremistas foram derrotados pela oposição armada da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) liderada pelo General Paul Kagame, que tomou boa parte do país, principalmente sua região norte, e a capital Kigali a partir de julho de 1994, dando fim ao processo de genocídio, o que deixou Ruanda destruída pela conflito.

A vitória da FPR trouxe legitimidade ao grupo diante de diferentes agentes, com um amplo apoio interno diante de ruandeses contrários e resistentes ao genocídio e aos políticos e militares que o promoveram, assim como também a comunidade internacional, como potências ocidentais e mecanismos internacionais, que enxergaram na figura do líder da FPR, Paul Kagame, a possibilidade de realizar a condução do país em uma transição política e na sua reestruturação.

Após mais de duas décadas passadas do genocídio, o General Kagame continua como a principal figura política do país, exercendo atualmente a função de presidente. No decorrer deste período, Kagame foi um dos principais políticos à frente de Ruanda entre 1994 e 2003, ajudando a conduzir a transição política, já assumindo a presidência em 2000 com a renúncia do então presidente Pasteur Bizimungu² e foi sucessivamente eleito para mandatos de sete anos desde 2003, em que venceu as eleições de 2003 com a expressiva marca de 95%, em 2010 venceu as eleições com 93,08% dos votos e em 2017 com a expressiva marca de 98,8% dos votos, com mandato garantido até 2024. É importante destacar que tais eleições não foram qualificadas como livres por diferentes órgãos internacionais, como é o caso da Anistia Internacional que questiona a liberdade política para a oposição existente em Ruanda (AMNESTY INTERNATIONAL, 2017).

Hoje, o presidente Paul Kagame já acumula mais de vinte quatro anos seguidos no comando do país, sendo vinte como presidente, com a

² Na ocasião, Paul Kagame era Vice-presidente de Bizimungu e colaborou com as condições que corroboraram com a renúncia do então presidente.

possibilidade de chegar à trinta anos se completar seu terceiro mandato, ultrapassando inclusive o ex-presidente General Juvenal Habyarimana que esteve à frente da Segunda República Ruandesa por mais de vinte anos entre os anos de 1973 e 1994.

Mesmo com essa longevidade no poder, o presidente Kagame continua a ser uma figura bem quista por parte da comunidade internacional, mesmo sofrendo pressões pontuais diante de sua dura condução política diante da oposição, gestando questionamentos frente a política interna de Ruanda.

Por outro lado, o que não sofre questionamento é a política econômica da Frente Patriótica Ruandesa, que possui um forte reconhecimento e apoio no ocidente, o que gesta prêmios e referências ao presidente Paul Kagame como uma importante personalidade no cenário local, além de ser apontado como um dos melhores políticos africanos e uma referência a ser seguida por outros países do continente, o que subsume e minimiza os enfrentamentos internos e repressões que ocorrem no seu governo. Paul Kagame foi, inclusive, indicado como o homem do ano de 2018 pela revista Forbes África na sua edição de dezembro de 2018, sendo posto como um político visionário.

A política interna de Ruanda faz com que o país seja bastante restrito e fechado, principalmente no que tange as possibilidades de articulação da oposição ao governo da FPR e também a liberdade de imprensa, em que opositores são constantemente perseguidos e até exilados, o que é acentuado em períodos eleitorais, deixando poucos políticos se candidatarem e se promoverem diante da população.

Segundo o grupo da Anistia Internacional, em matéria vinculada em sua página na internet:

Over the past two decades, smear campaigns, intimidation, disappearances and targeted killings have characterized Rwanda's political space.

The Rwanda Patriotic Front (RPF) has consolidated its control over Rwanda's political system, leaving little room for political opposition dissenting voices – whether in politics, the media or civil society – have been systematically silenced.

From then on, using the argument of national unity and the fight against “divisionism” and “genocide ideology”, the Rwandan government has continuously restricted civic space. (AMNESTY INTERNATIONAL, 2017)

O sustentáculo político da FPR, que lhe dá margem de manobra política e legitimidade frente a parte da população, está muito pautado em um discurso de união nacional dos ruandeses, suprimindo as identidades étnicas ruandesas de tutsis, hutus e tuás, em que todos que nascem em Ruanda são apenas ruandeses. Políticos opositores que seguem apontamentos contrários deste proposto pelo governo da FPR,

por mais que tivessem uma postura crítica, são proibidos de exercer a política livremente no país, pois são acusados de estarem promovendo a rivalidade entre os ruandeses, trazendo o perigo do genocídio de volta ou novos episódios de violência, o que é destacado por Dominique E. Uwizeyimana (2014) ao analisar a *Law of Genocide Ideology* com suas limitações e consequências políticas (UWIZEYIMANA, 2014).

Tal visão promovida pelo presidente Paul Kagame possui muita fragilidade, pois busca apagar práticas e sujeitos históricos que possuem uma ampla pluralidade, pois tutsis e hutus vão muito além de uma suposta rivalidade étnica, em que o próprio genocídio de 1994 não pode ser entendido de maneira restrita às tensões entre grupos étnicos.

A repressão e autoritarismo do governo é expresso também nos ataques e opressão a políticos opositores e ex-aliados, com exílios forçados, desaparecimentos e até atentados como foi o caso do atentado que vitimou Patrick Karegeya na África do Sul em 2014, ou ainda os três atentados sofridos por Kayumba Nyamwasa também na África do Sul (TWAGIRAMUNGU, 2015, p. 10).

Outro processo repressivo da Frente Patriótica Ruandesa foi o fechamento de mais de 700 igrejas evangélicas sob a alegação que faltaria condições de higiene nos locais, mas para Phil Clark, em entrevista ao Deutsche Welle África, “o encerramento dessas igrejas é um ato muito mais político do que o governo diz. Ele está sinalizando às igrejas, e outras organizações sociais de Ruanda, que elas estão sendo vigiadas. Eu interpreto como um claro aviso.” (DEUTSCHE WELLE AFRICA, 2018).

Também nos chama a atenção a intervenção militar do governo do presidente Paul Kagame em países vizinhos, como na fronteira oeste com a República Democrática do Congo. Tal intervenção corroborou diretamente com a primeira e a segunda Guerra do Congo, entre os anos de 1996 - 1997 e 1998 - 2003, respectivamente, e que resultou em quase 4 milhões de mortos. O exército ruandês atuou diretamente no território do Congo, de modo a desestabilizar o Estado vizinho, servindo a interesses e potências ocidentais (como os Estados Unidos da América), além de interesses geopolíticos ligados tanto a Ruanda como às mesmas potências ocidentais.

As visões antagonistas diante da política ruandesa do pós-genocídio de 1994 e a controversa figura de Paul Kagame também ficam evidentes no debate acadêmico especializado em que intelectuais de diferentes áreas escrevem análises positivas ou críticas. Para intelectuais como Blair e Buffet (2013), Clark (2010), Gourevitch (2009) e Kinzer (2008), a Frente Patriótica Ruandesa conseguiu promover a reconciliação de Ruanda, tornando-a estável, que está atrelado a um modelo de desenvolvimento que promove um constante crescimento econômico para o país.

Por outro lado, intelectuais como Ansoms (2011), Kayumba (2010), Straus e Waldorf (2011), Reyntjens (2004), acreditam que os supostos

avanços obtidos pelo governo de Paul Kagame seriam fruto de ações autoritárias, de uma política repressiva e da ausência de liberdade.

Tais posicionamentos não afetam diretamente as boas relações que foram constituídas entre o governo ruandês e alguns países ocidentais, principalmente devido à política econômica assumida pelo presidente Paul Kagame e à sua agenda que mantém relações e fluxos financeiros com diferentes países, que aumentaram o seu interesse por Ruanda após o genocídio de 1994, auxiliando na possibilidade de reconstrução do país, o que possui, por outro lado, interesses obscuros, como na importação de minérios valiosos, conforme veremos mais adiante

Além disso, a opção pelo modelo de desenvolvimento feita por Ruanda está atrelada à uma postura que leva a uma reprodução de dependência aos países centrais, o que lhe gesta mais aliados e menos questionamentos quanto a sua política interna, na medida em que a reprodução da dependência é um elemento importante para compreendermos as relações entre estados periféricos e centrais (MOYO & YEROS, 2011, p 12).

É possível refletir acerca da economia política ruandesa no governo da Frente Patriótica Ruandesa do presidente Paul Kagame a partir da obra "*Rwanda, inc*", de Patricia Crisafulli e Andrea Redmond (2012). É bastante sintomático nessa obra, que foi financiada pela multinacional VISA Inc – com direito à um prefácio elogioso por parte do diretor comercial da companhia – o seu caráter quase que panfletário que constantemente busca enaltecer a política ruandesa e os seus supostos avanços econômicos.

No decorrer da obra, Paul Kagame é posto como um elemento central para o desenvolvimento de Ruanda, tendo em vista que, para as autoras, o presidente ruandês fugiria de uma administração próxima de um "modo africano tradicional", de modo que a política da FPR é classificada como "mais moderna", sendo comparada inclusive com uma administração privada e empresarial, em que Kagame é visto quase como um executivo.

Diante de tal percepção, o presidente Paul Kagame e sua forma de liderança são postos com:

A study of his leadership in Rwanda reveals strong parallels to a corporate leader; his comprehensive vision, exacting attention to details, and drive for execution. Indeed, the way he leads Rwanda – as a pro-private sector, free market economy with governance structures that enhance transparency and uphold zero tolerance for corruption. (CRISAFULLI, P. & REDMOND, A. 2012, p.16)

O modo em que a postura do presidente ruandês é classificada nos faz entender que a sua figura se aproxima em muito das políticas do neoliberalismo, em que encontramos uma crença no livre mercado e

também no papel central da iniciativa privada na economia. Tal postura se reflete no modelo de reconstrução da infraestrutura do país, em que a construção de estradas e do setor de comunicações são constantemente entregues à empresas do setor privado após concluídas.

No caso específico do setor de comunicações, o governo ruandês investiu quase cem milhões de dólares na construção de mais de dois mil quilômetros de fiação destinada à comunicação via celular e internet, as quais são gestadas pela iniciativa privada, com tal investimento a quantidade de ruandeses que passaram a ter acesso à aparelhos celulares saltou de 6% da população em 2006 para algo em torno de 45% em 2011 (CRISAFULLI, P. & REDMOND, A. 2012, p.20).

Tais pontos poderiam nos levar a entender que o governo do Presidente Paul Kagame possuiria uma composição pró-ocidente, que se afastaria, conforme ressaltado anteriormente, dos modelos políticos que flertam com o “tradicional africano” e se aproximando de uma modernidade de caráter ocidental, principalmente no que tange a valorização da economia de mercado e uma postura de valorização de gestão e empresarial na governança do presidente Kagame.

Essa postura também se reflete na valorização que a política de governo da FPR gesta frente aos principais centros urbanos ruandeses, em uma postura contrária ao ex-presidente Juvenal Habyarimana que valorizava muito mais o meio rural. Os investimentos ocorridos na capital Kigali, na busca de torná-la uma cidade atrativa para o mercado internacional é destacado pelas autoras da obra *Rwanda, Inc*, que elogiam principalmente a segurança e a limpeza da cidade:

For many first-time Western visitors, what is often most striking about Rwanda is how clean it is: there is almost no litter anywhere. The second is how safe it is. An American woman who now lives in Kigali shared with us that, unlike other places in Africa, she does not think twice about walking alone at night carrying her laptop and cell phone; neither person nor property is at risk. The main reason is the highly visible presence of police and military. Soldiers in trucks in route to their stations or toting AK-47s on a street corner near a hotel frequented by foreigners are constant reminders of the importance of security and stability in a country that has known unspeakable brutality and still faces outside threats from former *genocidaires*, who were behind the 1994 genocide, and their supporters, some of whom have taken refuge across the border in eastern Congo. (CRISAFULLI, P. & REDMOND, A. 2012, p.21).

No trecho supracitado é interessante notar primeiro a concepção de África externada pelas autoras, em que colocam o continente como um local essencialmente sujo e perigoso, no qual a capital de Kigali estaria diametralmente oposta, na medida em que não se veria lixo em algumas regiões da cidade e também pela segurança que seria proporcionada aos estrangeiros devido a presença de militares fortemente armados nas

ruas e nas portas dos hotéis da capital ruandesa. No entanto, existe uma inversão de valores, em que a população local é reprimida e carente de segurança em um processo de militarização da segurança pública que gesta mais conforto e sensação de bem-estar para estrangeiros que estão em Ruanda do que para a própria população.

O entusiasmo pelo setor privado em Ruanda também está atrelado ao nascente setor industrial do país, principalmente aquele que está ligado à produção de café e a sua inserção em redes globais de valor. Entusiastas do livre mercado costumam apontar equivocadamente que o suposto sucesso de transição em Ruanda estaria correlacionado justamente ao desenvolvimento do setor privado, como é o caso da pesquisa de Karol Boudreaux (2007), que afirma que “in Rwanda, the coffee industry provides an arena for private sector, post conflict reconciliation. Trade increases co operation and improves relations among former enemies” (BOUDREAUX, 2007).

É importante destacar que o desenvolvimento da indústria cafeeira ruandesa está também intimamente ligado à entrada e “ajuda” financeira de Organizações não Governamentais no país (BOUDREAUX, 2007), mas que, conforme nos aponta Badi, o processo de uma entrada massiva de Ongs no continente africano teria a função de “crear las bases del neoliberalismo y de la futura incorporación subordinada del continente en la mundialización” (BADI, 2008, p. 79), o que está diretamente atrelado às políticas econômicas da Frente Patriótica Ruandesa.

Além da exportação de café, Ruanda também se tornou uma rota mais estável para a exportação de minérios valiosos como ouro, tântalo e tungstênio³, sendo que no ano de 2017, Ruanda se tornou o maior produtor de tântalo do mundo. No entanto, existem muitas controvérsias nessa mineração, na medida em que parte deste produto é adquirido de maneira ilegal na região fronteiriça com o Congo, o que é possibilitado por conflitos no país vizinho e gestando os chamados minerais de conflitos (KINNIBURGH, 2014).

A exportação de minérios valiosos virou um elemento chave para o constante crescimento econômico ruandês, tirando o local que fora historicamente ocupado pela dependência da exportação do café, o que teve início com a colonização dos belgas na região, e posteriormente, já na Segunda República Ruandesa, a produção cafeeira chegou a ser responsável por 90% do PIB ruandês. Com a pilhagem e concentração na exportação dos minérios valiosos, Ruanda passou a ter 40% do seu PIB composto pela produção de café e 40% pela exportação de minerais.

Não podemos deixar de mencionar também as reformas trabalhistas realizadas pelo governo ruandês nos anos 2000 (BOUDREAUX, 2007), em que ocorre a flexibilização das leis e relações que regulam o mundo

³ O tântalo e o tungstênio são minerais importantes para a produção de tecnologia de ponta que envolve a aviões, foguetes, smartphones entre outros.

do trabalho, de modo a deixar os trabalhadores mais vulneráveis frente aos seus empregadores.

A legislação trabalhista passou por profundas reformas em dois momentos, primeiro em 2009 com a Lei 13/2009, e depois com a Lei 66/2018 *Regulationg Labour in Rwanda* (WAWERU, 2019, p. 8). Essas reformas trabalhistas promovidas pela Frente Patriótica ruandesa possuem alguns avanços notáveis no que tange a discriminação de origem e por gênero,⁴ mas por outro lado tem uma inspiração neoliberal bastante evidente, em que é possibilitado uma ampla flexibilização do trabalho a partir de um discurso que tem em sua base a crença na suposta livre negociação entre patrões e empregados, em que os ruandeses são entendidos como indivíduos que devem levar suas negociações trabalhistas individualmente, o que enfraquece diversas categorias de trabalhadores, além de fragilizar entidades trabalhistas, fazendo com que os trabalhadores ruandeses fiquem sujeitos a uma série de imposições de seus empregadores.

As flexibilizações trabalhistas e dos contratos de trabalho em Ruanda é tamanha que os trabalhadores podem ficar sujeitos a contratos meramente verbais durante o prazo de 90 dias, sem seguranças legais. Mas mesmo nos casos em que os contratos de trabalho são assinados entre os trabalhadores e seus patrões, a instabilidade segue grande para os ruandeses que necessitam vender a sua força de trabalho, pois os empregadores tem o direito de alterar contratos e até suspender pagamentos em uma multiplicidade de casos, seja por dificuldades financeiras, por mobilizações grevistas, entre outros motivos que na legislação vigente dão margem para diferentes interpretações (WAWERU, 2019, p. 9).

Esse papel do Estado de afrouxar regras trabalhistas, está também diretamente ligado à commoditização da terra em Ruanda, principalmente no que tange a produção do café e também na área da mineração. Segundo Sam Moyo e Paris Yeros (2005, p. 13) os Estados em países periféricos atrelados à economia global neoliberal buscam essa postura de flexibilização das leis trabalhistas ao mesmo tempo que commoditizam os seus produtos agrários e o acesso à terra.

No que tange o acesso à terra, precisamos ter em mente que o acesso aos lotes rurais ou a terras com o acesso garantido pelo direito consuetudinário teve a sua organização agrária e administrativa bastante desarticulada pelo genocídio de 1994 e pelos conflitos anteriores à guerra civil. Tais conflitos levaram a morte de centenas de milhares de ruandeses e a outros milhares de refugiados nos países vizinhos, além

⁴ Ruanda tem sido destaque internacional no que tange a participação de mulheres na política, com um parlamento majoritariamente composto por ruandesas, no entanto, essa participação feminina não tem diminuído a violência contra as mulheres, o que leva a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a temática em Ruanda.

do retorno de outros milhares de refugiados, de modo que uma grande quantidade de lotes de terra ficaram aparentemente abandonados, ou sem qualquer proprietário, e, além disso, muitos lotes rurais acabaram sendo apropriados de maneira indevida com a violência dos conflitos ocorridos em Ruanda, em que tiveram a sua posse a margem das leis instituídas ou também pelos costumes de acesso à terra estabelecidos pela população local.

Frente a tal situação, o governo do General Paul Kagame teve como uma de suas prioridades regularizar a posse da terra em todo território nacional, e para tal aprovou uma nova legislação que trouxe um entendimento privatista acerca da propriedade rural, tendo a sua posse e função destinadas para a produção e comercialização, não necessariamente com prioridades que envolvam a distribuição e segurança alimentar.

Com isso, o governo regulamenta a *National Land Policy*, e a partir de 2010 lança o programa *Land Tenure Regularization Program*, com o intuito de regulamentar mais de 10 milhões de propriedades (NIYONSENGA, ILBERG, NKURUNZIZA, 2018). A regularização das propriedades rurais traz profundas mudanças no modo que a terra é encarada e administrada em Ruanda, pois a garantia da propriedade privada se torna central, acima mesmo de questões historicamente estabelecidas na luta pela terra de parte do continente africano como é o caso da primazia na segurança alimentar, com as reformas lançadas pelo presidente Paul Kagame a segurança produtiva do proprietário legal se torna central, escamoteando o acesso costumeiro à terra dos ruandeses baseado no direito consuetudinário.

Segundo Moyo, Tsikata e Diop (2015), esse processo de buscar a regulamentação da terra seria um elemento presente em outros países africanos, não sendo exclusivo em Ruanda. Segundo os autores, a partir de 2004 mais de vinte países africanos passaram por processos de regularização do acesso à terra enquanto propriedade privada, deixando-os a mercê do mercado internacional, em detrimento do acesso costumeiro a terra. A regularização da terra no continente africano faz parte de uma série de pressões que vem principalmente de órgãos de financiamento internacionais e em consonância com a visão ortodoxa da economia que possui o Banco Mundial, na medida em que para tal concepção econômica:

remains that the absence of clear tradeable landed property rights limits 'tenure security', and constitutes a fundamental barrier to investment and development. [...] It has been argued that the absence of private property rights in land means that Africa's is sitting on dead capital." (MOYO, TSIKATA, DIOP, 2015, p. 2)

Tal processo tem trazido resultados complicados para os trabalhadores rurais de diferentes territorialidades, o que ocorre também

em Ruanda, ainda mais com “o significado da terra em Ruanda tem mudado de ser um modo básico de vida e contínua subsistência para uma *commoditie* de mercado em processo de desenvolvimento” (NIYONSENGA, ILBERG, NKURUNZIZA, 2018, p. 76), deste modo o acesso a terra para os mais jovens ficou difícil, o que tem causado o aumento de subemprego e desemprego, além de uma ocupação e um crescimento desordenado das cidades. Parte destes jovens são absorvidos pela construção urbana ou ainda precisam ir para o setor de mineração, participando de pilhagens de metais no Congo.

Tal contexto também mudou as cidades ruandesas. Os massivos investimentos que o governo da FPR fez na reconstrução de Ruanda, ainda mais na reconfiguração de seus centros urbanos, na tentativa de atrair empresas estrangeiras e seus possíveis investimentos no país, teve como um importante elemento a construção da *Kigali City Tower*, um icônico arranha-céu que se destaca na composição da cidade.

A reconstrução de Ruanda proposta pelo governo ruandês também proporcionou a inusitada mudança da língua oficial do país, em que o francês, antiga língua oficial adotada pela experiência colonial, foi substituída pela língua inglesa, diante da justificativa que o inglês seria uma língua mais propícia e voltada para os negócios, ou nas palavras de Claver Yisa, membro do Ministério da Educação de Ruanda, em entrevista ao jornal *The Guardian*: “*This is a way to make Rwanda to be equal, to use English. English is now a world language, especially in trade and commerce. Rwanda is trying to attract foreign investors — most of these people are speaking English*” (2009). Neste sentido, Ruanda realizou um caminho oposto ao de outros países africanos que ao buscarem reforçar as suas características nacionais (plurais ou não) passam a valorizar as línguas de sua própria territorialidade (como foi o caso, por exemplo, da África do Sul, que após o Apartheid adota as tradicionais línguas nativas como idiomas oficiais do país). Neste sentido, Ruanda pode parecer estar subsumindo a própria cultura local em benefício de imposições mercadológicas.

No entanto, seríamos injustos com o presidente Paul Kagame ao afirmar que seu governo seria uma completa adoção de parâmetros estrangeiros em detrimento à cultura ruandesa. Um eixo central na reconstrução e recuperação do país foi a adoção das chamadas *Home Grow Solutions* (HGS) ou *Home Grow Innovations* (HGI), que seriam soluções endógenas para os diversos problemas que os ruandeses enfrentavam em diferentes áreas.

As HGS foram adotadas a partir de leituras contemporâneas de práticas tradicionais da sociedade Banyarwanda⁵. A partir de elementos

⁵ Os Banyarwandas foram uma sociedade que habitou a partir do século XVI ou XVII a região que hoje é Ruanda. Os Banyarwandas foram colonizados por alemães e, posteriormente belgas, no final do século XIX e início do século XX, e a partir de tais processos se desenvolve

culturais da própria experiência histórica dos ruandeses, buscou-se legitimar ações do governo da Frente Patriótica Ruandesa, de modo a aproximá-las da população local. Segundo a pesquisadora Asasira Rwabyoma tais práticas “empower local communities to take control of their own development process”, ao mesmo tempo que “revitalizing ancestral and local knowledge, endogenous development helps local people select those external resources that best fit the local conditions” (RWABYOMA, 2016, p. 318).

As principais ações das HGS envolveram setores como o judiciário ruandês, como é o caso dos tribunais *Gacaca*⁶ e *Abunzi*⁷, relações de financiamento público, como é o caso de *Imihigo*⁸, além de HGS que estão também vinculadas às relações de trabalho, como é o caso da *Umuganda*⁹. Muitas vezes tais ações são apontadas como as grandes responsáveis pelo crescimento econômico de Ruanda na última década e também pela suposta estabilidade política atingida pelo governo da RPF.

O que mais nos interessa é como tais soluções endógenas são interpretadas frente à um mercado globalizado, na medida em que as políticas públicas que envolvem as HGS podem possuir alinhamentos mais evidentes. A própria leitura que o governo ruandês propõe acerca da história do país encontra intencionalidades específicas, em que categorias como tutsis e hutus são constantemente apagados do processo histórico do país, em nome de uma suposta unidade nacional. Em alguns documentos emitidos pelo governo Ruandês, como é caso do “Itorero Ry’igihugu” (2011) escrito pela Comissão de Unidade Nacional e Reconciliação (NURC), a história ruandesa é entendida de forma harmoniosa, em que a sociedade banyarwanda vivia supostamente em um passado bucólico e com valores voltados para o patriotismo, a unidade e o trabalho, sem supostas divisões, as quais teriam sido introduzidas apenas pelos colonizadores estrangeiros.

Neste processo, podemos entender que a Frente Patriótica Ruandesa busca reviver as percepções nacionalistas africanas do século

a Ruanda contemporânea, na qual permanece uma série de elementos dos Banyarwandas, como é o caso da língua Banyarwanda.

⁶ Os tribunais Gacaca foram tribunais com características costumeiras utilizados para julgar ruandeses envolvidos com o genocídio de 1994. Para mais informações ver: BORNKAMM, Paul Christoph. *Rwanda’s Gacaca Courts: Between Retribution and Reparation*, Oxford, Oxford university press, 2012.

⁷ O sistema Abunzi consiste em um sistema jurídico instituído em 2004, que possui inspiração em costumes jurídicos da sociedade Banyarwanda que são adaptados para a contemporaneidade ruandesa. Para mais informações ver: MUTISI, Martha. *The Abunzi Mediation in Rwanda: Opportunities for Engaging with Traditional Institutions of Conflict Resolution*, Accord, Issue v. 12, October 2011.

⁸ A prática do Imihigo consiste em planos de ação e financiamento de regiões de Ruanda a partir de desempenhos locais.

⁹ A Umuganda consiste em um trabalho público compulsório não remunerado em que homens ruandeses devem trabalhar em obras públicas com uma dada periodicidade.

XX, ou seja, entende-se que a construção de uma nova nação seria algo incongruente com a divisão de questões étnicas, e que só seria possível a unidade nacional a partir de uma coesão social ampla e unificada (MKANDAWIRE, 2011, p. 36), em que o governo deveria ser hegemônico, sem espaços para questionamentos, conforme é praticado pelo governo da Frente Patriótica Ruandesa.

Dessa forma, é interessante notar que o Estado contemporâneo de Ruanda busca realizar um processo de autodeterminação nacional, ao mesmo tempo em que traz condições para uma integração econômica internacional, em um fenômeno que é característico de uma série de outros países periféricos na África, Ásia e também América Latina (MOYO & YEROS, 2005, p. 13).

Assim, o governo da Frente Patriótica Ruandesa assume a centralidade de um projeto nacional, direcionando de modo autoritário reformas neoliberais associadas com a ou à valorização do patriotismo e a idealização de um passado tradicional, com uma mistura peculiar, mas muito presente no mundo contemporâneo, entre o liberalismo na economia e o conservadorismo nos costumes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMNESTY INTERNATIONAL, Rwanda's repressive tactics silence dissent before elections, 2017, in: <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2017/08/rwandas-repressive-tactics-silence-dissent-before-elections/>
- BADI, M. Kabunda. *África em La globalización neoliberal: las alternativas africanas*. Buenos Aires, Revista Theomai, n 17, 2008.
- BLAIR, T., BUFFET, H. *Stand with Rwandans*. Now is no time to cut aid to Kigali. Foreign Policy, February 21. 2013
- BORNKAMM, Paul Christoph. *Rwanda's Gacaca Courts: Between Retribution and Reparation*, Oxford, Oxford university press, 2012.
- BOUDREAUX, Karol. *The business of reconciliation: entrepreneurship and commercial activity in post-conflict Rwanda*. Buckingham, Economics Affairs, 2007.
- CLARK, P. *The Gacaca Courts Post-Genocide Justice and Reconciliation in Rwanda*. Justice without Lawyers. London: Cambridge University Press, 2010.
- CRISAFULLI, Patricia, REDMOND, Andrea. *Rwanda, Inc.: how a devastated nation became an economic model for the developing world*. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2012.
- HILLHORST, D. VAN LEEUWEN, M. Emergency and Development: the Case of *imidugudu*, *Villagization in Rwanda*, *Journal of Refugee Studies Vol. 13, No. 3* 2000.
- INGELAERE, Bert. Living the transition: Inside Rwanda's conflict cycle at the grassroots. *Journal of eastern African studies*, v. 3, n. 3, p. 438-463, 2009.
- KINNIBURGH, Colin. *Beyond "Conflict Minerals": The Congo's Resource Curse Lives On*. *Dissent*, v. 61, n. 2, p. 61-68, 2014.

- MOYO, Sam. *The land question and the peasantry in Southern Africa*. Politics and Social Movements in an Hegemonic World: Lessons for Africa, Asia and Latin America, CLACSO Books, Buenos Aires, 2005.
- MOYO, Sam & YEROS. *Paris Reclaiming the nation*. Londres, Zed Books Ltd, 2011.
- MOYO, Sam, TSIKATA, Dzodzi e DIOP, Yakham. Introduction: Africa's diverse and changing Land Questions. In: S. Moyo, D. Tsikata, Y. Diop (orgs.). *Land in the struggles for citizenship in Africa*. Dakar, CODESRIA, 2015.
- NIYONSENGA, D. ILBERG, A. NKURUNZIZA, D. The Impact of Land Reform on Land Market Activity in Rwanda and Suggestions in Support of Sustainable Urban Development, *Journal of Civil Engineering and Architecture*, n° 12, pp. 75-81, 2018
- RWABYOMA, Asasira. *Terrains of glocalisations struggles: home-grown initiatives and endogenous development in Rwanda*. Humanities and social sciences, 2016.
- STRAUS, S., WALDORF, L. (eds) *Remaking Rwanda*. State Building and Human Rights after Mass Violence. Madison: The University of Wisconsin Press, 2011.
- SUNDBERG, Molly. *Training for Model Citizenship: An Ethnography of Civic Education and State-Making in Rwanda*, Upsalla, Palgrave Macmillan US, 2016.
- REYNTJENS, F. Rwanda. *Ten Years On: From Genocide to Dictatorship*. African Affairs, 103: 177-210, 2004.
- TWAGIRAMUNGU, Noel. Embracing Neo-liberalism in Uganda and Rwanda, in: LAHAI, J., LYONS, T. (org) *African Frontiers: Insurgency, Governance and Peacebuilding in post-Colonial States*, New York: Routledge, 2015.
- UWIZEYUMANA, Dominique. *Aspects and Consequences of the Rwandan Law of Genocide Ideology: A Comparative Analysis*, Mediterranean Journal of Social Sciences, MCSER Publishing, Rome-Italy, Vol 5 No 23, November 2014.
- WAWERU, Francis. An overview of New Labour in Rwanda. *Research on Humanities and Social Sciences*, Vol. 9, no 18, 2019.
- WORLD BANK, World Bank. Development Indicators, 2015 in: databank.worldbank.org

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) E SUA ATUAÇÃO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980, NO OESTE DO PARANÁ

Maria José Castelano¹

O presente texto é parte da discussão da tese de doutorado desenvolvida no programa de pós-graduação em História Social na PUC-SP sobre a constituição e atuação da CPT na região Oeste do Paraná. A emergência da CPT na região Sul e, mais especificamente, no Oeste do Paraná apresenta características particulares em relação às demais CPTs de outras regiões do país, como a expressiva presença de pastores luteranos em sua formação e liderança, o que vai deixar suas marcas. As intervenções em favor dos expropriados, sejam posseiros, pequenos agricultores ou camponeses, por parte de membros das Igrejas Católica e Luterana, entre outras igrejas cristãs, emergem em um período da nossa história recente em que velhos personagens entraram em cena: trabalhadores mobilizados no campo e na cidade em movimentos que se constituíram na década de 1970, momento em que se ampliam as críticas ao bonapartismo, inclusive formuladas pelos setores progressistas das Igrejas Católica e Luterana. Por meio do trabalho ecumênico que aproximou católicos e luteranos, a atuação da CPT teve relevância nas mobilizações reivindicatórias e de enfrentamento das mazelas sociais do processo de ampliação, esgotamento e crise do capitalismo no país.

Introdução

O início das atividades da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Paraná foi resultado da ação de jovens pastores luteranos vinculados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Assim, no caso paranaense, há esse caráter particular do protagonismo dos luteranos na organização política, nos movimentos sociais e na presença de seu secretariado na CPT Regional.

As regiões Sudoeste e Oeste do Paraná foram ocupadas por um grande contingente de migrantes vindos do Rio Grande de Sul e Santa Catarina. Estes trouxeram sua cultura e religião com predominância, entre os migrantes, do catolicismo e do luteranismo.

Conforme Schunemann, em sua dissertação de mestrado, a IECLB

¹Doutora em História Social/PUC-SP, membro do colegiado de História da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon.

não ficou imune à crise sócio-econômica e política em que estava mergulhado o Brasil entre 1960 e 1975.

Ela (a IECLB) se constituía na maior Igreja do protestantismo histórico brasileiro, mas não representava nem 1% da população do país. Mesmo assim, como igreja minúscula, sua gradativa introdução nas questões sócio-políticas nacionais não pode ser negligenciada. Em especial, nas áreas em que a presença numérica foi sempre mais significativa, a saber, nos estados do Sul. (SCHUNEMANN, 1989)

Mesmo com um número reduzido de luteranos no Brasil, a atuação dessa Igreja, sobretudo no Oeste do Paraná, foi bastante significativa. Para Schunemann (1989) a produção teológica luterana na América Latina foi prejudicada pelas próprias limitações das discussões internas da Igreja Luterana, como a dificuldade de ampliar seus círculos de pastores, inclusive pela exclusão do ensino na língua portuguesa nas escolas e faculdades teológicas, onde predominava o uso do alemão. O referencial teológico era europeu e não abarcava os problemas vividos pelos integrantes da Igreja Luterana no Brasil. Esta afirmação é compartilhada pelo pastor Gernorte Kirinus (2012) ao afirmar que até o fim dos anos 1960, os professores nos seminários eram alemães e não falavam o português em sala de aula, exigindo que os alunos dos seminários tivessem fluência na língua alemã.

O relatório da Comissão da Verdade Nacional (CVN) revela a participação dos protestantes tanto como colaboracionistas do regime militar (1964-1985) quanto críticos e vítimas da Ditadura. Essa percepção é reforçada pela consulta ao *Projeto Marcas da Memória*, do Ministério da Justiça, organizado com o objetivo de dar visibilidade à atuação dos protestantes durante a Ditadura e que resultou no livro organizado por Zwinglio Dias - "Memórias Ecumênicas Protestantes: Os Protestantes e a Ditadura", além do Documentário "Muros e Pontes: Memória Protestante na Ditadura", de 2014².

A formação da CPT no Oeste do Paraná

A Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), entidade ligada aos padres missionários Belgas em Francisco Beltrão, que atuava na Pastoral Rural indicou Kirinus, em 1975, para participar de uma reunião com a equipe da CPT de Goiânia com o objetivo de fortalecer o trabalho ecumênico que os pastores luteranos

² O livro **Memórias Ecumênicas Protestantes: Os Protestantes e a Ditadura** está disponível no site <https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAQo4>. E o documentário está disponível em http://www.koinonia.org.br/protestantes/baixar_o_livro. Acesso em 23/02/2017.

desenvolviam no Oeste do Paraná com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) rurais.

A CPT paranaense foi fundada em 1976, em Ponta Grossa, a partir de um encontro estadual da Pastoral Rural que tinha representantes de outras Igrejas. O padre João Mohrs, de Medianeira, vinculado à Pastoral Rural e o pastor luterano Gernote Kirinus, tornaram-se os primeiros secretários executivos da CPT. O bispo D. Agostinho Sartori, de Palmas e Francisco Beltrão, que também era ligado à Pastoral Rural assume a presidência da Comissão Pastoral da Terra Região Sul. Para Kirinus

Dom Agostinho então era nossa inspiração. Era nossa proteção, por assim dizer. Porque pra nós, esse trabalho precisava ter a proteção da Igreja, se não, a coisa não poderia funcionar. Quer dizer, o DOPs tinha medo de avançar e respeitava a Igreja. (KIRINUS, 2012)

A sede da CPT paranaense passou a funcionar em Marechal Cândido Rondon e foram indicados os coordenadores locais e dois coordenadores gerais - os secretários executivos, no caso o Pe. João Mohrs e o pastor Gernorte Kirinus. Para esse último, nesse momento:

Na ótica dos mentores da CPT no Paraná no início sua função era de dar sustentação ideológica e respaldo aos movimentos que nasciam das CEBs ali onde elas existiam. Na região metropolitana de Curitiba as CEBs não atingiam o campo e se concentravam nas lutas urbanas e de forma muito precária [...] Por isto para nós era a região Oeste que fazia ligação entre o Sudoeste e Norte do Paraná e tinha como grande pivô o movimento dos expropriados de Itaipu. (KIRINUS, 2012)

A escolha desta cidade deveu-se à proximidade da construção da Barragem de Itaipu, no extremo Oeste paranaense, e seus desdobramentos sociais sobre a população atingida. Inicialmente a CPT encontrava-se vinculada à Pastoral Rural e realizava atividades de conscientização de posseiros por meio das CEBs rurais. Os agricultores estavam mais organizados em grupos por meios das CEBs vinculadas à Pastoral Rural nos municípios de Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Capanema, entre outros.

Na avaliação do ex-pastor e ex-deputado Kirinus, para a IECLB a CPT representava a oportunidade de organizar o movimento dos trabalhadores rurais por meio de uma instituição ecumênica. Assim, os pastores Gernorte G. Kirinus e Kurt Hatje passam a atuar em conjunto com os padres Valentim e Adriano das cidades de Medianeira e Santa Helena, e também aos padres Valdir e Angelo Perin, e padre Claudino Veronesi, de Francisco Beltrão, vinculados a ASSESOAR e que desenvolviam atividades ligadas à CPT. Por outro lado, os jovens pastores

tinham pretensões de atuação política no partido de oposição e encontraram discordâncias entre os seus fiéis, vinculados ao partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Para dar apoio jurídico a atuação da CPT, formou-se uma rede de trabalhadores voluntários que apoiava este trabalho como, por exemplo, os advogados que prestavam assessoria jurídica aos posseiros e aos integrantes da CPT (como o advogado Mariano da Costa e o jornalista Juvêncio Mazzarollo, entre outros) vinculados à Comissão de Justiça e Paz, além de seminaristas, freiras e leigos.

A trajetória dos pastores luteranos

Passamos a apresentar as trajetórias e memórias dos pastores luteranos fundadores e secretários da CPT no Paraná. A sua relevância está marcada pelo fato da CPT no Paraná ser resultado direto da participação desses pastores no seu processo de constituição.

Kurt Hatje, Gernorte Kirinus e Werner Fuchs foram seminaristas na Faculdade de Teologia em São Leopoldo (RS) nas décadas de 1960 e 1970. Não obtivemos maiores informações sobre o pastor Kurt Hatje, apenas que ele mudou-se para uma cidade do Mato Grosso acompanhando parte dos colonos que foram desapropriados pela Itaipu, no início da década de 1980.

Conforme relato do ex-pastor Kirinus (2012) a opção de sair do Rio Grande do Sul para o Oeste paranaense foi motivada pela presença de jovens pastores que já atuavam na região e desenvolviam atividades vinculadas a novas ideias teológicas, gerando a expectativa de um ambiente “mais aberto” para novas proposições. No entanto, as concepções de fé e política destes jovens pastores, como o próprio Kirinus que também desenvolvia atividades políticas vinculadas ao MDB, não tiveram a receptividade esperada nas paróquias luteranas dos então distritos de Entre Rios e Pato Bragado, entre outras localidades. No entanto, o interesse pelas questões sociais e a busca de um compromisso religioso mais socialmente ativo levou à aproximação com padres católicos da região que desenvolviam um trabalho mais crítico nas comunidades rurais.

Os luteranos não se organizavam em grupos de reflexão, como os católicos por meios das CEBs, por isto propuseram o projeto de organizar grupos de reflexão nas comunidades luteranas. Inicia-se uma maior aproximação política por meio da (re)organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais na região. São estabelecidas ações das lideranças nas CEBs e seus membros são incentivados a discutir seus problemas naquele espaço, como os conflitos agrários que envolviam grileiros e posseiros, o processo de indenização em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a situação diante da falência de empresas que

compravam suínos na região com a eminente expulsão dos agricultores do campo.

Em 1978, o jornalista Carlos Moura esteve no Oeste do Paraná, acompanhado pelo pastor Kirinus. Como resultado, publicou, pela CPT Nacional, um livreto com o sugestivo título “O Mausoléu do Faraó: A Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná”. Esta publicação de 50 páginas denuncia a situação dramática enfrentada pela população a ser atingida pela construção de Itaipu, sobretudo, ao explicitar concretamente o poder desigual no processo de negociação entre os trabalhadores e os representantes da Itaipu. A publicação tinha o objetivo de revelar:

- 1) A tensão e o medo dos colonos em falar sobre a Itaipu;
- 2) A desorganização inicial dos proprietários rurais e a dificuldade de circulação das informações entre os moradores;
- 3) As táticas perversas de abordagem aos agricultores realizadas pelos representantes da Itaipu;
- 4) O drama social, econômico e cultural das famílias que seriam e foram expropriadas pela Itaipu.

Segundo essa publicação, os colonos (como são chamados os pequenos proprietários rurais nesta região) foram abandonados à própria sorte, sem a preocupação de promover uma política pública de reassentamento que procurasse amenizar alguns dos problemas, como a manutenção dos grupos e famílias próximos; a garantia de manutenção da posse da terra em iguais condições; a destinação de terras férteis, etc. Além disso, as medidas tomadas por parte do Estado foram marcadas pela falta de transparência no processo de cálculo das indenizações.

Cumprir destacar que um empreendimento da dimensão da Hidrelétrica de Itaipu, em uma região densamente povoada, em qualquer momento histórico significaria um grande impacto com mudanças que repercutiriam nas dimensões ambiental, social e econômica. Mas, nas décadas de 1970 e 1980, imperava uma conjuntura política adversa a qualquer possibilidade de debate aberto ou manifestações populares. É preciso alertar para a necessidade do real entendimento quanto à gravidade da ação violenta exercida pelo aparelho de Estado contra qualquer manifestação de contestação política durante o governo militar e isto imprimia maior pressão sobre as pessoas que teriam o seu cotidiano (e suas vidas) diretamente atingido.

O extremo Oeste paranaense foi marcado por diversas intervenções dos militares nas décadas de 1960 a 1980, como a indicação, pelo governo militar, dos prefeitos de municípios localizados na faixa de fronteira correspondente a 150 km a partir do limite com países vizinhos. Na dissertação “Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense”, Zago fez um estudo sobre o Município de Marechal Cândido Rondon no contexto da preocupação militar com a Segurança Nacional. Segundo a pesquisadora, o município foi declarado área de

Interesse da Segurança Nacional, durante o período de 19()85, em plena vigência da Ditadura Militar.

Os militares e a sua representação partidária - a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - usaram a constituição da Área de Interesse da Segurança Nacional para impor suas políticas aos municípios, através da nomeação de prefeitos e controle do envio de verbas. Consideramos relevante ressaltar esse contexto político da região para demonstrar o predomínio das forças políticas pró-Estado no momento em que emerge o descontentamento por parte dos agricultores atingidos pela barragem, à medida que percebem as consequências sobre suas vidas cotidianas.

Em “O Mausoléu do Faraó” questionam-se os critérios para estipular os preços nos processos de indenizações. Conforme este documento:

Outra descoberta que pode ser feita em Alvorada é sobre a “justiça” do “preço justo”. A capela católica do povoado e um galpão de reuniões – ambos bastante velhos – estão situados num terreno urbano de 7 mil metros quadrados. Esta área é igual àquela de propriedade da Igreja Evangélica, cujo templo, verdade seja dita, é bem mais modesto. Mas a diferença no preço fixado pela Itaipu, para uma e outra Igreja, foi muito grande. O próprio bispo de Toledo, diocese onde se encontra Alvorada, considerou “muito bom, acima das expectativas”, o pagamento de cr\$700,00 mil oferecido pela Itaipu. Enquanto isso, os evangélicos receberam apenas cr\$142,00 mil (ou 162 mil, o informante não sabia com exatidão). A “justiça” desses preços foi certamente calculado pelo grau de influência da Igreja Católica, que tem maioria de fiéis. Além disso, pode-se pensar que a Itaipu pretendeu “comprar a aliança” de uma instituição de influências como a Igreja Católica: o apoio ao processo de desapropriação, ou pelo menos, o silêncio. Dom Armando Círio, ex-bispo de Toledo, mostrou-se bem consciente desse problema. (CPT, 1978, p. 24)

Muitas famílias foram expropriadas para viabilizar a materialização da Hidrelétrica de Itaipu. Em pronunciamento feito à Assembleia Legislativa Paranaense, na CPI da Desparanização, Gernote Kirinus denunciou as táticas de abordagem adotadas pela Itaipu junto aos agricultores, na primeira fase de desapropriação. Nas suas palavras

Em Sede Alvorada do Iguaçu nós encontramos um processo [...] em primeiro lugar desapropriaram na Sede do Distrito as casas comerciais, os postos de gasolina, as farmácias e, uma vez acabada essa infraestrutura, o coitado do agricultor que ficou por último, teve que fazer 70 ou 80 quilômetros para comprar seu litro de gasolina, seu galão de gasolina ou então os produtos de que ele precisava e com isso se desvalorizou a própria propriedade. E, depois então, eram feitos os

acordos com os colonos que, também são feitos de uma forma desrespeitando a comunidade e a organização social, porque é feito um aqui e outro acolá. Parece que, inclusive, com o intuito de decepar as lideranças, em primeiro lugar, para depois colher o resto já mansinho, já dócil e já dobrado aos interesses da desapropriação da Itaipu Bi-Nacional. (KIRINUS, 1979, p. 37)

Esse contexto de mudança radical da paisagem no extremo Oeste paranaense, com desdobramentos diretos nas condições de vida dessas pessoas, motivou ou talvez se possa dizer “forçou” a mobilização dos agricultores, dando início aos movimentos denominados Justiça e Terra e Justiça e trabalho. O Movimento Justiça e Terra reivindicava o pagamento das indenizações em terras no próprio Estado do Paraná e melhores preços por suas benfeitorias e áreas inundadas. Em julho de 1981, como resultado dessas iniciativas foi organizado o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Já o movimento Justiça e Trabalho foi motivado pelas Notas Promissórias e a falência de frigoríficos na região que trouxe sérios prejuízos aos produtores rurais.

Na busca da indenização de suas terras alagadas, homens e mulheres aprenderam a dar voz aos seus pensamentos, descobriram que não estavam sozinhos e que a luta deveria ser travada com o apoio do outro, a luta dava-se em comunidade. Sob a forma comunitária, na constituição da sua própria experiência de luta, almejava-se a permanência na terra, ou ao menos uma melhor indenização, para poder seguir como agricultor.

Na avaliação do pastor Kirinus, haveria uma homogeneidade de classe que aproximou as pessoas. Conforme Kirinus (1979, p. 137), “O trabalho de base nasce no seio da própria igreja, isto é nas comunidades – especialmente as do interior – que aglutinam pessoas homogêneas em termos de classe social. E por isso mesmo tem interesses comuns [...]”. O grupo homogêneo de que trata Kirinus são os pequenos e médios produtores rurais.

No entanto, em nossa avaliação as redefinições de suas práticas e pensamentos não constituiu um modo de vida e valores contrários às práticas e valores das classes dominantes. Encontramos posseiros, meeiros, minifundistas, pequenos e médios proprietários em condições desiguais e com interesses distintos. O que poderia uni-los naquele momento é que todos seriam desapropriados. Aqueles que tinham suas terras regularizadas e melhores condições financeiras, quando não aceitaram as propostas se organizaram e buscaram advogados para orientá-los como proceder. É o caso de um ex-prefeito da região cujo genro radialista fazia o curso de Direito e trouxe um professor especialista e com experiência em São Paulo para orientá-los. Mas a maioria não tinha informações, tinham pouca escolaridade e estavam em desvantagem com os negociadores da Itaipu.

O grupo de advogados que assessorou a CPT durante a realização do acampamento do movimento Justiça e Terra em 1980, em Foz do Iguaçu, reconhecia que não dispunha de um nível e condições de apoio à altura de negociar com a Itaipu. Na avaliação de Pizzato, “a Itaipu tinha o melhor de jurídico no Brasil do lado deles. E nós, sentávamos numa mesa pra discutirmos a nossa situação e Itaipu defendendo interesses deles, é claro, [...]” (PIZZATTO, 2008, p. 06).

Também havia o receio dos desapropriados em passar informações ou de fazer críticas à Itaipu. Ainda conforme Pizzato “Eles tem medo de se complicar. Sabem que dependendo o que fala amanhã, ou depois tão ali, pode ser usado contra você. As pessoas já não gostam de falar com pessoas estranhas, imagina num assunto de nível desses.” (2008, p. 06)

Não havia homogeneidade nas categorias de trabalhadores e proprietários, mesmo sendo a região Oeste marcada pela pequena e média propriedade. Havia colonos minifundistas e pequenos proprietários e posseiros que não possuíam a produção mecanizada. Muitos proprietários não tinham as terras regularizadas, impossibilitando empréstimos em bancos. Parte da renda de sua atividade era oriunda da criação de suínos, mas naquele período a atividade foi abalada pela crise na suinocultura, levando alguns bancos a executá-los pelas dívidas adquiridas ao serem avalistas – notas promissórias - de empréstimos dos Frigoríficos, conforme lei vigente na época.

Sobre as diferenças da propriedade Marx afirma que

A grande propriedade fundiária acumula os juros, que o capital do rendeiro produziu por meio da melhoria da terra e do solo. A pequena propriedade tem de empregar o próprio capital: desaparece assim todo este lucro.

O pequeno proprietário, que trabalha por sua conta, encontra-se assim perante o grande proprietário na mesma relação que o artesão, com instrumentos próprios, tem para com o dono de uma fábrica. A pequena propriedade transformou-se em simples instrumento de trabalho. (MARX, 1993, p. 148)

Como muitos produtores rurais perderam seus instrumentos de trabalho, viram-se obrigados a se somar a um enorme contingente de trabalhadores volantes - o boia-fria.

A organização da CPT no Paraná teve relação direta com esse processo conflituoso que emergia no Oeste do Estado, em razão da necessidade de organizar os expropriados para negociarem melhores condições no processo de expropriação dos pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais. Muitos não queriam sair da região e temiam a proletarização, a obrigatoriedade de migrar para as cidades.

Os grupos de agricultores estavam mais organizados nas CEBs e na Pastoral Rural nas cidades de Medianeira, Santa Helena, Marechal

Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Capanema, entre outras.

Por meio da análise da poesia escrita por um agricultor, em 1981, durante um acampamento organizado pelos agricultores do Movimento Justiça e Terra, em Foz do Iguaçu, fica evidente o apoio de alguns agricultores ao governo militar, apesar dos conflitos. Mesmo apoiando o governo ditatorial, os agricultores desapropriados se mobilizam para obter o direito à indenização justa pelas suas terras e posses. Mas no processo de luta percebem a diferença de poder entre eles e os negociadores da Itaipu.

Quinze dias de luta
 E quinze dias de sofrimento
 Que nós temos aqui reunido
 Porque a terra subiu demais
 E a Itaipu poucos por cento
 Já fomos levado 4 anos
 E ainda não chegou este momento (grifos nossos)

Eu sempre votei a favor do governo
 Até mesmo nesta última eleição
 E o dia que nós chegemos aqui
 Com toda a nossa razão
 Nós fomos chamado de político
 Isto que me dói no coração
 Os colonos têm seus direitos
 Porque são a raiz desta nação (grifos nossos) (KUHN, 1981)

O movimento dos agricultores é acusado de fazer oposição política ao regime: “E o dia que nós chegemos aqui/ Com toda a nossa razão/ Nós fomos chamado de político.” Ele que sempre apoiou o regime “Eu sempre votei a favor do governo/ Até mesmo nesta última eleição” agora é reprimido pelos representantes locais do governo, por fazer supostamente oposição ao mesmo. Uma nova consciência emergiria neste processo conflituoso de luta.

Essa situação remete à análise mais abrangente feita por Thompson, quando este afirma que a classe deve ser compreendida como uma categoria “[...] uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta [...]” (THOMPSON, 1981, p. 57).

Em outra situação, como nas reuniões de negociações com o Inca e com a Itaipu os agricultores não podiam enviar representantes como assessores, advogados, pastores ou do sindicato. Nesse momento, eles perceberam que a luta era desigual, pois do outro lado estariam os assessores, advogados e engenheiros da Itaipu, com as manobras para cooptar os representantes da Federação dos Trabalhadores na

Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP).

Em março de 1982, eu forcei a barra e entrei na última reunião que teve com Itaipu. Eu já era, vamos dizer assim, mal visto pelo pessoal da Itaipu desde o início. Porque depois daquela assembleia de abril de 1979, teve uma audiência que o Lázaro Dumont, da FETAEP, organizou com o general Costa Cavalcanti, lá dentro do centro administrativo de Itaipu. E depois a gente descobriu que eles apresentaram as reivindicações dos agricultores, mas diziam que se não desse para atender, estaria tudo bem. E descobrimos também que a Itaipu pagou avião para os caras da FETAEP, levou eles para os cassinos na noite anterior, pagou hotel... E nós como agricultores, agindo de boa fé, levando as reivindicações e o Lázaro, querendo fazer o mestre de cerimônias, ia amaciando as coisas. Função de pelego, né? (FUCHS apud MATIELLO, 2011, p. 203)

Fuchs revela que foram aprendendo a trabalhar com o coletivo para um enfrentamento mais efetivo com a ITAIPU. Por essa razão quando foi impedido de compor o grupo de negociadores do movimento Justiça e Terra já estavam preparados para o enfrentamento.

E geralmente eu tinha como princípio, nunca encarar uma coisa sozinho. A única vez que eu tentei resolver um problema sozinho, no lugar dos agricultores, eu me dei mal. Foi quando eu levei a causa de um deles para o escritório em Marechal Rondon e os caras lá sabiam mais do que eu e me rebateram. Aí eu nunca mais fui sozinho. Sempre levei os agricultores junto. Os próprios interessados, né? E fazia eles falarem, muito mais do que eu. Então por isso não era ruim não ser admitido nas reuniões de Itaipu. Os agricultores sabiam que eu não ia ser admitido e sabiam que precisavam se preparar. Os sindicatos locais eram muito despreparados e o pessoal também não tinha muita confiança em político, então eles sabiam que eles mesmos tinham que se preparar. (FUCHS apud MATIELLO, 2011)

O documentário, “Desapropriado”, produzido por Frederico Füllgraf, cineasta paranaense, mostra uma assembleia do Mastro, movimento que abarcou os trabalhadores que não foram indenizados, organizado com o apoio da CPT, ocorrida em 1983. Durante esta assembleia, é possível perceber na fala do agricultor a tomada de consciência. É interessante como o agricultor que conduz a assembleia denuncia o racismo por trás do discurso de levar a modernidade para o Norte do país elaborado durante a Ditadura Militar, que pretende a qualquer custo modernizar o País. Os colonos do Sul ao aceitarem participar nos projetos de colonização propostos seriam os agentes desta modernização. Apresentamos a seguir a fala de um dos líderes do Mastro, no caso Marcelo Barth, perante a representante do Incra, durante a Assembleia dos agricultores em que se posiciona contrário a esta

concepção:

O Mastro reafirma mais uma vez o seu objetivo principal: Queremos terra no Paraná. O Incra oferece para os agricultores sem terra, o Mastro, os projetos de colonização no Pará, no Sul da Amazônia, no território de Roraima, no Estado do Acre dizendo que o Brasil precisa levar os agricultores do Sul para o Norte. Não só por que estão sem terra, mas por que são melhores trabalhadores rurais que aqueles do Norte. O Mastro acha que o homem da terra do Norte é tão bom trabalhador quanto do Sul e que não adianta levar o sulista para o Norte e trazer nordestino para ser mão de obra barata na cidade. (BARTH apud FÜLLGRAF, 1983)

A partir das evidências apresentadas pode-se perceber que há indícios de que representantes da CPT contribuíram para a formação de uma consciência junto às lideranças que protagonizaram suas ações a partir das experiências de militância emergidas no enfrentamento das contradições sociais. Isto pode ser constatado pelas ações concretas de mediação no conflito emergido no Oeste paranaense. Outro fato relevante é como, ao longo do processo de resistência, os agricultores exteriorizam a atividade intelectual (por meio das poesias, músicas, da produção de panfletos, de documentários e da auto-organização). Conforme compreensão de Gramsci.

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Todo homem fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo [...] contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2000, p. 53)

No Brasil, o processo de constituição do capitalismo é hipertardio e as classes não se põem da mesma maneira como nos países de economia central. Entretanto, essa situação específica nos remete para a análise mais abrangente feita por Thompson, quando este afirma que a classe operária inglesa fez-se como resultado de experiências comuns de homens e mulheres, além da objetividade histórica há o caráter subjetivo dos sujeitos sociais.

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. [...] Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. [...] Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. **A classe acontece quando alguns homens, como**

resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1997, p. 9 - 11, grifo nosso)

No Oeste do Paraná havia grupos sociais com interesses distintos, temos um contingente de pequenos e médios proprietários capitalizados que usam insumos, possuem as terras mecanizadas e produzem *comodities* para a exportação. Alguns agricultores desapropriados fizeram a negociação individualmente com a ITAIPU e até puderam explorar as terras enquanto aguardavam a data da inundação da área. No entanto, parcela significativa dos atingidos estava em situação muito desfavorável e a CPT representou um papel estratégico na organização destes desapropriados que, por várias razões, estavam em desacordo com as propostas. Trabalhar com questões coletivas foi uma tática da CPT para poder garantir alguma condição de negociação, além da assessoria dos advogados da Comissão Justiça e Paz.

Outro relato muito interessante revela a astúcia do secretário da CPT em lidar com as tentativas de infiltração dos órgãos de vigilância e como os agricultores foram pensando em táticas de sabotá-los:

Aí um dia eu disse: “você vão lá na polícia federal e observam o prédio deles, quem entra e quem sai e tentam marcar, a fisionomia da pessoa, a roupa que está usando”. Daqui a pouco já poderíamos identificar de longe quem era da polícia federal. Uma noite, eles pegaram um da polícia federal deitado meio que embaixo de uma barraca, mas do lado de fora, escutando as conversas, sabe? E uma das acusações contra os acampados é que havia comunistas infiltrados, ajudando eles. Aí os agricultores pegaram aquele cara da polícia federal e foram entregar lá para o comandante da guarda, que estava cuidando para a gente não entrar na Itaipu: “Ó, esse cara aqui é um infiltrado, você diz que tem infiltrado e tem mesmo! Esse cara nós não conhecemos, esse cara deve ser um comunista, prende ele!”. E eles ficaram sem jeito porque eles conheciam o cara, que era da polícia federal. Então tinha alguns lances para desmascarar, porque o esquema de repressão era muito grande. (FUCHS apud MATIELLO, 2011)

Em uma entrevista concedida por Juvencio Mazzarolo³ em 2011, ele faz a sua avaliação sobre a relevância da atividade da CPT e sua influência nos movimentos emergidos na região, com o direcionamento das ações para a luta sem o confronto direto com os militares e, posteriormente, não desviando-se para um confronto armado.

³ Membro da CPT, representante da CPJ de Foz do Iguaçu, professor, jornalista e editor do jornal *Nosso Tempo*.

Então eu digo, se não fosse por essa orientação que acompanhou o movimento desde o seu nascimento, hoje, ao invés do MST, nós teríamos umas FARC, Sendero Luminoso, essas coisas... É o que eu digo pras pessoas que questionam o MST, "O que vocês preferem, as Farc?", "É, mas eles também cometem violência!", "Que violência?". Eles invadem terra, que violência é essa? Isso não mata ninguém. O contrário, sim, eles são recebidos a bala pela polícia, jagunços e tal... então esses movimentos tem essa pedagogia. E o MST hoje é esse movimento extraordinário, magnífico, apesar de alguns excessos, mas isso se compreende, é inevitável até, diante da dimensão do problema que está no país[...] (MAZZAROLO apud MATIELLO, 2011)

Sobre o caráter pacífico do movimento Justiça e Terra, em entrevista a Schimidt (2008) o advogado que na época assessorava a CPT, Antonio Pizzatto, relata que "no movimento nunca, nunca houve agressão nenhuma e de nenhuma forma, entende. Houve, porque eu falei, que fiquei temeroso aquela vez em Foz, que nós chegamos a ficar frente com os guardas." Os atingidos foram orientados para não aceitar as possíveis provocações. Por precaução a organização formou uma "Comissão de Segurança" para coibir possíveis descontrole de algum agricultor mais exaltado.

Fuchs ao fazer uma avaliação da organização dos atingidos da Itaipu, afirma que os colonos se agarram às lideranças da CPT no início do processo, em fins da década de 1970. Para Fuchs, os colonos se inspiravam inicialmente no movimento grevista que ocorrera entre 1978 e 1979 no ABC paulista. Mas se conscientizaram que a greve não era tática correta. A CPT atua indicando que o grupo de colonos estava fazendo era um movimento. De acordo com Fuchs:

Então as pessoas começaram a se agarrar na gente. Nós queríamos formar um movimento, mas não era tão fácil assim, porque não tinha essa noção de liderança. Eu costumo dizer que só em 1980, no acampamento em frente ao escritório de Itaipu (em Santa Helena), nós conseguimos ensinar para o povo que o nome para isso é "movimento". Porque no começo, os caras chegavam e diziam "Nós vamos fazer a nossa greve!". Por quê? Porque a única coisa que eles conheciam eram as greves do ABC, pela TV. Aí dissemos "Não! Isso aqui não é greve, vocês não estão tomando a fábrica, não estão trancando a fábrica, nós estamos aqui fazendo um movimento, um movimento social!". Aí tinha o Marcelo Barth e outros que captaram isso também, foi só aí que se formou o nome do Movimento Justiça e Terra. Antes não tinha isso, né? (FUCHS apud MATIELLO, 2011, p. 196)

A experiência da coletividade veio dos grupos de reflexão onde reuniam-se católicos e luteranos para rezar e discutir os seus problemas. Os pastores Kirinus e Fuchs vão estimular a ampliação destes grupos de reflexão na Igreja Luterana por meio do Projeto Arca de Noé, pois já conheciam o trabalho realizado pela Pastoral Rural com as CEBs

católicas. Elas vão constituir a base na qual se fomentará a organização dos atingidos, com a circulação de informações, discussões por meio dos boletins e orientações e depois a organização dos agricultores, num momento que reuniões públicas não eram permitidas.

Outro momento importante que gerou impacto nos agricultores e estimulou a organização de um movimento de resistência a Itaipu foi a visita do bispo Dom José Brandão, trazida pelo pastor e então deputado pelo MDB, G Kirinus. O bispo trouxera informações do processo de desapropriação da barragem de Sobradinho (BA). Conforme FUCHS:

O Kirinus trouxe o bispo de Propriá, Sergipe, Dom José Brandão e ele foi lá para o interior fazer palestras, justamente no mês de junho de 1980. Mais ou menos em paralelo com as atividades da Guiomar. Então eu lembro como ele fazia as reuniões dele, contando sobre Sobradinho (Barragem). Ele falava: “Vocês acham, que o presidente Geisel – no caso já era o Figueiredo – não está sabendo da situação de vocês? Das injustiças que Itaipu está fazendo? Tá sabendo muito bem, tá sabendo, sim! Mas isso não é o presidente quem decide. Sabe quem decide isso? Isso se chama capitalismo!”.

Então nesse interior, em que o pessoal via o bispo só na hora da crisma e depois nunca mais via, poder estar sentado num salão de baile com o bispo e ouvir ele discursar e falar dessas situações, era algo muito importante! E daí dizia ele “E se vocês não se organizarem, vai acontecer com vocês o mesmo que aconteceu com o pessoal de Sobradinho: vocês vão ser carregados em cima de um caminhão do exército e despejados no meio da cidade!”. E a gente via como o queixo do pessoal ia caindo cada vez mais, o pessoal ficava impactado com isso. Então ele fez a parte dele lá em localidades como Porto Mendes e Itacorá e a gente avalia que essa contribuição foi muito importante para o pessoal. Saber que eles tem que fazer alguma coisa, que eles tem que se mobilizar. Esse foi um dos fatores. Mas não dá para a gente programar... (FUCHS apud MATIELLO, 2011, p. 204)

Chama a atenção a avaliação do secretário da CPT da contingência que leva a organização do Movimento Justiça e Terra. Vários fatores foram preponderantes para a articulação dos agricultores. Apresentamos aqui alguns dos acontecimentos que explicam a forma de organização dos agricultores que seriam atingidos pela Barragem de Itaipu e as razões elencadas, seja por desacordo com as propostas ou problemas com a documentação ou com os preços oferecidos, buscaram a organização para pressionar a Itaipu a atender as reivindicações.

Para os pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a CPT representava a oportunidade de realizar um trabalho social junto às comunidades luteranas por meio de uma instituição ecumênica. Acreditavam que a Igreja deveria engajar-se na luta e nos conflitos em favor de seus fiéis. Mas algumas lideranças também motivaram o engajamento na luta política partidária, o que gerou conflitos, pois se

propuseram a fundar em Marechal Cândido Rondon um diretório do MDB, partido de oposição ao governo central, isso em uma região que historicamente apoiava os candidatos vinculados a ARENA. Nas eleições de 1978, o pastor e ex-secretário da CPT Gernorte Kirinos foi eleito deputado pelo MDB.

Para a memória dos atingidos por Barragens, o Movimento Justiça e Terra foi um marco importante no processo de tomada de consciência dos atingidos, quando amplia o conceito de atingido, não apenas aos que detêm o título de posse da terra, mas a todos que foram impactados com a subida das águas, quando visa a indenização por meio de terras no Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CPT. *O Mausoléu do Faraó: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*. Goiânia, 1978.
- FUCHS, Werner. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Curitiba/PR, 12-13 abr. 2010. In: MATIELLO, Catiane. *Narrativas Tecnológicas, Desenraizamento e Cultura de Resistência: História Oral de Vida de Famílias Desapropriadas pela Construção da Usina Hidrelétrica De Itaipu*. Dissertação (mestrado em Tecnologia) – UTFPR, Curitiba, 2011.
- KIRINUS, G; FUCHS, W. Entrevista com os pastores Genorte G. Kirinus e Werner Fuchs em Marechal Cândido Rondon, em outubro de 2012, realizada por Maria José Castelano.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Foz do Iguaçu/PR, 28 nov. 2009. In: MATIELLO, Catiane. *Narrativas Tecnológicas, Desenraizamento e Cultura de Resistência: História Oral de Vida de Famílias Desapropriadas pela Construção da Usina Hidrelétrica De Itaipu*. Dissertação (mestrado em Tecnologia) – UTFPR, Curitiba, 2011.
- MEZZOMO, Frank Antonio. *Memórias dos Movimentos Sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Vem, Werner Fuchs*. Campo Mourão: Ed. da FECILCAM, 2009.
- SCHUNENANN, Rolf. *Do gueto à participação. A emergência da consciência sociopolítica na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960-1975*. Dissertação (mestrado em Teologia) – PUC, Rio de Janeiro, 1989.
- THOMPSON, E. *A formação da Classe Operária Inglesa*. 6ª ed., vol. I e III., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- _____. *A formação da Classe Operária Inglesa*. 3ª ed., vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.